



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 3

I Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 20 de novembro de 2012

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

A sessão iniciou-se com um ponto prévio, a [verificação de poderes do senhor Carlos Alberto Medeiros Mendonça](#).

Após a leitura do relatório pela Sra. Deputada Isabel Rodrigues, relatora da Comissão de Verificação de Poderes, passou-se para a votação do relatório que registou a aprovação por unanimidade.

Posteriormente foi aprovado por unanimidade o [Projeto de Resolução “Comissões Especializadas Permanentes”](#), não sem antes ter feito a sua apresentação a Sra. Deputada Bárbara Chaves, Secretária da Mesa da ALRAA.

Por fim, iniciou-se a **apreciação do Programa do XI Governo da Região Autónoma dos Açores**.

Após a apresentação do programa pelo Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*), iniciou-se o período de pedidos de esclarecimentos, de acordo com o n.º 2 do artigo 160.º do Regimento da ALRAA, no qual usaram da palavra os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Nuno Melo Alves (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Zuraída Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Berto Messias (*PS*).

Seguiu-se o debate, que se iniciou com a intervenção do Sr. Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (*Sérgio Ávila*), usando de seguida da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), António Marinho (*PSD*), Lara Martinho (*PS*), Zuraída Soares (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), Francisco César (*PS*), Graça Silva (*PS*), Cláudio Lopes (*PSD*), José San-Bento (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), Bruno Belo (*PSD*), Aida Amaral (*PSD*), Luís Maurício (*PSD*), José San-Bento (*PS*), Cláudio Almeida (*PSD*), Rogério Veiros (*PS*), bem como a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*) e o Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*).

Ainda no decurso do debate, usou da palavra para um protesto o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) seguido de um contraprotesto pelo Sr. Deputado Francisco César (*PS*).

Foi ainda aprovado por maioria um requerimento apresentado por diversos deputados para convocação de um plenário extraordinário.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 30 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Agradecia que ocupassem os seus lugares para podermos proceder à chamada.

Eram 10 horas e 06 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues
Arlinda Maria Focha Nunes
Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves
Berto José Branco Messias
Catarina Paula Moniz Furtado
Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha
Duarte Manuel Braga Moreira
Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César
Iasalde Fraga Nunes
Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues
José António Vieira da Silva Contente
José Carlos Gomes San-Bento de Sousa
José Manuel Gregório de Ávila
Lara Fernandes Martinho
Lizuarte Manuel Machado
Lúcio Manuel da Silva Rodrigues
Luís Carlos Martins Maciel
Manuel Alberto da Silva Pereira
Maria da Graça Oliveira Silva
Marta Cristina Moniz do Couto
Miguel António Moniz da Costa
Paulo Alexandre Vieira Borges
Pedro Miguel Medeiros de Moura
Pilar Sousa Lima Damião de Medeiros
Renata Correia Botelho
Ricardo Manuel Viveiros Cabral
Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral**

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Berta Maria Correia Almeida Melo **Cabral**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Maria de Medeiros **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Nuno Alberto Lopes **Melo Alves**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, antes de entrarmos na Agenda da Reunião ficou acordado procedermos à verificação de poderes do Sr. Deputado Carlos Mendonça, pelo que peço à Sra. Relatora da Comissão, que foi constituída ao abrigo do artigo 8º do nosso Regimento, para apresentar o relatório.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relatório e parecer da Comissão de Verificação de Poderes relativo à verificação de poderes de deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Capítulo I INTRODUÇÃO

A Comissão de Verificação de Poderes designada para efeitos do disposto no artigo 8.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reuniu no dia 20 de novembro de 2012, na sede da referida Assembleia, na Horta.

Da agenda da reunião constava a emissão de parecer relativo à verificação dos mandatos do Deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Carlos Alberto Medeiros Mendonça.

Estiveram presentes os Deputados Francisco Coelho (Presidente), Isabel Rodrigues (Relatora), José Andrade (Secretário), Graça Silva, Cláudia Cardoso, Luis Maciel, Pedro Moura, Humberto Melo, Luis Rendeiro, Luís Garcia.

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O n.º 1 do artigo 9º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro (Regime de Execução do Estatuto dos Deputados), estabelece que, em caso de vacatura “o deputado será substituído pelo primeiro candidato não eleito na respetiva ordem de precedência da mesma lista”. De acordo com o disposto no n.º 5 do mesmo dispositivo legal, a substituição de deputado, em caso de vacatura, depende de requerimento da direção do grupo parlamentar ou de órgão competente do partido ou, ainda, do candidato com direito a preencher o lugar vago.

Nos termos do disposto no artigo 70º, n.º 2 do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, constitui competência da Assembleia Legislativa proceder à verificação dos poderes dos seus membros.

A verificação de poderes consiste na conferência da identidade do Deputado e na apreciação da regularidade formal do mandato, através da verificação da elegibilidade e de quaisquer incompatibilidades, tal como dispõe o artigo 8º, nºs 1 e 2 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução nº 15/2003/A, de 26 de novembro.

Capítulo III

VERIFICAÇÃO DOS PODERES DO DEPUTADO

Por ofício dirigido a Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 14 de novembro de 2012, e na sequência da suspensão dos respetivo mandato pelo Deputado André Jorge Dionísio Bradford e das comunicações, para o mesmo efeito, dos candidatos Cristina de Fátima Silva

Calisto Decq Mota e Bruno Miguel Correia Pacheco, por se encontrarem em situação de incompatibilidade prevista no artigo 101º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores (EPARAA), a Direção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista comunicou que a vaga será preenchida pelo candidato Carlos Alberto de Medeiros Mendonça, com efeitos à data de 7 de novembro de 2012.

Compulsada a ata de apuramento geral do resultado da eleição para a Assembleia Legislativa realizada a 14 de outubro de 2012, o mapa oficial de resultados e as listas definitivas de candidatos, e considerando a ordem de precedência na respetiva lista, há que proceder à verificação dos poderes do candidato Carlos Alberto Medeiros Mendonça, o qual, nos termos das já citadas normas do Estatuto dos Deputados deverá substituir o Deputado André Jorge Dionísio Bradford.

O candidato Carlos Alberto Medeiros Mendonça apesar de não apresentar qualquer situação de inelegibilidade é fisioterapeuta especialista do quadro da Unidade de Saúde da Ilha de S. Miguel, Centro de Saúde do Nordeste, sendo o desempenho de tais funções incompatível com o exercício do mandato de deputado, nos termos do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 101º do EPARAA, pelo que não pode exercer as referidas funções a partir da data em que assuma o mandato de Deputado.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os Grupos Parlamentares do PS, do PSD e do CDS/PP e o Deputado da Representação Parlamentar do PCP consideram estar verificada a situação de elegibilidade e que o candidato deixará de estar em situação de incompatibilidade à data da cessação das respetivas funções na Unidade de Saúde de Ilha.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, a Comissão de Verificação de Poderes considera, por unanimidade, elegível o candidato Carlos Alberto Medeiros Mendonça, e que o mesmo está em situação de incompatibilidade, concluindo que, cessando essa incompatibilidade, o mesmo está em condições de integrar a X Legislatura a partir da data de suspensão do mandato do deputado que substitui, ou seja em 7 novembro de 2012.

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 4º do citado Regimento, o presente Relatório, depois de apresentado e discutido, é votado pela Assembleia Legislativa.

Horta, 20 de Novembro de 2012

A Relatora, Isabel Rodrigues

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Francisco Coelho

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, podemos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este relatório façam favor de se manter como estão.

Secretária: O Relatório de Verificação de Poderes foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Verificados os poderes, convidava o Sr. Deputado Carlos Mendonça a ocupar o seu lugar.

Seja bem-vindo, Sr. Deputado, e bom trabalho.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Muito obrigado.

(Neste momento o Sr. Deputado Carlos Mendonça ocupa o seu lugar na bancada do Grupo Parlamentar do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos entrar na agenda da reunião de hoje com o primeiro ponto: **Projeto de Resolução: “Comissões Especializadas Permanentes”**.

Foi acordado em conferência de líderes, de forma a permitir a imediata instalação destas comissões, que este Projeto de Resolução vigorasse como primeiro ponto.

Por isso pedia à Sra. Secretária para apresentar o Projeto de Resolução.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Projeto de Resolução

COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES

Na sequência da eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de 14 de outubro de 2012, importa fixar o elenco e composição das comissões especializadas permanentes da Assembleia Legislativa.

De acordo com os artigos 35.º e 41.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o elenco, as matérias de competência e a composição das comissões especializadas permanentes, são fixados por resolução da Assembleia Legislativa. Nos termos dos mesmos artigos, o número das comissões especializadas permanentes não pode ser inferior a quatro e a respetiva composição, com um mínimo de sete e um máximo de treze deputados, deve corresponder às relações de voto dos partidos representados na Assembleia Legislativa.

Assim, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o seguinte:

Artigo 1.º

Elenco das comissões

O elenco das comissões especializadas permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, discriminado pela denominação e matérias de competência, é o seguinte:

i – Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho:

- Assuntos constitucionais, estatutários e regimentais;
 - Organização e funcionamento da Assembleia Legislativa;

 - Comunicação social;
 - Ordenamento do território;
 - Ambiente;
 - Trabalho e formação profissional.
- ii* – Comissão de Política Geral:
- Administração pública, regional e local;
 - Ordem pública e proteção civil;
 - Comunidades açorianas;
 - Construção europeia, sem prejuízo da competência, em razão da matéria, de outras comissões;
 - Tratados e acordos internacionais;
 - Habitação e equipamentos;
 - Urbanismo.
- iii* – Comissão de Assuntos Sociais:
- Educação;
 - Cultura;
 - Ciência e tecnologia;
 - Saúde;
 - Solidariedade e segurança social;
 - Juventude;
 - Desporto.
- iv* – Comissão de Economia:
- Planeamento e estatística;
 - Tesouro, contribuições e impostos;
 - Orçamento e contabilidade pública;
 - Privatizações;
 - Transportes;
 - Agricultura;

- Pescas;
- Turismo;
- Comércio, indústria e energia;
- Desenvolvimento rural;
- Cooperativismo.

Artigo 2.º

Composição das comissões

1 – As comissões especializadas permanentes são compostas, cada uma, por treze deputados, assim distribuídos:

a) O Partido Socialista (PS), o Partido Social Democrata (PSD) e o Partido Popular (CDS-PP) integram todas as comissões especializadas permanentes, indicando sete, quatro e um deputados, respetivamente, para cada comissão;

b) O Bloco de Esquerda (BE) integra duas comissões especializadas permanentes, indicando um deputado para cada uma delas;

c) O Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Popular Monárquico (PPM) integram, cada um, uma comissão especializada permanente.

2 – O Bloco de Esquerda (BE), o Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Popular Monárquico (PPM), escolhem as comissões especializadas permanentes que integram, pela ordem do partido mais votado na eleição para a Assembleia Legislativa, escolhendo posteriormente o Bloco de Esquerda (BE) a segunda comissão que integra.

3 – O Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Popular Monárquico (PPM) podem ainda participar, cada um, em mais uma comissão especializada permanente, de sua livre escolha, sem direito a voto.

4 – A participação referida no número anterior será considerada como em serviço, para todos os legais efeitos.

Artigo 3.º

Composição da comissão permanente

A Comissão Permanente é composta por vinte e cinco Deputados, sendo treze do Partido Socialista (PS), sete do Partido Social Democrata, dois do Partido Popular (CDS-PP), um do Bloco de Esquerda (BE), um do Partido Comunista Português (PCP) e um do Partido Popular Monárquico (PPM).

Artigo 4.º

Entrada em vigor e produção de efeitos

A presente resolução entra em vigor no dia seguinte à sua publicação e produz efeitos à data da sua aprovação.

Horta, 16 de novembro de 2012.

A Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Ana Luísa Luís

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se às inscrições sobre esta matéria?

Não havendo passava de imediato à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Entramos no segundo ponto da Agenda da Reunião que se refere à **apreciação e debate do Programa do XI Governo da Região Autónoma dos Açores.**

Este debate foi organizado nos termos do artigo 132º do Regimento e os tempos que foram acordados em conferência de líderes estão assim distribuídos:

- Governo- 245 minutos,
- Partido Socialista - 245 minutos,
- Partido Social Democrata - 160 minutos,
- Partido Popular - 50 minutos,
- Bloco de Esquerda, o Partido Comunista Português e o Partido Popular Monárquico - 15 minutos.

Apresentados que estão dos tempos e para apresentação do Programa do Governo, dava a palavra ao Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência da tomada de posse que ocorreu há quinze dias, o Governo dos Açores apresenta-se perante esta Assembleia com o seu Programa, cujo debate de três dias hoje iniciamos.

Este é, sem dúvida, um momento de grande relevância política, porque se, por um lado, permite ao Governo a entrada em funções na sua plenitude, por outro, representa o renovar institucional dos compromissos assumidos e sufragados maioritariamente pelos Açorianos nas últimas eleições.

O Governo não vê, assim, este ato como um mero procedimento parlamentar a que está obrigado a cumprir, mas sim como um importante momento que assinala, na prática, o início da governação da Região nos próximos quatro anos.

Uma governação que pretendo inclusiva, que conta com todos porque todos seremos poucos.

Uma governação que terá sempre em linha de vista os interesses dos Açorianos e dos Açores num contexto que obriga a um esforço redobrado de entendimentos e de compromissos mobilizadores dos objetivos traçados.

Objetivos cuja concretização pretendemos trabalhar, clarificar e consolidar com os parceiros sociais, mas também, aqui, nesta casa, com as outras forças políticas, porque o nosso mandato, a legitimidade do novo Governo, não é contra ninguém ou apesar de alguém, mas a favor da nossa Terra, do nosso Povo e da nossa Autonomia.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Esta abertura ao diálogo entre o Governo e os parceiros sociais e os partidos políticos não pode, porém, sobrepor-se a uma questão essencial: Este Programa reflete e, mais do que isso, respeita a escolha que os Açorianos fizeram a 14 de outubro.

Não seria, por isso, aceitável que este Governo apresentasse nesta casa um Programa que contradissesse, nas metodologias e nos objetivos, a confiança

depositada num projeto de governação sufragado por uma larga maioria, apenas quando estão decorridos cerca de 40 dias após o ato eleitoral.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É, assim, o valor supremo da verdade do voto que este Governo faz ponto de honra em cumprir com este Programa de Governo.

Este debate é, também, um momento de clarificação quanto ao grau de compromisso que cada partido está disponível para assumir relativamente à concertação em prol dos Açores.

No final destes três dias, os Açorianos estarão em condições de avaliar quem, neste Parlamento, esteve disposto esclarecer e a concertar posições para a resolução dos seus problemas e quem, por outro lado, se fechou, à partida, em posições redutoras.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Os Açorianos e as Açorianas não compreenderiam, nem nos perdoariam, se, estando a Região – como o País e a Europa – sujeita a tantos e tão intensos condicionalismos financeiros e económicos, muitos dos quais fora da nossa esfera de controlo direto, fossemos todos – governo, oposição e parceiros sectoriais – mais céleres na crítica do que na solução, mais pródigos na maledicência do que na ambição, mais caprichosos nos procedimentos do que pragmáticos na obtenção de resultados.

Não somos, naturalmente, obrigados, - nem sequer este é um convite a tal – a estar sempre de acordo.

É isso sim a disponibilidade e o interesse de buscar consensos e concertar posições a bem dos Açores e dos Açorianos.

Deputados Francisco César e José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que saliente nesta apresentação deste Programa pela razão de estarmos aqui nesta casa: - a Autonomia Político-Administrativa dos Açores - e pela forma como o XI Governo dos Açores pretende defendê-la e reforçá-la.

A Autonomia que hoje vivenciamos não é um qualquer ponto de chegada.

Este é um momento encadeado da História em que, agora como antes, os Açorianos assumem, na primeira pessoa, a defesa dos seus interesses e dos seus direitos.

A atualidade demonstra, diariamente, aliás, que os centralismos e os ataques às conquistas autonómicas não são apenas retórica populista ou memórias de um passado ciclicamente revivido, antes constituem uma evidência que, infelizmente, também se renova nas metodologias e nos propósitos e atravessa um largo espectro político, partidário e institucional.

É por isso que assumo a necessidade coletiva de desenvolver em plenitude as possibilidades e competências constitucionais e estatutárias da Região, na certeza, porém, de que estas de pouco valem, política e legislativamente, se não forem alicerçadas numa adequada sustentabilidade económica e financeira, que garanta à Autonomia os meios e instrumentos necessários ao seu pleno e legítimo exercício.

Na atual conjuntura, sobre este Governo e este Parlamento não impende apenas o dever de curar da Autonomia dos Açores.

A este Governo e a este Parlamento cabe também a responsabilidade de provar ao país que este modelo de descentralização política e administrativa, conquistado em 1976, continua a constituir-se como a melhor opção para a nossa vivência coletiva, aqui, em particular, e, em geral, no nosso País.

Cabe dar testemunho do acerto e do mérito desta opção como a que melhor visa a participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico e social e a promoção e defesa dos interesses da Região dentro de um quadro de unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todas as regiões.

Até porque, conforme se constata no dia-a-dia, nem todos, em todo o País, têm estado à altura deste desígnio.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Essa nossa responsabilidade justifica, pois, os alertas, e se necessário for, as ações contra aqueles que de forma ingénuo, irresponsável ou a soldo de interesses ou compromissos que não os dos Açores sejam lesto em tomar a nuvem por Juno ou a árvore pela floresta.

É certo que o pior que poderia acontecer às Açorianas e aos Açorianos é que à austeridade nacional se aliasse mais austeridade regional.

Mas também é certo que o pior que poderia acontecer à Autonomia dos Açores é que, face à austeridade nacional, é que se contrapusesse a irresponsabilidade ou sequer a ligeireza da gestão dos recursos financeiros públicos regionais.

O pior que podia acontecer às centenárias conquistas autonómicas é que se esvaziassem, não no sentido, mas na prática, na capacidade do próprio povo açoriano poder continuar a construir o seu Futuro de forma plena e autónoma.

Porque outros, noutras parcelas do país, soçobraram na tarefa de alicerçar financeiramente a sua gestão autonómica, pesa sobre nós, com maior intensidade, uma enorme responsabilidade, Senhoras e Senhores Deputados: a de sermos o bom exemplo de Autonomia e, por isso, termos de zelar, política e financeiramente, pela legitimação continuada dos propósitos e das vantagens coletivas do autogoverno regional.

Ao XI Governo dos Açores não faltarão coragem, empenho e abnegação, mas a tarefa é árdua e o caminho só pode ser percorrido com sucesso se todos tivermos sempre presente a noção de que acima dos nossos interesses conjunturais ou de grupo estão os interesses da nossa terra e os direitos conquistados pelos nossos concidadãos.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Programa apresentado a este Parlamento assume, claramente, as prioridades relativas à criação de emprego e à competitividade das empresas, bem como o apoio às famílias para fazer face às consequências sociais da conjuntura financeira e económica que atravessamos.

Tendo em conta as incertezas sobre inúmeras variáveis macroeconómicas externas, os próximos anos serão marcantes na implementação de políticas que almejem um novo patamar de desenvolvimento do emprego e de competitividade da nossa economia.

Estas propostas pretendem distinguir-se pelo rigor, inovação, criatividade e modernidade, em prol de uma Região competitiva e economicamente mais

independente, numa clara mudança do paradigma de investimento necessário neste novo ciclo que os Açores iniciam.

Mas são, sobretudo, e permitam-me salientar este aspeto, as medidas e os compromissos que o Partido Socialista apresentou às Açorianas e aos Açorianos, no período eleitoral.

Submetemos hoje aqui à validação deste Parlamento aquilo que propusemos em campanha eleitoral e que está vertido neste Programa de Governo.

Permitam-me alguns exemplos:

Na área da empregabilidade,

- A 04 de fevereiro, na ilha Terceira, apresentei a Criação de um Programa de apoio ao emprego jovem através da criação de incentivos às empresas para a empregabilidade dos jovens que concluíram o Estagiar L e T. Um compromisso que se renova e assume na página 118 do Programa do Governo.

- A 29 de setembro, também em Angra do Heroísmo, comprometi-me a criar medidas para combater a sazonalidade do Turismo, caso de um programa especializado para a formação dos profissionais do setor que funcionará na época baixa. É o mesmo compromisso que consta da página 153.

Na área da competitividade das empresas, permitam-me também alguns exemplos:

- A 19 de agosto, na Vila da Povoação, propus a criação de Programa de Reforço da Competitividade das Empresas Açorianas, para permitir aos empresários reduzir os seus custos de contexto das suas empresas, nomeadamente, permitindo a redução da fatura com a energia elétrica e com os combustíveis. É esta medida que está prevista na página 174 do documento aqui em debate.

Cerca de um mês depois, a 23 de setembro, avancei com uma proposta para a revitalização do comércio tradicional e restauração, através de investimentos de urbanismo no espaço circundante, dinamização de campanhas de promoção e linhas de apoio financeiro direcionadas para o reforço da sua liquidez e valorização do emprego. É este compromisso que se assume na página 177.

Permitam-me mais alguns exemplos, desta fiabilidade e desta correspondência entre aqueles que foram os compromissos assumidos pelo Partido Socialista e aquilo que é este Programa do Governo:

Na área dos apoios às famílias,

- A 30 de setembro, na Praia da Vitória, anunciei a intenção de duplicar o desconto que as famílias açorianas com mais do que um filho em creches e jardins-de-infância já têm. Esse compromisso é, agora, materializado na página 78 do Programa de Governo.

- A 20 de março, durante uma visita ao concelho da Povoação, afirmei que, se fosse eleito, pretendia alargar o programa de aquisição de medicamentos (COMPAMID) a novas áreas de apoio aos idosos como as doenças crónicas. Pois bem, é o compromisso que está assumido na página 80 do Programa de Governo.

E muitos e muitos outros exemplos poderia referir nas mais diversas áreas da governação.

Fica assim provado que o XI Governo está a mobilizar toda a sua competência, capacidade de trabalho e determinação para, com responsabilidade, honrar a Confiança e a Esperança que os Açorianos depositaram no projeto de governação que agora lidero.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Hoje aqui renovamos aquele que é um dos objetivos centrais deste Governo: consolidar a Região como um território socialmente coeso, onde se protege os mais fragilizados, se apoia os mais necessitados, se incentiva os jovens e se estimula quem quer inovar e crescer.

Este é, na sua essência, o caminho que este Governo vai prosseguir: uma verdadeira Via Açoriana que considera que, para passarmos a atual crise, não se deve sacrificar mais do que já nos é imposto pelo Governo da República as famílias, as pequenas e médias e empresas, os funcionários públicos, os trabalhadores, os jovens e os reformados e pensionistas.

Um projeto que acredita no crescimento dos Açores.

É este o nosso contributo e o nosso dever enquanto Governo.

A construção de um futuro que a todos convoque e responsabilize, e que a todos possa aproveitar.

Saibamos, assim, estar à altura deste desafio!

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Como sabem, o período parlamentar que se segue tem como tempo limite 30 minutos.

Por isso, para esclarecimentos agradecia que se inscrevessem.

Para um esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero, em primeiro lugar, saudar o Senhor Presidente do Governo, desejando-lhe sucesso no desempenho das suas funções durante os próximos quatro anos.

Este é um desejo sincero e não de circunstância.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Risos do Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial)

O Orador: Os açorianos disseram, no passado mês de outubro, que queriam o PS para governar. Do PSD/Açores, Senhor Presidente do Governo, pode esperar colaboração na luta contra a situação de emergência social em que a Região se encontra.

Deputado João Bruto da Costa e António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas, o PSD/Açores não deixará, também, de respeitar os muitos milhares de açorianos que nos deram o seu voto, confiantes de que somos a alternativa.

Aqui estaremos também para mostrar que pode haver outro caminho.

As açorianas e os açorianos podem continuar a contar com o PSD/Açores como partido ativo e empenhado, crítico, mas gerador de propostas, na árdua tarefa de combater a maior crise económica da Era Autonómica.

Neste combate, contra a crise e não contra o Governo dos Açores, o PSD/Açores não baixará os braços!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem

O Orador: Nos próximos anos será necessário um grande sentido de responsabilidade, uma enorme capacidade para esquecer divergências partidárias. Devemos todos concentrar os nossos esforços na elaboração de propostas para melhorar a vida das pessoas.

O PSD/Açores está preparado e totalmente disponível para encontrar soluções. É, contudo, o Governo e o Partido Socialista que governam. Serão eles os chamados a responder pela implementação do Programa que hoje começamos a debater.

Como oposição responsável, o PSD/Açores não deixará de apresentar, sempre que se justifique, alternativas às soluções que o Governo aqui trazer.

É certo que temos muitas dúvidas que as opções ao nível da orgânica, por exemplo, escolhida sejam as melhores. Pensamos até que, nalguns casos, elas poderão ser um obstáculo aos objetivos propostos. Mas o tempo o dirá.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sabemos bem que tempos urgentes requerem medidas urgentes. Quem sofre não pode esperar que o Governo e a oposição se entendam. Por nós, esse trabalho deve começar já hoje!

O PSD/Açores não ignora que parte das dificuldades atuais resultam das medidas de austeridade que têm vindo a ser aplicadas pelo Governo da República.

Deputado Francisco César (PS): Então por que é que votaram a favor?

O Orador: Assim como não ignora quem levou à necessidade de tomar essas medidas. Mas essa é uma discussão que pouco interessará agora aos açorianos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E o pedido de esclarecimento?

O Orador: O que lhes interessa é que o seu regime de Governo Próprio encontre respostas para os seus problemas.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Muito obrigado. Sra. Presidente, já termino. É pena que numa legislatura nova alguns maus hábitos persistam, mas vou tentar concluir a minha intervenção.

Não se podem alijar responsabilidades perante cada dificuldade ou ineficiência.

Sr. Presidente do Governo, a via açoriana tem de ser a via das respostas e não das desculpas.

Vozes dos Deputados a bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Neste caso, mais do que uma interpelação, Sr. Presidente, em resposta à sua intervenção, esta é, pois, uma manifestação de predisposição do PSD/Açores para o trabalho em prol dos açorianos.

Disse!

Vozes dos Deputados a bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado, pela sua capacidade de síntese.

Daria agora a palavra para um esclarecimento ao Sr. Deputado Nuno Melo Alves.

(*) Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais permitam-me felicitar o Sr. Presidente do Governo, e o Governo Regional, neste primeiro ato e neste momento, pela sua eleição, pela tomada de posse e desejar sinceramente as maiores felicidades no desempenho do vosso trabalho, na vossa árdua tarefa nos próximos quatro anos, para bem da Região, para bem dos Açores, das açorianas e dos açorianos.

Da nossa parte podem contar sempre com uma oposição legal, firme...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sempre!

O Orador: ... e também quando o merecerem com o nosso apoio.

Sr. Presidente do Governo, três pedidos de esclarecimento (três questões) que temos aqui:

Em relação ao vosso Programa de Governo apresentam aqui alguma matéria, embora pouca, na nossa opinião, em relação ao Acordo da Base das Lajes.

Desde logo, porque as medidas que apresentam são quase todas assentes na reconversão laboral, na integração, na formação, na requalificação profissional de postos de trabalho que eventualmente venham a ser perdidos na Base das Lajes e, por outro lado, protocolos para formação em universidades americanas, medidas complementares e seguramente interessantes mas que fogem à questão central e essencial.

Qual é a preparação, quais são as medidas, qual é o plano de contingência ao fim e ao cabo, que o Governo Regional tem para se vier a ser confrontado com a situação de um despedimento ou de uma redução da força laboral na Base das Lajes (ex: 200 ou 300 pessoas)?

É importante percebermos isso por duas razões:

Desde logo, para avaliar a capacidade de resposta, mas também porque quanto melhor for a preparação de um eventual plano de contingência para uma situação destas, mais forte será a posição negocial da Região e do Governo da República nas conversações que decorrem para a renovação do Acordo da Base das Lajes.

Uma segunda questão tem a ver com o que o Ministro das Finanças anunciou esta semana, concretamente a revisão da Lei das Finanças Regionais.

É evidente, para nós, como já aqui dissemos nesta Casa, que a assinatura do Memorando de Entendimento com a República fragilizou a Região e pôs a Região numa situação de pé de igualdade de resgaste financeiro juntamente com outra Região Autónoma.

Assim sendo, importa agora saber, uma vez que está eminente a reformulação da Lei de Finanças Regionais, quais são os objetivos que o Governo Regional tem para essa negociação, quais são os pontos que considera essenciais na manutenção da Lei de Finanças Regionais.

O terceiro aspeto tem a ver com a alteração orgânica, com as anunciadas reduções de custo de funcionamento do Governo Regional que foram feitas ao longo da campanha.

O Governo Regional anunciou que efetivamente queria reduzir 50% da sua participação nas empresas públicas no Sector Público Empresarial.

Gostaríamos de saber aqui quais são as empresas que o Governo Regional alienará ou deixará de participar?

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que abreviasse a sua intervenção.

O Orador: Sra. Presidente, já vou concluir.

Quais são as empresas e os setores de atividade onde deixará de estar presente?

Qual a forma? A privatização? A alienação? Ou o encerramento?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Neste início de legislatura, começo por saudar, a Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e todos os deputados da X Legislatura, saúdo também o Senhor Presidente e restantes membros do Governo Regional mas quero, tal como fiz há quatro anos, dirigir também uma saudação muito especial aos trabalhadores da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Chegámos aqui após uma campanha eleitoral em que muito se prometeu ao Povo Açoriano: o possível e o impossível, o razoável, mas também o completamente disparatado.

Tomei escrupulosamente nota de todas e cada uma das promessas dos diversos partidos e, agora, aqui estarei para as cobrar.

Tentarei, neste debate, começar a perceber como vai afinal o Presidente do Governo Regional fazer face a esse mar de promessas que deixou atrás de si na campanha eleitoral e entender, para lá das formulações vagas que estão neste Programa de Governo, quais são, afinal as soluções que quer implementar nos próximos quatro anos.

Porque não resulta claro, mas mesmo nada claro, quais são afinal, as mudanças políticas reais, que o PS quer implementar nesta legislatura. Pelo contrário, o que ressalta da leitura do documento é uma lúgubre continuidade com o pior dos governos de Carlos César. Porque a subalternização e desvalorização do setor produtivo, a ânsia privatizadora (que já nem o PS nacional subscreve), a posição derrotada à partida na questão dos trabalhadores da Base das Lajes e, sobretudo, a continuada centralização e governamentalização – no pior sentido! – de toda a ação da Região, não são novas. Pelo contrário soluções são velhas, que serviram apenas para atrasar o desenvolvimento dos Açores e para tornar os açorianos mais pobres e desprotegidos perante a crise que sopra de Lisboa.

Isto é o que os açorianos exigem saber: vai ou não o PS mudar de rumo?

E, com urgência, é preciso que se clarifique: está o Governo Regional disponível para recusar qualquer alteração da Lei das Finanças Regionais, feita à pressa e sob a chantagem das avaliações da troika?

Está ou não este Governo disponível para utilizar com coragem os mecanismos da Autonomia para proteger os açorianos e as açorianas dos desmandos do Governo PSD/CDS-PP?

Presidente: Sr. Deputado, gostaria que terminasse.

O Orador: Está ou não disponível para recuperar a nossa Autonomia, revendo o Memorando de Entendimento com a República?

Está ou não disponível para apoiar as famílias e estimular a economia regional, nomeadamente devolvendo os subsídios de férias e de natal do ano de 2012, aumentando o acréscimo ao Salário Mínimo Regional e criando e reforçando outros apoios ao rendimento?

É isso que eu espero ver hoje esclarecido.

Disse.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passava agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a primeira intervenção do Bloco de Esquerda nesta nova Legislatura queria desejar à Sra. Presidente a capacidade de rigor e de isenção na condução dos trabalhos desta Casa durante os próximos quatro anos; às Sras. e aos Srs. Deputados as maiores felicidades no exercício do seu mandato; ao Governo Regional, na pessoa do seu Presidente, ousadia e coragem na implementação das políticas que são necessárias para a nossa Região e, obviamente, a todos os trabalhadores desta Casa e a todos os jornalistas que nos acompanham durante a semana do plenário bom trabalho e que todos continuemos o bom relacionamento que temos tido.

Sr. Presidente do Governo Regional, para o Bloco de Esquerda há claramente uma linha que separa o seu discurso na pré-campanha e na campanha eleitoral daquilo que está consignado no Programa do Governo que hoje estamos aqui a debater. Gostaria de lhe explicar porquê.

O Sr. Presidente do Governo Regional vem assumir, agora, depois do Partido Socialista ter ganho as eleições, que os principais pilares da Autonomia são exatamente a Constituição da República Portuguesa, o nosso Estatuto Político-Administrativo e a Lei de Finanças Regionais. Para o Bloco de Esquerda isto não é uma novidade. Vimo-lo dizendo há muitos anos.

Mas acontece que antes desta afirmação que, aliás, o fez de uma forma intensa e assertiva no seu discurso de tomada de posse daquela tribuna chamando a atenção para estes três pilares e para as ameaças centralistas que pairam sobre eles, eu queria dizer-lhe o seguinte:

Quando aconteceu a assinatura do Memorando de Entendimento com a Troika, um destes pilares, exatamente a Lei de Finanças Regionais, foi posta em causa, foi ameaçada. Está lá, preto no branco, escrito.

O Bloco de Esquerda chamou a atenção, variadíssimas vezes, dentro e fora desta Casa, para esta situação.

Fizemos aquilo que o Sr. Presidente do Governo acabou, daquela tribuna de desafiar os partidos da oposição a fazer.

Disponibilizámo-nos para a criação de um consenso alargado na Região Autónoma dos Açores que envolvesse todos os partidos, o Governo há altura e todas as forças vivas da nossa sociedade, no sentido de defendermos com clareza e com veemência a Lei de Finanças Regionais.

Acontece que a esta nossa disponibilidade e a esta nossa solicitação a resposta foi de silêncio.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Esqueceu-se da proposta!

A Oradora: Do lado da direita pela subserviência óbvia ao poder central que é da mesma cor política; ...

Presidente: Sra. Deputada, agradecia que abreviasse.

A Oradora: ... da parte do Partido Socialista pelo facto de estar amarrado a este Memorando de Entendimento que, aliás, foi o primeiro a subscrever.

Vou terminar, Sra. Presidente. Só três questões e muito rápidas:

A primeira questão que lhe coloco, Sr. Presidente é: até que ponto é que está disponível para, na prática (não é com discurso inflamado e de boas intenções!) e de uma forma objetiva e consequente, defender a Lei de Finanças Regionais e defendê-la das ameaças muito objetivas e já explicitadas em vários documentos de ataque àquilo que ela diz e àquilo que ela garante para a nossa Região pela parte do Governo da República?

Segunda questão:

Dava gosto ouvi-lo, Sr. Presidente do Governo, durante a campanha eleitoral, falar no combate à austeridade. Era um discurso de esquerda. Pelo menos parecia.

Mas quando olho para o Programa do Governo...

Presidente: Sra. Deputada, já lhe dei um minuto de tolerância. Agradecia que terminasse.

A Oradora: Sra. Presidente, vou terminar.

... não vejo uma única palavra que, na prática, diga como é que esse combate à austeridade vai ser feito. De devolução do subsídio confiscado, nem uma palavra. Não está lá nada.

Deputado Francisco César (PS): Estava e está!

A Orador: Pelo contrário, o que lá está muito claramente é que o Memorando de Entendimento, assinado entre os Açores e a República, ao contrário de, como dizia o Sr. Vice-Presidente do Governo (e disse-o, reiteradamente, hoje, quase o Primeiro-Ministro dos Açores, falemos verdade, dadas as diversas e substanciais pastas que tem nas mãos) ...

Presidente: Sra. Deputada, tem mesmo de terminar.

A Oradora: ... não ter nenhum problema, ser uma coisa extremamente simples, que era só pôr no papel aquilo que já se fazia, parece que não! Parece que é muito mais do que isso.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Começo por felicitar V. Exa. pela vitória eleitoral nas últimas eleições embora, é claro, desejando que (não desejava, mas desejando) tenha sido a última.

Devo dizer-lhe também que em relação ao Programa do Governo que V. Ex. apresenta a esta câmara, com grande parte do Governo estou de acordo com os princípios que lá estão enunciados como estou de acordo com o “catecismo”. Também estou de acordo com a matéria que vem referenciada no “catecismo”.

O que temos aqui é um enunciado de boas intenções, mas falta-lhe aquela resposta que os açorianos querem ouvir, respostas objetivas e práticas aos problemas que a sociedade açoriana tem de enfrentar.

Um Programa do Governo tem de ser algo operativo, objetivo, que as pessoas possam ler e perceber o que é que lhe estão a propor.

O Sr. Presidente do Governo Regional o que nos traz aqui é um documento místico em que não tem nada para apresentar do ponto de vista objetivo.

Por isso vou colocar-lhe questões muito objetivas e práticas.

Como pensa combater o desemprego? Qual é a estratégia? Quais são as medidas práticas? V. Exa. não tem esta matéria explicitada no Programa do Governo.

O que pensa fazer de forma objetiva para evitar a rotura dos níveis mínimos de subsistência dos setores mais desfavorecidos da sociedade açoriana?

O que pensa fazer de forma objetiva?

Também não se percebe onde está esta matéria no Programa do Governo.

E a dívida do sector da saúde de mais de mil milhões de euros?

Como pensa V. Exa. resolver este problema? Como pensa fazer? Como é que vai pagar esta dívida e vai manter a operacionalidade dos serviços de saúde na Região?

Os despedimentos da Administração Pública a que V. Exa. se comprometeu no âmbito do Memorando de Entendimento que assinou com a República, o Sr. Presidente do Governo Regional está em condições de dizer aqui, afirmar e comprometer-se que não o irá fazer ao longo de toda a Legislatura? Quero uma resposta objetiva sobre esta questão.

O derrotismo na Base das Lajes. Aqui é algo que temos perfeitamente objetivo e é uma das matérias em que de facto o plano do Governo está muito objetivo.

O plano do Governo é apresentar uma bandeirinha branca e dizer:

“Perdemos a negociação! Aceitamos que nos reduzam...”

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que fosse breve.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

...o contingente laboral e mais algumas vantagens e não temos nada para oferecer, não temos nenhum plano a não ser apresentar aqui a nossa declaração de derrota!”

Nestas negociações, o Governo Regional já vai derrotado à partida. Os americanos podem ler neste Programa do Governo ao que é que os senhores vão.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vai iniciar-se um processo de negociação com os chineses!

O Orador: Os senhores vão procurar a derrota nesta negociação que se está a desenvolver.

Por fim, Sra. Presidente, uma pergunta muito objetiva no âmbito da ilha pela qual fui eleito.

O Sr. Presidente do Governo Regional chegou à ilha do Corvo e comprometeu-se a ampliar o porto da Casa.

Como aqui neste texto não é perceptível a concretização...

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que fosse breve. Tem um minuto.

O Orador: ... deste objetivo, pergunto-lhe muito objetivamente se senhor mantém o que prometeu aos corvinos?

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para um pedido de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na primeira intervenção nesta Legislatura não podia deixar de saudar a Sra. Presidente pela sua eleição, desejando-lhe naturalmente felicidades nas suas funções; saudar todos os colegas, Sras. e Srs. Deputados eleitos, dizendo que é bom ver um Parlamento dos Açores tão plural e tão abrangente; saudar também o Sr. Presidente do Governo e a Sra. e os Srs. Membros do Governo desejando-lhe naturalmente felicidades para as funções que agora iniciam.

Relativamente ao discurso do Sr. Presidente do Governo e à apresentação deste Programa do Governo julgo que se impõe referir cinco questões que me parecem de realçar nesta fase.

É preciso dizê-lo também e recordar que estamos a discutir o Programa do Governo, ou seja, o enquadramento programático daquilo que vai enquadrar a ação governativa nos próximos quatro anos. Não estamos a discutir um Plano e Orçamento, esse sim, com objetivos, ações e medidas, muito mais concretas e muito mais concretizadas.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

O Orador: Realçando cinco matérias que me parecem absolutamente fundamentais, referidas pelo Sr. Presidente do Governo:

Em primeiro lugar, a questão da defesa da sustentabilidade da nossa Autonomia, da manutenção e da defesa da arquitetura do Estado que respeita as Regiões Autónomas e que respeita o Estatuto Político-Administrativo das Regiões Autónomas, que combate ferozmente a perspetiva que por vezes existe no Governo da República de nos asfixiar financeiramente para nos condicionar politicamente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista aqui estará para contrariar sempre essa perspetiva e essa postura.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É preciso é que faça isso!

O Orador: Em segundo lugar, outra matéria que me parece absolutamente fundamental: o emprego, a criação de emprego!

É transversal em todo o Programa do Governo o aproveitamento e a potenciação dos nossos recursos nas suas diversas vertentes e nas suas diversas áreas para criar e promover emprego nos Açores.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Isso tem dias!

O Orador: Por outro lado, também uma dimensão fundamental na área do emprego que é a de defender os postos de trabalho existentes, permitir a aplicação de programas de reconversão profissional que garantam a manutenção desses postos de trabalho.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Isso tem dias!

O Orador: Por outro lado, uma perspetiva que para nós é absolutamente fundamental, é continuar a trabalhar para aumentar e valorizar o valor social do trabalho e o valor social do emprego.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é muito importante, Sr. Deputado! Vamos ver!

O Orador: Em terceiro lugar, outra matéria que para nós é fundamental: a questão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

Tendo em conta o enquadramento financeiro do nosso país, tendo em conta a perspetiva que hoje existe no Terreiro do Paço, tendo em conta também ainda o péssimo exemplo que é dado pela Região Autónoma da Madeira e pela catástrofe que foi a gestão das finanças públicas na Madeira, é fundamental que os Açores...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Termino já, Sra. Presidente.

... tenham uma discriminação positiva pelo bom comportamento e pela responsabilidade que sempre tiveram na gestão das suas finanças públicas.

Uma quarta questão: a matriz social que é afirmada mais uma vez neste Programa do Governo, aliás, em contraciclo com aquilo que se passa em Lisboa e em

Portugal Continental, que é precisamente o caminho do corte dos apoios sociais, do corte nas prestações sociais, uma perspetiva que viola claramente o princípio básico da atividade política, hoje mais do que nunca, que é o princípio da igualdade e da redução do fosso entre os mais ricos e entre os mais pobres.

Última questão, que também me parece fundamental, no âmbito do grande desafio que temos pela frente em termos das perspetivas financeiras dos fundos comunitários que teremos pela frente.

É conhecido por todos as afirmações, por exemplo, do Dr. Durão Barroso e de grandes dirigentes europeus que sempre afirmaram que os Açores são o exemplo...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que fosse breve. Já lhe dei um minuto de tolerância.

O Orador: ... na aplicação dos Fundos Comunitários.

Essa perspetiva tem naturalmente de continuar para assim incidirmos numa matéria fundamental para o futuro que é o impacto que isso terá na nossa balança comercial e na potenciação e promoção daquelas que são as nossas principais potencialidades e os nossos recursos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quem se diz contra a austeridade, quem se diz contra os cortes nos apoios sociais, quem se diz contra os cortes nas prestações sociais, quem se diz contra o modelo de gestão centralizado e quem se diz contra a desresponsabilização do Estado, relativamente às suas responsabilidades nas Regiões Autónomas...

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: ... e em concreto nos Açores, terá que estar naturalmente ao lado deste Programa do Governo...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é para fazer um discurso, é para fazer perguntas ao Governo!

O Orador: ... e terá que naturalmente apoiar este Programa do Governo.

O Partido Socialista aqui estará para continuar a trabalhar e tudo fazer para estar à altura dos grandes desafios...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... que a nossa Região tem pela frente.

Muito obrigado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E o esclarecimento?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada.

Para prestar esclarecimentos dava a palavra ao Sr. Presidente do Governo.

(*) Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Agradeço as palavras e os votos de sucesso que me foram dirigidos, e ao Governo, por todas as bancadas. Registo também em concreto, em relação ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, a abertura e a forma como entende posicionar-se nesta legislatura e a forma como entende responder também àqueles que foram os desafios ou as propostas lançadas desde a primeira hora por parte deste Governo.

Relativamente à intervenção e aos pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Nuno Melo Alves gostaria de dizer-lhe que a parte do Programa do Governo referente ao Acordo da Base das Lajes tem aspetos que também não podem ser esquecidos e que não se resumem, única e exclusivamente, conforme referia o Sr. Deputado Paulo Estêvão, à previsibilidade ou à criação de medidas que possam compensar uma eventual diminuição desse ponto de vista.

A Região assume, ou pelo menos o Governo, que mobilizará, quer no âmbito de conversações informais, quer no âmbito de um futuro processo negocial, e fará uso de todos os instrumentos e prerrogativas de participação institucional para defesa dos interesses da Região pelo Estado Português.

Não é de agora a posição que o Governo manifestou quanto à convicção que a equipa dos Negócios Estrangeiros estará naturalmente a desenvolver o melhor do seu trabalho e das suas possibilidades para defesa dos interesses da Região nesta matéria. É um acordo entre Estados e o facto de ser um acordo entre Estados, ao mesmo tempo que leva a que a questão deva ser colocada neste plano em primeiro lugar, acreditamos e não temos razões para duvidar, que da parte do Ministério dos

Negócios Estrangeiros há efetivamente todo um compromisso e toda a atenção a esta matéria. Não há razão absolutamente nenhuma para duvidar deste aspeto.

O que entendemos também que deve ser considerado é que sendo um acordo entre Estados obviamente exige um patamar mínimo de concretização, um patamar mínimo de substância, para que efetivamente seja um acordo e não seja apenas uma intervenção unilateral de cada uma das partes.

Desse ponto de vista mantemos esse objetivo como está definido no Programa do Governo e temos também obviamente a criação, porque entendemos ser a nossa obrigação, de contemplar aquilo que pode acontecer se eventualmente essas pretensões que foram anunciadas sigam em frente.

Compreendemos que aqui estando esta parte – compreendemos, não, mas registamos – nos acusem de derrotismo.

Se não estivesse esta parte, acusar-nos-iam de falta de previdência e de falta de acautelar.

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

O Orador: “É preso por ter cão e preso por não ter” Mas preferimos desta forma, porque desta forma também, quer esta câmara, quer as açorianas e os açorianos, sabem quais são os dois objetivos que o Governo tem em relação a esta matéria.

Em primeiro lugar, a manutenção da importância que esse Acordo de Cooperação e Defesa entre os dois Estados se reveste e a importância que os Açores têm para esse efeito e, em segundo lugar, aquilo que é uma intervenção alternativa ou a possibilidade de um programa alternativo para fazer face àquela que se afigura (pelo menos temos conhecimento disso) ser uma intenção manifestada por parte do Governo dos Estados Unidos.

Relativamente à revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas (aproveitando para, respondendo ao Sr. Deputado Nuno Melo Alves, responder também a questões colocadas pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, pela Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, Zuraída Soares, e também pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão) dizer apenas que a posição que o Governo assume e que eu próprio manifestei, antes mesmo do processo eleitoral, foi que entendia que neste momento não havia razão

nenhuma para que não se mantivesse uma discriminação positiva da nossa Região, fundamentalmente por via da diferenciação fiscal, como está atualmente consagrada na Lei de Finanças Regionais, e por via da manutenção de transferência a título de solidariedade.

Para isso concorrem duas circunstâncias ou para isso concorre principalmente uma circunstância.

Entendemos e compreendemos que naturalmente na altura em que foi assinado o Plano de Assistência Financeira ao nosso país, não havendo um conhecimento detalhado quanto à situação das finanças públicas de cada uma das parcelas do Estado, houvesse essa previsão.

O que se prova hoje é que não há razão para que em relação aos Açores se proceda como estava inicialmente programado, porque os Açores demonstraram e têm demonstrado uma gestão rigorosa e equilibrada das suas finanças públicas. Desse ponto de vista, quer por via desse facto, quer por via daquilo que é essa legitimidade acrescida que temos, entendemos que essa discriminação positiva nessas duas componentes se deve manter.

Relativamente ainda à questão do Sr. Deputado Nuno Melo Alves quanto às empresas públicas, aquilo que também já tive oportunidade de referir antes na explicitação desta medida, que foi anunciada em junho ou julho deste ano, é, no fundo, a diminuição do número de empresas públicas em 50%, tendo como horizonte temporal aquilo que existia há data de 2010.

Existem empresas nas quais a saída do capital social do Governo se processará porque essas empresas não assumem uma natureza estratégica. Lembro-me até, numa entrevista a um órgão de comunicação social, de ter dado alguns exemplos.

É o caso da Fábrica de Santa Catarina, que deve ser avaliada no sentido de garantir a manutenção dos postos de trabalho, porque este é também um compromisso do Governo, nessa indústria...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É uma boa notícia para São Jorge, Sr. Presidente!

O Orador: ... e em relação também àquilo que é o caso da SINAGA relativamente à manutenção da sua importância estratégica para a diversificação da nossa atividade produtiva.

Mas há também outras vias de fazer a diminuição do número de empresas públicas. Eu próprio, enquanto Secretário da Economia, conduzi um processo de fusão das administrações portuárias que transformou 4 empresas públicas em apenas uma.

Obviamente que em circunstâncias em que há empresas que se assumem de importância estratégica para a nossa Região – o caso da EDA, da SATA – nós não temos qualquer motivo para, neste momento, equacionar aquilo que é a necessidade da sua privatização ou de parte do seu capital social. Outras empresas existem em que esse processo deve acontecer por forma a permitir a que elas, voltando novamente à esfera privada, possam salvaguardados esses interesses públicos que lhe acabei de referir, desenvolver a sua atividade.

Relativamente ao Sr. Deputado Aníbal Pires, não houve, conforme o Sr. Deputado bem sabe, um mar de promessas.

Mas posso responder-lhe como vou lidar com os compromissos que assumi durante a campanha eleitoral. Presumo que a questão, no fundo, seja exatamente esta.

A forma como vou lidar com os compromissos que assumi na campanha eleitoral é trabalhar para cumpri-los, como, alias, já fiz, em relação a algumas matérias e como é minha firme intenção continuar a fazer em relação às que faltam.

Não concordo obviamente de forma nenhuma com aquilo que o Sr. Deputado refere quanto à desvalorização do setor produtivo. O Sr. Deputado tem, quer do ponto de vista daquilo que foram os compromissos eleitorais, quer no Programa do Governo, referências muito significativas à abertura de novos horizontes de rentabilidade (no setor leiteiro, na nossa agricultura), não apenas através da diversificação, mas aproveitando ainda um potencial que existe e que deve ser rentabilizado quanto ao setor leiteiro. Na área das pescas, sobretudo chamando a atenção para aquilo que é um aspeto fundamental que tem a ver com a preservação deste ativo que nós temos na nossa Região e que é de uma exploração sustentável de recursos.

Entendemos que cada vez mais a questão que se coloca, fruto daquilo que já fizemos em termos de exploração de recursos, não é a de pescar mais, é a de vender melhor. Portanto, é para aí que temos que desenvolver todos os nossos recursos. Isso está também vertido no Programa do Governo. Daí que não seja

verdade, ou pelo menos eu não me revejo nesta crítica que o Sr. Deputado dirige ao Programa do Governo quanto à desvalorização do setor produtivo.

Já lhe respondi relativamente à Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Sra. Deputada Zuraída Soares, os pilares da Autonomia não é algo de agora. Não é algo sequer que o Partido Socialista tenha assumido após a sua chegada a este Parlamento. Vêm de muito antes, Sra. Deputada.

Se vir aquilo que são os trabalhos preparatórios das revisões constitucionais de 98 e de 97...

Deputada Zuraída Soares (BE): A questão não foi essa!

O Orador: Estaria distraída provavelmente nessa altura.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não! A questão não foi essa!

O Orador: ... são aspetos que estão claramente assumidos.

Não é uma descoberta do Bloco de Esquerda, obviamente que não é.

Sobre esta questão dos três pilares, a forma como entendemos que se deve processar e quais devem ser os nossos objetivos no âmbito da Revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, já foram explicitados e referidos.

A Sra. Deputada refere que no combate à austeridade não vê palavras para isso no Programa do Governo. É natural.

Vê só medidas concretas...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... que visam exatamente combater esta austeridade, salvaguardando aquilo que são objetivos fundamentais do ponto de vista da defesa e da criação de emprego e de apoio às açorianas e aos açorianos que estão numa situação mais desfavorecida.

Ou não será isso o aumento do Complemento Regional de Pensão?

Ou não será isso o aumento do Complemento de Abono de Família para Crianças e Jovens?

Deputada Zuraída Soares (BE): E a retenção dos subsídios?

O Orador: Ou não será isso o aumento do valor do COMPAMID?

Ou não será isso criar condições para que as nossas empresas tenham efetivamente a possibilidade, não de se manter, mas criar emprego?

Isso não são medidas concretas?

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: O problema, Sra. Deputada, é quando nós no barricamos numa determinadas perspetiva e daí não saímos.

Todo este Programa do Governo está mobilizado para este objetivo de passarmos esta conjuntura difícil que vivemos, sobretudo em relação àquilo que é a necessidade de apoiar a manutenção e a criação de emprego e de apoiar as famílias açorianas na ultrapassagem deste momento mais difícil que nós vivemos.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Julgo que assim, em relação a todos estes aspetos e outros, ao longo do debate nestes três dias, haverá certamente oportunidade de explicitar de melhor forma e esclarecer aquilo que é o combate ao desemprego.

Relativamente ao Sr. Deputado Paulo Estêvão e à sua intervenção, sendo certo que algumas das questões foram já referidas no âmbito de esclarecimentos a outros Srs. Deputados, nomeadamente a questão da Base das Lajes, a questão do desemprego que acabei de referir e que ao longo destes três dias de debate outros membros do Governo terão oportunidade de esclarecer, de contribuir para o esclarecimento, gostaria contudo de referir apenas uma questão que tem a ver com os despedimentos na Administração Pública.

Não há qualquer compromisso de despedimentos na administração pública.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Há, há!

O Orador: Esta é uma teimosia que o Sr. Deputado tem. Acha que nós devemos despedir, mas nós dizemos que não queremos despedir.

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Veremos!

O Orador: É tão simples quanto isso. O senhor acha que devemos despedir e nós dizemos que não queremos despedir.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não é isso!

O Orador: Julgo que estamos esclarecidos em relação a esta matéria.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Relativamente à dívida do setor da saúde é um dos desafios, talvez um dos maiores desafios, com que estamos confrontados neste momento e nesta situação.

Aquilo que durante a campanha eleitoral foi dito foi que deveríamos ser nós a decidir...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E não vi como é que faz!

O Orador: Tenha calma, Sr. Deputado. Vai ver!

Ao longo destes quatro anos vai ter oportunidade de ver...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu quero é ver no programa!

O Orador: ... e de se pronunciar no âmbito desta Assembleia em relação às propostas que forem aqui surgindo.

Dizia eu que é talvez um dos principais desafios com que estamos confrontados.

Durante a campanha eleitoral aquilo que referi, por diversas vezes, é que deveria ser o Governo dos Açores, deveríamos ser nós, a decidir a forma como deveríamos alcançar essa sustentabilidade.

É um trabalho profundo, é um trabalho de grande alcance, é sobretudo um trabalho para o qual, aqui, talvez como em poucas outras circunstâncias, com a participação de todos, poderá ser conseguido.

Contamos efetivamente com todos, não apenas com os partidos políticos que estão representados nesta Casa, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ou seja, não têm ideias!

O Orador: ... mas com os próprios parceiros deste setor, os médicos, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não tem ideias como é que vai fazer?

O Orador: ... os enfermeiros, os próprios utentes, porque é também deles o interesse de garantir a sustentabilidade desse serviço.

Há medidas concretas que serão explicitadas não apenas naquilo que já consta do Programa do Governo, mas também em relação àquilo que é a atuação do Governo nos próximos tempos.

Sobre essa matéria julgo que, em relação às questões que me foram colocadas, terei esclarecido.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E o porto do Corvo?

O Orador: O porto do Corvo, Sr. Deputado, não é o porto do Corvo. São os compromissos que eu assumi como candidato a Presidente do Governo.

Esses compromissos faço tenção de os cumprir.

Não sei por que (mas suspeito!) razão isso causa tanta estranheza ao Sr. Deputado? Porquê?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Fiz só a pergunta!

O Orador: Porque o senhor não faz tenção de cumprir os seus?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar por encerrado este período dedicado aos esclarecimentos.

Dada a hora em que estamos, para depois não interromper o debate, proponha que se fizesse um intervalo de 30 minutos. Regressamos impreterivelmente daqui a 30 minutos.

Muito obrigada.

Eram 11 horas e 20 minutos.

Presidente: Sras. e Sr. Deputados, Srs. Membros do Governo, agradecia que ocupassem os vossos lugares para darmos início aos trabalhos.

Eram 11 horas e 52 minutos.

Para uma intervenção, e dando início assim ao debate do Programa do Governo, dava a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que comece por saudar a Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e desejar que o exercício das funções em que foi investida decorra com a elevação, competência e normalidade que os açorianos esperam e que Vossa Excelência, estou certo, saberá garantir.

Uma saudação igualmente calorosa às Senhoras e Senhores Deputados, quer aos que viram o seu mandato renovado, quer aos que agora iniciam as suas funções, desejando-lhes também um trabalho profícuo no aperfeiçoamento do nosso regime autonómico e na consolidação do desenvolvimento da nossa Região.

O XI Governo dos Açores, que resulta de um sufrágio popular que não deixou margem para qualquer dúvida acerca da confiança que o Partido Socialista continua a merecer por parte dos açorianos, apresenta-se nesta Casa com um Programa em que espelha a sua determinação em dar continuidade à impressionante mudança que tem vindo a ocorrer nos Açores.

Como os açorianos bem o sublinharam, no dia 14 do passado mês de Outubro, a mudança é feita com quem pretende efetivamente continuar a mudar com confiança, com quem congrega esforços na busca de soluções realistas, com quem enfrenta os desafios e se recusa a desistir, no fundo, com quem se pode contar nos momentos complexos e difíceis.

Como os açorianos disseram, de forma clara e massiva, é com um Governo do Partido Socialista que contam para ultrapassar as adversidades e para os ajudar a ultrapassar os constrangimentos que a conjuntura nacional e internacional nos impõe e nos condiciona.

O Programa de Governo que hoje estamos a submeter à apreciação desta Assembleia corresponde integralmente à proposta que apresentamos aos açorianos antes das eleições.

A confiança e a esperança começam a construir-se aqui e agora, integrando no Programa de Governo todos os compromissos que assumimos com os açorianos antes das eleições.

Para nós, compromisso assumido é compromisso cumprido.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nota-se!

O Orador: Os açorianos sabem que connosco não existe uma realidade antes das eleições e outra, muito diferente, após o ato eleitoral.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pelo amor de Deus!

O Orador: Os açorianos confiaram não em que mais prometeu, mas sim em quem prometeu apenas o que sabia que podia cumprir.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O Programa que hoje submetemos à vossa apreciação corresponde, pois, exatamente ao projeto escolhido pela larga maioria dos açorianos como o que melhor serve os seus interesses e conseqüentemente aquele que assegura uma maior estabilidade social, económica e financeira da nossa Região, reforçando as políticas que têm conduzido a esse facto e também melhorando as políticas que carecem de melhoramento.

Com a aprovação do Programa que apresentamos a esta Casa estaremos perante um novo ciclo para os Açores,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Oh, sim! Um ciclo de 20 anos!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... defendendo novos desafios com o objetivo de continuar a “Ganhar o Futuro” da nossa terra.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Se em Portugal estamos a viver tempos de grande dificuldade – com os constrangimentos resultantes da intervenção externa – há que realçar que essa mesma realidade tornou ainda mais evidente a boa e rigorosa gestão das finanças públicas dos Açores, circunstância que nos traz tanto de satisfação quanto de acréscimo de responsabilidade.

É imperioso manter a credibilidade financeira conquistada no país e nas instituições políticas e financeiras internacionais, desígnio que o Governo mantém como prioritário.

O equilíbrio e o rigor das nossas finanças públicas constituem, sem dúvida, o maior património que os Açores têm na atual conjuntura e um instrumento essencial do Governo para assegurar a defesa da nossa Região e poder, assim, apoiar cada vez mais as nossas famílias e as nossas empresas.

Nos últimos dois anos as finanças públicas da Região foram auditadas, verificadas e avaliadas por todas as entidades internacionais e nacionais com competência na matéria, e a conclusão é unânime: os Açores são um exemplo de sustentabilidade e equilíbrio das suas finanças públicas.

Bem recentemente, o Banco de Portugal e o Instituto Nacional de Estatística confirmaram que os Açores foram a única parte do território nacional que cumpriu, sem qualquer desvio ou derrapagem, o Orçamento do último ano.

E ainda esta semana – posso com orgulho anunciar –, a “Troika”, que está em Portugal, como sabem, a realizar a sexta avaliação trimestral, informou que não tinha qualquer dúvida ou preocupação com os Açores e que dispensava a nossa Região, pelo segundo trimestre consecutivo, do processo de avaliação que decorre para o resto do País.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: É, pois, esta realidade que nos dá a credibilidade e a argumentação necessária para continuar a defender intransigentemente a nossa Região.

Não tendo os Açores contribuído para a difícil situação do País, não deve também ser solicitado aos açorianos um contributo acrescido para resolver um problema que não criaram.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: A boa gestão das finanças públicas dos Açores deve ser um património que todos devem defender e valorizar, porque é sem margem de dúvida um pilar essencial na defesa da nossa Região.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Se num passado recente alguns partidos tentaram desmentir ou desmerecer esta realidade, com essa atitude apenas conseguiram prejudicar os Açores e criar dificuldades acrescidas aos açorianos.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Esperamos, pois, que o fim do período eleitoral, bem como a repetida confirmação, por todas as entidades nacionais e internacionais, dessa realidade, façam perceber a alguns partidos que a boa gestão das finanças públicas dos Açores é uma vantagem e um benefício para todos os açorianos.

E é uma vantagem que deve unir os partidos na nossa região e deve constituir um argumento a ser utilizado, de forma unânime, por todos os quadrantes políticos, na defesa intransigente dos Açores junto das entidades externas à Região.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: Mesmo para o observador mais desatento, foi esse tipo de atitude, responsável e construtiva, que os açorianos também validaram nas últimas eleições, numa indicação que deve ser respeitada por todos.

E há, nesse contexto, três grandes desafios essenciais a vencer, para assegurar a sustentabilidade financeira da nossa Região nesta legislatura. Refiro-me à Lei de Finanças das Regiões Autónoma, ao próximo Quadro Comunitário de Apoio 2014/2020 e à manutenção da atual estrutura de repartição de encargos e responsabilidades entre a Administração Regional e a Administração Central.

Em relação à Lei de Finanças Regionais reafirmamos que a sua revisão se deve restringir à sua atualização...

Deputada Zuraida Soares (BE): Se deve! Se deve!

O Orador: ... e articulação com a Lei de Enquadramento Orçamental e Tratado Orçamental da União Europeia, à introdução de novas regras de equilíbrio orçamental e de endividamento das Regiões e à clarificação das regras de transferências de impostos para as Regiões, designadamente o IVA.

Deve ser este o âmbito da revisão da Lei de Finanças Regionais,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Exatamente, e é isso que vamos fazer!

O Orador: ... e sobre estas matérias temos acompanhado e participado no Grupo de Trabalho criado para a sua revisão, estando o Governo dos Açores de acordo com as propostas de alteração que foram já apresentadas.

A manutenção do atual diferencial fiscal da Região para o resto do território nacional e dos critérios de transferências orçamentais é um domínio em que a atual lei se deve manter sem qualquer alteração e constitui elemento essencial para assegurar o enquadramento económico e financeiro subjacente à elaboração deste Programa de Governo.

Nos últimos anos os Açores aproximaram-se de forma consistente dos níveis médios de produção do país e da União Europeia.

Fomos, na última década, a única Região do país que conseguiu ultrapassar os 75% do PIB médio da União Europeia, o que, sendo um dado positivo que notabiliza a nossa região, implica, no entanto, uma maior atenção no acompanhamento da definição do financiamento comunitário para o período 2014-2020.

A posição dos Açores é muito clara e precisa neste processo: após a definição do Orçamento Comunitário para a Política de Coesão no período de programação 2014/2020, caberá exclusivamente ao Governo da República proceder à distribuição, entre as quatro regiões do País que beneficiam destes fundos estruturais, do montante global disponibilizado ao nosso País.

Neste contexto, não abdicamos de que os Açores mantenham a mesma percentagem de fundos estruturais do atual quadro comunitário no conjunto do país, bastando, para isso, que o Governo da República não altere a distribuição proporcional que vigora atualmente.

A concretização deste objetivo é essencial à execução plena dos compromissos assumidos no Programa de Governo que vos apresentamos e constitui uma exigência que deve unir todos os partidos políticos e parceiros sociais.

Somos a região do País com a mais elevada taxa de execução de fundos comunitários e fomos aquela que, de acordo com os dados da União Europeia, melhor aproveitamento fez dos fundos estruturais para promover o desenvolvimento.

São estes os argumentos que todos devemos usar para vencermos mais este importante desafio.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: O terceiro vetor essencial à estabilidade das finanças públicas regionais assenta na manutenção da atual estrutura de repartição de responsabilidades e de encargos entre a Administração Regional e a Administração Central, e o respeito, sem qualquer exceção, pela arrecadação integral pela Região das suas receitas próprias.

Sobre esta matéria devemos também ser muito claros e muito firmes: – qualquer alteração destes pressupostos deve ter como consequência imediata a Região fazer refletir sobre as contas do Estado, em termos consolidados, o efeito do aumento da despesa ou redução de receitas decorrentes da alteração dos pressupostos anteriormente referidos.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: É esta a nossa determinação, em defesa dos Açores, e julgo que terá o apoio unânime desta Assembleia.

Cada cêntimo de receita que o Estado nos tirar indevidamente, ou cada cêntimo de despesa que o Estado nos imputar fora do enquadramento legislativo atual, terá um efeito nulo nas contas do Estado, pois iremos refleti-lo totalmente na diminuição do nosso contributo para a consolidação das contas públicas do País.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Só assim defenderemos os Açores e os açorianos, e asseguraremos a estabilidade das finanças públicas regionais.

Estou certo de que contamos com a concordância de todos partidos aqui representados, ou não fosse maior e mais importante o que nos une do que aquilo que, por vezes, nos separa.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Sendo indesmentível a apreciação positiva que as nossas finanças regionais têm merecido das mais altas instâncias nacionais e europeias, queremos, ainda assim, introduzir medidas que melhorem a qualidade da sua gestão.

Pretendemos racionalizar ainda mais os processos, melhorando a gestão partilhada de recursos financeiros e humanos; queremos generalizar a aplicação a toda a administração regional do Plano Oficial de Contabilidade Pública; faremos tudo o

que nos for possível para diminuir ainda mais o prazo médio de pagamentos; e continuaremos a garantir – na defesa do rigor e da transparência das contas públicas regionais – a atempada prestação de contas da execução do orçamento regional.

Ainda no âmbito da gestão das nossas finanças públicas, é nossa intenção melhorar a eficácia e eficiência da gestão dos ativos e da despesa pública, para o que, entre outras medidas, é necessário a racionalização da gestão do património público, alienando o que se revelar excedentário; e acentuando os mecanismos de controlo, eficiência e sustentabilidade das empresas em que a Região é acionista ou proprietária.

Num contexto de recessão económica, que se foi instalando e agravando nos últimos anos um pouco por toda a parte – e que também afetou os Açores, desacelerando o nosso ritmo de desenvolvimento e só não tendo efeitos mais gravosos graças às políticas de apoio às empresas e às famílias que o Governo Regional desenvolveu – nesse contexto, dizia, é importante reforçar a aposta na procura da nossa sustentabilidade económica e na competitividade das nossas empresas.

É esse o caminho que queremos seguir, começando por reestruturar as nossas empresas, no sentido de nos diferenciarmos, e de, com isso, aumentarmos não só a nossa capacidade de exportação e de incorporação de maior valor acrescentado na nossa estrutura produtiva, como, também, a produção de bens e serviços que reduzam as importações, diminuindo assim o desequilíbrio da nossa balança comercial.

Estamos perante um cenário macroeconómico onde o consumo interno e o investimento privado, pela ação conjugada da redução do financiamento bancário e da diminuição do rendimento disponível das famílias imposto pelo Governo da República, irão continuar a registar variações negativas.

Assim, só poderemos minimizar os efeitos desta conjuntura externa no nosso nível de atividade económica e de emprego, se procedermos a um progressivo reequilíbrio da nossa balança comercial e desse modo compensarmos as quebras previstas do consumo e do investimento privado.

Para isso é essencial reforçar a aposta nas nossas vantagens comparativas para alavancar o desenvolvimento de setores com elevado potencial exportador, os quais poderão constituir-se como nova base produtiva e empregadora da região, assim queira a iniciativa privada potenciar o investimento público que será canalizado para assegurar esta mudança de paradigma.

Criaremos um Programa de recuperação do Potencial Produtivo dos Açores para reforçar o apoio às atividades económicas onde a Região tem tradição de “saber fazer bem”.

Vamos desenvolver um Programa de Reforço da Competitividade das Empresas Açorianas com capacidade de exportação que assegure a redução dos seus custos de funcionamento e de contexto.

Criaremos uma “Via Verde para as Exportações”, através da implementação de um Balcão do Exportador concentrando num único atendimento todas as questões correlacionadas com a atividade exportadora das empresas açorianas.

Implementaremos uma nova geração de sistemas de incentivos que reforce o apoio à rentabilidade das empresas e à diminuição dos seus custos, para que se tornem mais competitivas e potenciem a criação de mais valor acrescentado e maior rentabilidade na sua atividade produtiva, incentivando os projetos de carácter estratégico para a economia regional que apostem em fatores dinâmicos de competitividade, e que contribuam para o alargamento da base económica regional. Dinamizaremos um Fundo de Capital de Risco capaz de contribuir para o surgimento de empresas em sectores emergentes e com elevado potencial de gerar valor acrescentado.

Apoiaremos a criação de um BIC (Business Innovation Centre), a instalar junto dos Parques Tecnológicos, e que privilegie a fixação de empresas de base tecnológica, permitindo um acesso facilitado a redes internacionais e a serviços relacionados com a transferência de tecnologia ou conhecimento, promoção da inovação, *networking* e apoio à internacionalização das empresas, é outra medida estratégica para a concretização deste objetivo.

Neste âmbito, iremos também criar um fundo para crédito de incentivos às STAR UPs AÇORES, que assegure, através do apoio logístico e de fundos

disponibilizados pelo Governo conjuntamente com a banca, a instalação de empreendimentos inovadores, captando empreendedores com elevada capacidade de desenvolver novas empresas nas áreas científicas e tecnológicas com uma visão internacional e global.

O Governo Regional desenvolverá, por outro lado, os maiores esforços no sentido de serem reduzidos os custos de produção, designadamente nos combustíveis, nas comunicações e nos transportes, com o que pretendemos também reforçar o desenvolvimento do mercado interno.

É com este tipo de políticas que continuaremos a combater os efeitos de uma crise que, embora se tenha feito sentir mais tarde nos Açores, só não teve piores efeitos graças à nossa atempada intervenção no apoio a famílias e empresas.

Tal como dissemos antes das eleições, a consolidação da base produtiva, sobretudo ligada à agricultura, à pesca, à produção de energia, ao turismo, à exploração do mar, à inovação aliada ao meio académico, ao empreendedorismo, e à economia do conhecimento – tudo conduzindo à criação de emprego – são os pilares para a ação política dos próximos quatro anos. Dissemos e mantemos.

O reforço da competitividade externa dos Açores tem de ser conquistada quer por via do aumento da nossa produtividade, quer pela qualidade diferenciadora das nossas produções, quer ainda pela capacidade que evidenciarmos de inovar, criar conhecimento e saber transmiti-lo.

Incentivaremos também parcerias entre empresas açorianas – através da majoração da taxa de comparticipação aos projetos – tendo como objetivo incentivar a cooperação e criar melhores condições para um esforço de internacionalização.

Faremos uma aposta ainda mais forte no empreendedorismo – área em que o Sistema de Incentivos em vigor tem registado bons resultados –, mas com especial enfoque para a concretização de iniciativas empresariais de carácter inovador no campo tecnológico, reforçando o binómio inovação/empreendedorismo como força motriz da nossa região e geradora de riqueza e de emprego.

Para agilizar essa aposta, definimos o Plano Estratégico para o Futuro do Empreendedorismo para 2013-2016, que, entre outras medidas, estabelece parcerias para potenciar centros de investigação, cria um programa internacional de

atração de empreendedores qualificados, constitui uma incubadora de empresas de referência no arquipélago e promove a transferência de conhecimento para o ambiente empresarial.

O financiamento das empresas, agora muito condicionado por falta de acesso ao crédito, queremos que continue a ser possível através dos mecanismos de apoio que temos implementado, sendo nossa intenção dar continuidade às linhas de crédito para as empresas, adaptando-as permanentemente às suas necessidades e, com isso, apoiar a sua atividade e a sua sustentabilidade.

Visando proporcionar às empresas uma redução de custos de contexto, implementaremos o “Licenciamento Zero”, que agiliza a entrada em atividade em sectores como o comércio, restauração e bebidas e serviços, eliminando licenças e condicionamentos prévios para tais atividades; criaremos uma Linha de Crédito à Exportação; faremos aplicar taxas portuárias e tarifas aéreas mais competitivas para as exportações e apoiaremos o transporte direto para novos potenciais mercados; criaremos “clusters” regionais em sectores que considerarmos diferenciadores no mercado global.

O comércio tradicional e a restauração também serão alvos de medidas de apoio, no sentido de melhorar a sua atratividade e rentabilidade, sendo intenção deste Governo – em cooperação com associações empresariais e autarquias – melhorar a envolvente aos estabelecimentos comerciais, dinamizar campanhas de promoção e criar linhas de apoio financeiro direcionadas para o reforço da sua liquidez e valorização do emprego.

Iremos também criar equipas de gestão especializadas, sem custos para as empresas, que ajudem a reestruturar as empresas em dificuldades e as voltem a colocar no caminho da rentabilidade e do crescimento, e promoveremos um Programa de Incentivos à aquisição de produtos regionais pelas empresas açorianas dos sectores da hotelaria e restauração.

Manteremos, naturalmente, a discriminação positiva dos incentivos ao investimento em benefício das Ilhas da Coesão e das ilhas do Faial e Pico, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais são?

O Orador: ... e criaremos a “Marca Açores”, abrangendo produtos ligados à produção agrícola, à indústria transformadora, ao artesanato e ao turismo que se destaquem pela sua qualidade e excelência.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Há pouco mais de um mês submetemos ao veredicto popular as nossas intenções para os próximos quatro anos, assumindo a criação de emprego como a nossa principal prioridade.

Em matéria de emprego – um dos maiores problemas com que se debatem países e regiões de todo o mundo (e basta ver o que se passa bem perto, nas Canárias, com uma taxa de desemprego acima dos 30%) –, nessa matéria, dizia, só o reforço da competitividade das nossas empresas pode assegurar a criação sustentável e efetiva de emprego.

As inúmeras variáveis macroeconómicas externas, que se irão agravar no próximo ano, especialmente a redução acentuada do consumo privado em função das medidas impostas pelo Governo da República, impõem ainda maior prioridade na concretização deste objetivo.

Não ignoramos esta dificuldade acrescida na criação de emprego nos Açores, mas é precisamente por este facto que teremos ainda de reforçar, mais do que previsto, o âmbito, a dimensão e a prioridade às políticas ativas de criação de emprego.

Assim, daremos a maior atenção à preparação dos jovens para a sua entrada no mundo do trabalho, criando programas de formação técnica e para o empreendedorismo, de apoio à empregabilidade, de acompanhamento da ligação entre os sistemas educativo e de emprego, de monitorização do sistema de qualificação profissional e de reforço dos planos de estágio e da ligação às empresas.

Entendemos que a segurança na manutenção do posto de trabalho ao longo da vida profissional tem de ser preparada a montante, começando por garantir que os cursos ministrados na região proporcionam adequados níveis de empregabilidade, bem como pela criação de um sistema prospetivo de requalificação dos trabalhadores e pela promoção da reconversão dos diferentes setores de atividade com base na evolução das necessidades empresariais.

Mas, se queremos mais e melhor emprego, não esquecemos a necessidade de generalizar a informação aos trabalhadores sobre os seus próprios direitos e reforçar os mecanismos de controlo e fiscalização adstritos à Inspeção do Trabalho, designadamente quanto ao trabalho precário e às condições de saúde e segurança, ao mesmo tempo que combateremos o trabalho ilegal e o trabalho infantil.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: A criação de emprego é, sublinho uma vez mais, um objetivo a que este Governo dará a maior prioridade, começando por agregar na Agenda Açoriana para a Criação de Emprego, em cooperação com o setor empresarial, todas as medidas anteriormente referidas no âmbito da competitividade empresarial e outras ações de incentivo ao emprego, designadamente em áreas como o Ambiente, a Ciência, a Tecnologia e a Inovação, que teremos oportunidade de desenvolver ao longo destes três dias de debate.

Nesse plano global queremos que a concertação seja, como até aqui tem acontecido, um instrumento vital de apoio às decisões, congregando parceiros sociais e forças vivas da sociedade açoriana num amplo Pacto Social que abranja as políticas de emprego e de competitividade empresarial e desenvolvimento.

Aliás, consideramos importante que também o Poder Local partilhe esse desígnio, pesem embora as dificuldades porque passam as autarquias.

O Governo dos Açores, a exemplo do que vem já fazendo, está empenhado em cooperar com o poder local no sentido de contribuir para a concretização deste objetivo e, assim, apoiar a promoção das políticas de emprego desenvolvidas pelas autarquias, através, entre outros mecanismos, da celebração de contratos de cooperação.

Neste âmbito, gostaria também de deixar expresso o apoio do Governo dos Açores às nossas freguesias, ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... e assegurar, neste momento difícil, que podem contar connosco na defesa das competências exclusivas desta Assembleia, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... sem qualquer interferência externa à Região, na definição do modelo de organização das nossas freguesias.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Não abdicamos dessa competência, nem abdicamos no papel insubstituível das nossas freguesias no nosso processo de desenvolvimento da nossa Região.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional tem vindo a desenvolver uma reorganização profunda, consistente e segura da Administração Pública, tornando-a, por um lado, mais eficaz e próxima dos cidadãos, e, por outro, mais eficiente e mais económica.

Propomo-nos, nesta legislatura, consolidar e aperfeiçoar esse processo, introduzindo ainda mais e melhores mecanismos de prestação de serviços e de interação com os cidadãos, designadamente em áreas como a da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão, do apoio ao consumidor e da inspeção das atividades económicas.

Iremos também prosseguir o esforço de racionalização de recursos que temos vindo a desenvolver e que, de resto, colocou a Administração Pública dos Açores como exemplo, para a generalidade do país.

Assim, serão reduzidos em 20% os lugares de chefia da Administração Pública Regional, tomando como referência 2010, e em 50% o número de empresas públicas e participadas da Região em relação ao existente nesse ano.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso já não foi?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado Paulo Estêvão, já está no despedimento!

O Orador: Racionalizar, reorganizar, mudar – eis o que, no fundo, não só orienta as nossas intenções no que respeita à Administração Pública Regional, mas também nos guia em todo este Programa de Governo.

As apostas claras que fazemos na promoção do emprego, na competitividade empresarial, no desenvolvimento económico, resultam da nossa própria convicção de que o caminho que escolhemos é o mais direto rumo ao progresso e, também – é preciso lembrá-lo nesta Casa, aqui e agora – dos compromissos que assumimos com os açorianos e que queremos cumprir, um a um.

Os açorianos conhecem-nos e é exatamente isso que esperam deste Governo Regional.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Já temos duas inscrições para pedidos de esclarecimentos, mas continuam abertas as inscrições.

Tem palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Devo dizer que acho piada à via açoriana.

Deputado Francisco César (PS): O senhor deve ter poucas vias açorianas na sua ilha!

O Orador: O Sr. Vice-Presidente deve saber que não tem qualquer tipo de autoridade para falar numa via açoriana, ou numa via autónoma, a partir do momento em que o senhor é o principal responsável pela assinatura do Memorando de Entendimento, pelo qual o senhor Vice-Presidente vendeu a Autonomia da Região Autónoma...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... dos Açores por meia dúzia de patacas.

Vem aqui, neste Parlamento, falar de uma via açoriana e que todos os partidos se devem colocar ao lado do Governo nesta matéria.

Eu digo-lhe já: o PPM não terá ao lado de um acordo em que os senhores são os únicos responsáveis. Não consultaram este Parlamento, não consultaram a sociedade civil.

Os senhores são os únicos responsáveis pela assinatura deste acordo.

Este acordo, basicamente o que garante é que não existe Autonomia açoriana nenhuma, nem nenhuma via açoriana.

O Sr. Vice-Presidente amarrou a Região a uma política de austeridade da República.

Eu sei que os senhores não gostam de ouvir, mas vou ter que vos ler duas ou três coisas...

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): Já leu isso antes das eleições. Pode continuar a ler!

O Orador: ... que os senhores responsabilizaram e que os senhores assinaram no âmbito do Memorando de Entendimento.

Ponto 3 – “A Região Autónoma dos Açores compromete-se a aplicar as medidas que visam garantir o cumprimento dos objetivos do PAEF, no quadro das suas competências constitucionais e estatutárias, adotando, se necessário, iniciativas legislativas ou regulamentares.”

Ponto 5 – “O Governo Regional dos Açores compromete-se, para efeitos de apreciação técnica, a dar conhecimento dos seus documentos previsionais, e eventuais revisões, ao Ministério das Finanças, antes [veja-se bem] da sua apresentação à Assembleia Legislativa Regional.”

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, isso já foi!

O Orador: “Durante o período de vigência do presente Memorando, o Governo Regional dos Açores compromete-se a não tomar nenhuma iniciativa que ponha em causa o cumprimento do ponto 4 do presente Memorando.”

Mas há mais, muito mais. Eu não tenho aqui tempo para ler o que os senhores assinaram. Mas tenho aqui mais algumas pérolas do Memorando de Entendimento, da via açoriana que os senhores construíram.

7- “ (...) O Governo Regional dos Açores compromete-se ainda a uma redução anual dos trabalhadores em funções públicas na Região, em linha com os objetivos do PAEF.”

E estão aqui muitos mais compromissos.

Deputado Francisco César (PS): As medidas do Governo já foram a eleições!

O Orador: Esta via açoriana, Sr. Vice-Presidente, (é esta a questão que lhe coloco), é uma via açoriana de escravidão perante a política de austeridade e em que o próprio Parlamento dos Açores fica submetido a uma supervisão que não está prevista do ponto de vista estatutário, nem constitucional, violando os princípios constitucionais e estatutários?

É isto que lhe quero dizer em relação à via açoriana.

Presidente: Sr. Deputado, já esgotou os três minutos.

O Orador: Termina, Sra. Presidente.

Segunda questão: em relação ao equilíbrio orçamental que o Sr. Vice-Presidente está a propagar pergunto-lhe se vai continuar a sub-orçamentar o setor da saúde?

O setor da saúde deve 1000 milhões de euros, foi sub-orçamentado, e o senhor agora fala em equilíbrio orçamental.

Pergunto-lhe se vai continuar na linha da sub-orçamentação do setor da saúde que provocou este buraco enormíssimo e que o Sr. Vice-Presidente é um dos principais responsáveis?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Não sei se o Sr. Vice-Presidente prefere responder agora.

Tem a palavra, Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente porque também a intervenção não merece mais do que duas observações muito rápidas.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, se houvessem dúvidas que o Memorando de Entendimento que o Governo dos Açores assinou com o Governo da República prejudicava os Açores, a prova foi o resultado destas eleições.

O senhor acha que 50% dos açorianos que escolheram esta opção...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é argumento?

O Orador: ... seriam inconscientes, seriam masoquistas...

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Isso é uma não resposta!

O Orador: ... seriam irresponsáveis se esse Memorando de Entendimento tivesse o conteúdo que o senhor aqui disse.

A questão é muito simples:

Todos já perceberam que isso é uma discussão que já foi esclarecida antes das eleições.

Os açorianos já se pronunciaram sobre esta matéria, de forma clara e objetiva, e o futuro, como sempre, irá dar razão e irá colocar-nos no caminho da verdade.

Por isso, mais do que isso, não valerá a pena falar.

Quanto ao equilíbrio orçamental quero dizer que não sou eu que o digo, é o Instituto Nacional de Estatística e o Banco de Portugal que no seu relatório de 28 de setembro confirmou oficialmente, no âmbito do encerramento das contas da Administração Pública, Regional, no seu conjunto para 2011, esse equilíbrio orçamental.

Não é o Governo dos Açores, é o Banco de Portugal, o Instituto Nacional de Estatística e as Entidades Estatísticas e de Supervisão Nacionais Europeias.

Portanto, se tem queixas sobre essa matéria critique e queixe-se ao Banco de Portugal e ao Instituto Nacional de Estatística.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires para um esclarecimento.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A opção política deste Governo fica muito clara olhando para as dezenas de páginas e medidas de apoio aos empresários, até ao limite de se preocupar o

governo em proteger o seu património pessoal (pg183) e comparando-as com a pobreza das medidas de proteção dos trabalhadores.

Para os empresários, tudo. Linhas de crédito e de financiamento de operações no exterior (pg177 e 181), fundos de capital de risco (pg176) e fundos de apoio ao empreendedorismo (pg179), chegando mesmo o Governo a disponibilizar-se para assegurar a gerência de empresas em dificuldades, para as devolver aos empresários quando voltarem a ser lucrativas (pg183).

Mas, como se não bastasse, o Governo vai mais longe, chegando a propor-se a “comparticipar diretamente os custos dos colaboradores das empresas” (pg187). Isto é, por muitas voltas que se deem, pagar os salários de trabalhadores com fundos públicos! Está visto que o verdadeiro “*business angel*” (pg179) é o próprio Governo e os seus bolsos sem fundo.

Mas, se para os empresários este Governo é um anjo, para os trabalhadores assume-se mais como demónio. Para estes não há dinheiro, nem fundos, nem linhas de crédito, nem melhorias de salário e de rendimento. Para os trabalhadores, o Governo pouco mais tem do que “pactos (pg122 e 123)” frases redondas (pg122), colóquios e conferências (pg122) e intenções genéricas sem concretização.

O fanatismo empresarialista vai ao ponto de, no âmbito das medidas de apoio aos trabalhadores, está a Consultadoria Estratégica para os empresários (pg122)! Se para uns há tudo, para os outros não há absolutamente nada!

Deputado Francisco César (PS): As empresas criam emprego, Sr. Deputado!

O Orador: E, assim, cego pelas frases sonantes sobre empreendedorismo que leu na primeira página dum qualquer manual escolar de gestão, o Governo esqueceu-se completamente da realidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Esqueceu-se do desemprego, que ficou reduzido a uma intenção de “retomar o crescimento do emprego” de tempos idos (pg117).

Esqueceu-se da precariedade laboral e por isso nem se lembrou de incluir o Plano Regional de Combate ao Trabalho Precário,...

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): Já estava escrito!

O Orador: ... aprovado na última legislatura, por proposta do PCP, e continua a reduzir a Inspeção Regional do Trabalho a uma função sobretudo pedagógica e informativa (pg120), que não incomode muito as entidades patronais prevaricadoras.

Por isso preocupa-nos a estranha formulação da página 120, “Aplicação do Código do Trabalho nacional às especificidades regionais açorianas”. O que é isto? Aplicação? Aplicado já ele é, Sr. Vice-Presidente, infelizmente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E vai continuar!

O Orador: Será que o Governo queria dizer “adaptação”, mas depois faltou-lhe a vontade e a coragem?

E, se falamos de adaptação, está o Governo disponível, dentro do apregoado espírito conciliador e dialogante, para abrir um processo de negociação coletiva com os sindicatos para definir essa adaptação? Ou vai tentar impor de cima um regime laboral ainda mais negativo do que aquele que já existe?

Gostaria de ser esclarecido sobre estas questões.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Dava agora a palavra ao Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sem prejuízo da abordagem do conjunto de questões que foi patente na intervenção do Sr. Vice-Presidente, sem prejuízo do conjunto de intervenções que se seguirão ao longo das próximas horas e dos próximos dias, este pedido de esclarecimento, ou esta disponibilidade que queremos apresentar por parte do PSD, tem a ver com matérias que o Sr. Vice-Presidente ali considerou como sendo absolutamente carentes ou suscitarem uma absoluta necessidade de um consenso a todos os níveis, designadamente no que vai ocorrer nos tempos mais próximos relativamente à eventual Revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Aqui, só para deixar claro, relativamente a essa necessidade de consensos, o PSD tem história para apresentar.

Concretamente em relação a duas matérias que o Sr. Vice-Presidente aqui deixou, designadamente a questão da diferenciação fiscal, gostaria só de lembrar que o PSD-Açores, quando esta questão se colocou, julgo que pelo mês de abril/maio, afirmou com todas as letras que a questão da diferenciação fiscal tinha sido uma conquista importante ao abrigo da Lei de Finanças das Regiões Autónomas e, como tal, devia manter-se integralmente nos termos em que estão definidos na própria Lei de Finanças das Regiões Autónomas. Pode aí contar com o PSD para a obtenção desses consensos.

O mesmo acontece relativamente às receitas decorrentes de alguns impostos, ou até de alguns impostos extraordinários, e falamos concretamente na questão da sobretaxa que já existiu relativamente ao ano anterior e que consta do Orçamento de Estado que também virá a existir no ano que se segue. Pode contar também com essa disponibilidade já manifestada pelo PSD. O PSD também aí tem história...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Triste história!

O Orador:... e considerou que, aliás, quando em termos constitucionais vem previsto que são receitas da Região as receitas nela cobradas e nelas geradas, naturalmente que o PSD não deixa de manter a mesma posição que tem vindo a referir no passado.

Relativamente a esses consensos pode o Sr. Vice-Presidente contar com a adesão completa do PSD para uma posição integral por parte da Região e por parte de todas as forças deste Parlamento.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Os senhores vão aprovar o Orçamento de Estado!

O Orador: Relativamente a outras questões afloradas na intervenção do Sr. Vice-Presidente, haverá oportunidade, em várias intervenções, de comentar e dar o nosso contributo relativamente às matérias que acabou de referir.

Deputados Duarte Freitas, António Ventura e João Bruto da Costa (PSD):
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dava agora a palavra à Sra. Deputada Lara Martinho.

Deputada Lara Martinho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a minha primeira intervenção nesta Assembleia, permitam-me uma saudação especial a todos aqui presentes.

Ao longo dos últimos anos, tive o privilégio de trabalhar diretamente com centenas de empresários dos Açores.

Privilégio esse que permitiu acompanhar projetos de investimento catalisadores e dinamizadores da nossa economia regional, mas também permitiu acompanhar as profundas dificuldades que as nossas empresas atravessam.

Apesar de todas as outras temáticas importantes para o desenvolvimento, crescimento e competitividade da nossa Região, acredito que o meu contributo será mais válido na defesa, junto desta Assembleia, de medidas que mitiguem as profundas dificuldades que os empresários enfrentam.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, em quê?

A Oradora: A conjuntura atual de grandes dificuldades económicas e financeiras está a penalizar fortemente as empresas e as famílias. A situação difícil que as empresas enfrentam está bem patente no número de casos de insolvência que registamos na nossa Região e no crescimento do desemprego.

Uma das grandes dificuldades das nossas empresas **é em aceder ao crédito**, o que tem posto em causa não apenas a realização de novos investimentos, mas acima de tudo prejudica gravemente o próprio funcionamento corrente de muitas das nossas empresas.

Os empresários estão **totalmente absorvido pelos problemas** diários, e têm graves dificuldades em conseguir pensar estrategicamente na reestruturação do seu negócio.

Perante as fortes quebras no volume de vendas veem-se a braços ainda de como manter os seus colaboradores e garantir uma rendabilidade mínima do seu negócio.

É urgente por isso, por um lado, apoiar as empresas que são viáveis mas que enfrentam dificuldades, e por outro lado criarmos condições para o crescimento do emprego.

Temos de apostar no reforço da competitividade das nossas empresas, dos seus produtos e serviços.

Temos de apostar na salvaguarda das empresas viáveis existentes.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Desvalorizando o trabalho! Não vejo outra maneira!

Presidente: Sr. Deputado, tenha calma, se faz favor.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Foi um aparte apenas!

A Oradora: Estes são grandes desafios que se colocam a todos nós.

A continuação de medidas que apoiem as nossas empresas e a criação de novas medidas, que estão espelhadas no Programa do Governo são fundamentais. Medidas essas que se centrem: no **financiamento às empresas** e na **reestruturação e apoio ao funcionamento** das empresas.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: As respostas efetivas passam pela **continuação de mecanismos de apoio ao financiamento das empresas**, nomeadamente das linhas de crédito, tendo em vista a reestruturação de crédito bancário e a injeção de liquidez nas empresas (fundo de maneio), fundamental para garantir o funcionamento de muitas empresas.

Outro instrumento fundamental prende-se com a dinamização de capital de risco e com a implementação de novos instrumentos que proporcionem capacidade de financiamento das empresas: o reforço das sociedades de garantia mútua; a criação de fundos.

É também, por outro lado, crítico o **apoio ao funcionamento das empresas.**

Os sistemas de incentivos são uma ferramenta de extrema importância para a alavanca do investimento privado e devem assumir um carácter **cada vez mais seletivo, que aposte na diferenciação e na qualidade dos nossos produtos e das nossas empresas.**

A nova geração de incentivos, no âmbito do novo Quadro de Referência Estratégico dos Açores 2014-2020, deve reforçar o **apoio à rentabilidade das empresas e à diminuição dos custos de contexto, para que se tornem mais competitivas,...**

Presidente: Sra. Deputada, agradeia que terminasse.

A Oradora: Já termino, Sra. Presidente.

... contribuindo assim para que a nossa economia cresça sustentavelmente.

Uma outra iniciativa urgente é a criação de um programa de reestruturação das empresas, que apoie os empresários a rentabilizar e a revitalizar as suas empresas!

O grande desafio que se coloca a todos nós é o de:

- Tornar a economia mais sólida baseada na nossa competitividade e na produção de bens e serviços transacionáveis suscetíveis de serem exportados ou de substituírem importações
- Salvar, no seu essencial, a base empresarial dos Açores, como geradora de riqueza, criadora de empregos;
- E acima de tudo apoiar as empresas açorianas que ao longo dos anos contribuíram para o desenvolvimento económico da nossa Região.

Só através de uma base empresarial sustentável e forte pode a nossa economia crescer e ser competitiva.

As parcerias entre empresas revelam-se um importante instrumento. Pelo que a minha questão prende-se como será incentivada a criação de parcerias entre empresas açorianas propostas no programa?

Muito obrigada!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Dava a palavra agora à Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente (não está na sala), Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Entre outras coisas!

A Oradora: ... bem sei, que não estamos a discutir o Plano e o Orçamento. Estamos a discutir o Programa do Governo.

Contudo, espera-se (pelo menos eu espero!) que um Programa do Governo enuncie medidas, sobretudo medidas de emergência, aquelas que considera medidas de emergência, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É melhor sentar-se, Sra. Deputada!

A Oradora: ... e que não se limite a enunciar meras preocupações. Eu espero isto de um Programa do Governo, Sr. Vice-Presidente.

É por isso que, confrontados com os 20 mil desempregados (e isto são os números oficiais) que existe na nossa Região, este é, de facto, o problema dos problemas, seja no país, seja na nossa Região. Não vislumbro, Sr. Vice-Presidente, no Programa do Governo, uma única medida de emergência...

(Diálogo entre o Sr. Vice-Presidente do Governo e o Deputado Artur Lima)

A Oradora: Eu gostaria de continuar.

Presidente: Srs. Deputados, os apartes são naturalmente regimentais, mas não devem interferir com o uso da palavra.

Tem a palavra, Sr. Deputada.

A Oradora: Estava eu a dizer, Sr. Vice-Presidente, que não vislumbro no Programa do Governo nenhuma medida concreta e muito menos de emergência de combate ao desemprego.

Deputado Francisco César (PS): Não leu o programa!

A Oradora: Aliás, o Programa do Governo sobre esta matéria é uma cópia atualizada do Programa do Governo de há quatro anos.

Acontece é que há quatro anos tínhamos 5% de desemprego.

Pergunto-lhe diretamente o que é que o Governo vai fazer sobre esta matéria e qual é a primeira medida de emergência que vai tomar.

O Sr. Vice-Presidente disse na sua intervenção de tribuna que a perca do poder de compra é um dos fatores mais preocupantes e mais condicionadores do desenvolvimento da nossa economia, logo potenciadores de desemprego.

Por isso eu insisto, Sr. Vice-Presidente, devolver o subsídio que foi confiscado aos trabalhadores não é uma forma de introduzir dinheiro nos bolsos das pessoas...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Agora já não pode!

A Oradora: ... e dar-lhes o poder de compra que o Sr. Vice-Presidente se queixa que não existe?

Diga-me uma medida, esta ou qualquer outra, de ataque imediato e de combate ao desemprego.

Em 203 páginas do Programa do Governo, Sr. Vice-Presidente, há apenas uma linha, e não é completa, que afirma ser necessário combater a evasão fiscal, aquilo a que eufemisticamente se chama economia paralela.

Deputado Francisco César (PS): Mas quais são as competências diretas para combater a evasão fiscal?

A Oradora: A evasão fiscal é a maior chaga da economia dos Açores, segundo os próprios empresários, não é o Bloco de Esquerda que o diz.

Que medidas vai tomar para o combate imediato a esta chaga na economia?

Pergunto-lhe também Sr. Vice-Presidente se está ou não disponível...

Presidente: Sra. Deputada, tem que abreviar, se faz favor.

A Oradora: Eu perdi algum tempo, esperando que me deixassem falar, Sra. Presidente.

Presidente: Já lhe demos esse desconto. Agradecia que terminasse.

A Oradora: Vou terminar.

A penúltima questão que lhe coloco é se está ou não disponível para combater uma outra chaga da nossa economia que rouba ao erário público para meter diretamente nos bolsos de alguns e que são as permanentes derrapagens das obras públicas?

Pergunto-lhe se o novo Governo Regional está disponível para solicitar à sua maioria parlamentar que finalmente altere a lei dos contratos públicos na Região Autónoma dos Açores acabando com o escândalo das derrapagens legais até 25%? Finalmente, e a pergunta já foi feita por outro deputado, mas ela é inevitável. Está ou não este Governo Regional disponível para dotar os Açores de um Código de Trabalho que anule os atentados aos trabalhadores que o Governo PSD-CDS...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não pode!

A Oradora: ... tem perpetrado na República?

Pode fazê-lo. Só não o fará se não o quiser.

Isso é que é usar as prerrogativas autonómicas, Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): A competência é da Assembleia!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é bem assim, Sr. Vice-Presidente. O processo negocial é dos sindicatos!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para um pedido de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Desejo-lhe, em primeiro lugar, as maiores felicidades na condução dos trabalhos, nesta primeira sessão e nas outras que se seguirão.

Sr. Vice-Presidente, quem o ouviu falar julga que não há crise nos Açores; ...

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): Poça!

O Orador: ...que nunca fechou nenhuma empresa...

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): Poça!

O Orador: ... e que a culpa de tudo isso...

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): Isso já estava escrito!

O Orador: Não estava, Sr. Vice-Presidente.

... é do Governo da República.

Numa coisa eu dou-lhe razão Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (*Sérgio Ávila*): Foi a conferência de imprensa do Vítor Gaspar de ontem que ouviu?

O Orador: Acalme-se um bocadinho.

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (*Sérgio Ávila*): Eu estou calmo!

O Orador: Mas numa coisa em tenho que concordar consigo, Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (*Sérgio Ávila*): Só numa?

O Orador: Quem lhe deu a vitória foi o Governo da República. É verdade! Porque lhe emprestou 124 milhões de euros para os senhores poderem pagar dívidas que estavam atulhados e não conseguiam pagar.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Exatamente!

O Orador: Foi isso que vos salvou de não terem perdido as eleições e disfarçarem a verdadeira economia e a situação financeira dos Açores nessa ocasião.

O senhor hipotecou a economia por “um prato de lentilhas”. É o que está assinado neste Memorando.

Vou ler-lhe, Sr. Vice-Presidente, o Memorando que V. Exa. assinou, Sérgio Humberto Rocha de Ávila:

“Durante a vigência do presente Memorando [que dura 10 anos] ...

Deputado Francisco César (*PS*): É tão mau, tão mau, tão mau que até o CDS-PP assinou!

O Orador: ... o Governo Regional dos Açores compromete-se a aplicar, na Região Autónoma dos Açores, todas [sublinho: todas!] as medidas previstas em Lei de Orçamento de Estado, que respeite, direta ou indiretamente, a quaisquer remunerações dos trabalhadores em funções públicas, bem como aos demais trabalhadores do Sector Público Empresarial Regional, comprometendo-se ainda a não aplicar medidas compensatórias que visem aumentar os níveis de despesa projetada em resultado daquelas medidas.”

O Governo Regional dos Açores compromete-se ainda a despedir funcionários.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Não é verdade!

Deputado Ricardo Cabral (*PS*): Isso é completamente falso!

O Orador: É o que está aqui escrito.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Não está escrito!

O Orador: “O Governo Regional dos Açores compromete-se ainda a uma redução anual dos trabalhadores em funções públicas na Região, em linha com os objetivos do PAEF.”

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (*Sérgio Ávila*): Ah!

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Isso é diferente!

O Orador: Está aqui escrito.

Mais:

9- “O Governo Regional dos Açores assegurará o cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro), estabelecendo os procedimentos necessários à sua boa execução pelas entidades do universo da Região Autónoma dos Açores (...).”

E para quem fala de autonomia: “As regras e os procedimentos serão definidos em consulta com o Governo da República.”

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que abrevie, se faz favor.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente.

Sr. Vice-Presidente, quem hipotecou a Autonomia foram os senhores.

Quem não pratica a Autonomia são os senhores...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

O Orador: ... sobretudo quando não a praticam internamente quando falam do centralismo externo e se esquecem do centralismo interno.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

O Orador: Termino já Sra. Presidente, com uma pergunta ao Sr. Vice-Presidente.

Nós não temos austeridade nos Açores.

Nós não temos dificuldades nos Açores.

É tudo culpa do Governo da República.

O Continente tem mais austeridade do que nós, muito mais.

Então, explique-me este gráfico. Isto é a taxa de desemprego da República.

Deputado Francisco César (*PS*): Isso não foi o Jorge Macedo que fez?

O Orador: Por que é que a da Região Autónoma dos Açores acompanha exatamente a da República, Sr. Vice-Presidente? É isso que o senhor tem que explicar.

Porquê? Se nós fomos melhores, se temos mais apoios, mais subsídios, mais isto, mais aquilo.

A República está a penar para nos emprestar dinheiro.

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: Explique este gráfico, Sr. Vice-Presidente, este paradoxo.

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Pior que as Canárias está o Governo da República, essa é que é a questão!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Apesar de haver mais uma inscrição, penso que o Sr. Vice-Presidente quer usar da palavra agora para prestar esclarecimentos.

Há mais uma inscrição. Não sei se prefere responder no fim. Responde já? Então passo a palavra ao Sr. Vice-Presidente para prestar esclarecimentos.

(*) **Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu começo pelo fim, se me permitem.

Penso que hoje o Sr. Deputado Artur Lima deu mais uma razão da forma e da justificação por que os açorianos reduziram a sua bancada parlamentar em 40%.

Não podemos abordar os assuntos com essa ligeireza, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ligeireza?

O Orador: ... com a tentativa de passar uma frase para ver se passa na comunicação social e que não corresponde à realidade.

Vamos aos factos:

É completamente falso que a Administração Regional tenha que despedir qualquer funcionário público.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está aqui escrito!

O Orador: O que está aí escrito é que os Açores não podem aumentar o número de funcionários públicos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é isso que está escrito!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Seja sério!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Esperem! Deixem ouvir!

O Orador: Pergunto:

Saiu, de um instituto, a Secretaria de Estado da Administração Pública, do Governo da República PSD/PP, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): CDS-PP! Já agora corrija!

O Orador: ... que com certeza considera uma entidade idónea, no dia 15 de novembro, a semana passada, a seguinte Estatística do Emprego Público do 3.º trimestre de 2012:

O Governo da República diz que durante o ano de 2012, nos primeiros nove meses do ano, os Açores reduziram em 2,2% o número de funcionários públicos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Mas reduziu!

O Orador: Ou seja, o governo do PSD/PP diz oficialmente que, nos primeiros nove meses deste ano, nos Açores os funcionários públicos reduziram 2,2%. Certo?

Então pergunto: houve algum despedimento na Administração Pública dos Açores? Não!

Conseguimos reduzir o número de funcionários públicos sem qualquer despedimento, porque a questão é tão simples e tão básica. Qualquer aluno da 4ª classe percebe isto.

Se num ano se aposentarem 300 trabalhadores, se nós contratarmos só 299 novos trabalhadores nesse ano, reduzimos um trabalhador. Não despedimos ninguém e conseguimos cumprir esse objetivo.

É tão simples. Não só é tão simples, como foi o que foi feito este ano, de acordo com o que o Governo da República diz. Como se comprova, o que o senhor diz não tem qualquer fundamento de acordo inclusivamente com o seu Governo da República.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem fundamento! Os senhores querem reduzir o número de funcionários!

O Orador: Em relação a esta matéria estamos conversados. Não vamos falar mais nisso, não vamos perder tempo para que se tente que uma mentira mil vezes dita se torne realidade, porque nunca será.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mentira disse o senhor!

O Orador: Segunda questão, e não vou dar importância àquilo que o senhor disse em aparte porque acho que este plenário deve ter continuidade com respeito e elevação...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é que faltou ao respeito! Mentiu!

O Orador: ... pelas opiniões das pessoas e não deve entrar nesse tipo de questões, porque com certeza se irá arrepender.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Arrepender? Isso é ameaça?

O Orador: Tenha calma.

Presidente: Sr. Vice-Presidente, continue se faz favor.

O Orador: Segunda questão: ao contrário do que o Sr. Deputado Artur Lima disse, não é verdade que a Região tenha obtido qualquer financiamento para pagar dívidas que estavam vencidas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa agora!

O Orador: Como sabe, isto é completamente falso.

Apenas se reestruturou um financiamento.

Aliás, é curioso: ainda hoje saiu uma notícia que a Madeira pede uma autorização para reestruturar mais 1.100 milhões de euros, mas a questão não é essa, é que ao contrário do que o Sr. Deputado diz, não foi para pagar nada que estava vencido. Apenas para obter, no âmbito dos mercados financeiros internacionais, melhores condições financeiras do que iríamos obter diretamente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não! Foi para pagar!

O Orador: É tão simples quanto isso.

Mas sobre essa matéria já tivemos aqui uma sessão plenária de vários dias a debater esses assuntos. Não vamos estar a repetir aquilo que já foi debatido, que

todos os açorianos se pronunciaram no dia 14 de outubro e que está para nós devidamente...

Presidente: Sr. Vice-Presidente, perguntava-lhe se vai responder também agora às outras questões?

O Orador: Sim, com certeza.

Presidente: Então pode continuar.

O Orador: Muito rapidamente.

Sra. Deputada Zuraida Soares, como sabe, a competência em matéria de evasão fiscal ou de combate à evasão fiscal, não é uma competência do Governo Regional. O Governo Regional não tem serviços no âmbito da Administração Tributária.

Deputada Zuraida Soares (BE): A evasão fiscal da Região não cabe ao Governo Regional?

O Orador: Não cabe ao Governo Regional essa intervenção, porque é uma competência da República...

Deputada Zuraida Soares (BE): Então não se combate!

O Orador: ... através da autoridade tributária e alfandegária.

Compreendo que no vosso guião de matérias tenha sempre a evasão fiscal, mas tenha algum cuidado de ver se isso é competência da Região ou se é competência da República.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas o que é que o Governo Regional está a fazer nessa matéria? Está à espera que o Governo da República combata?!

O Orador: A competência é da República.

Seguindo:

A questão seguinte que, se me permite também, gostaria de esclarecer.

Em relação ao Código de Trabalho, esta Assembleia deve debruçar-se sobre esta matéria, sobre a sua competência ou não, mas é um poder de competência legislativo que é da própria Assembleia.

Registrar, em terceiro lugar, a disponibilidade do PSD para trabalhar, em conjunto, no âmbito da diferenciação fiscal e também na questão da sobretaxa de IRS.

Vamos ter em conta as palavras e as intenções do Sr. Deputado António Marinho, que registámos ao longo deste debate e que também confiamos que tenha a sua aplicação prática em sede de votação final do Orçamento de Estado.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Para um pedido de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

Deputada Zuraída Soares (BE): Pode ser que tenha mais sorte do que eu e que seja esclarecido!

Deputado Aníbal Pires (PCP): E do que eu!

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, sendo esta a primeira vez que me dirijo a este plenário, permitam-me que cumprimente Sua Excelência, a Sra. Presidente da Assembleia, e estenda esta mesma saudação a todas as Sras. e Srs. Deputados, bem como aos Srs. Membros do Governo, desejando-lhes também um bom e próspero trabalho na defesa do povo açoriano e na preservação da nossa instituição autonómica.

Vivemos hoje tempos complicados, tempos muito difíceis para a Europa, para o país e especificamente para a nossa Região.

O modelo de austeridade nacional europeu que tem vindo a ser implementado...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Que os senhores assinaram!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Negociaram! Propuseram!

O Orador: Sr. Deputado, nem consegui fazer a minha intervenção.

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo, se faz favor. Continue, Sr. Deputado Francisco César, se faz favor.

O Orador: O modelo de austeridade nacional e europeu que vai para além do Memorando da Troika, que o Governo da República do PSD e do CDS-PP estão a implementar, está a causar enormes constrangimentos à economia e às famílias.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então por que é que o importaram para os Açores?

O Orador: Cabe ao Governo Regional, na medida das suas possibilidades, naquilo que deve ser o papel de intervenção na economia açoriana, assumir mais uma vez o papel de defesa dos açorianos, o papel de defesa das nossas famílias e o papel de defesa das nossas empresas.

Este papel deve ser feito na utilização de todos os nossos recursos públicos, de toda a nossa força política, quer na ação executiva quer na proclamação, deste próprio Parlamento, dos objetivos que temos que prosseguir e dos obstáculos que temos pela frente que constroem a nossa autonomia.

Temos que criar consensos na área da Lei de Finanças Regionais, no protesto contra a passagem de serviços do Estado para a Região e os respetivos custos para a Região.

Temos que ter também consensos naquilo que é e deve ser o nosso protesto para o modelo de austeridade deste Orçamento de Estado.

Já ouvi nestas bancadas críticas ao atual Orçamento de Estado, críticas do PCP, do Bloco de Esquerda, do CDS e até do PSD.

Mas quando se procura os consensos temos de ser responsáveis e consequentes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso já foi esclarecido! O senhor está a fazer uma intervenção!

O Orador: Não podemos querer ter um consenso contra este modelo e contra este Orçamento de Estado nos Açores e na República ter os seus deputados a votar a favor deste Orçamento de Estado.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse, se faz favor.

O Orador: Temos obstáculos pela frente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é um pedido de esclarecimento?

O Orador: Sr. Deputado, se me permitir terminar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É um esclarecimento à Assembleia da República!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, como disse, temos um Programa do Governo que detém a sua principal ação no apoio às famílias e no apoio às empresas.

Tem sido sempre este o nosso objetivo.

Aquilo que me espanta, e muitas vezes é referido neste Parlamento, é a quantidade de subterfúgios que são encontrados por alguns partidos nesta Casa para fugir à discussão do Programa do Governo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é que está a fugir!

O Orador: Muitos não o leram.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não o leram? Quem foi que não leu?

O Orador: Muitos não o perceberam, provavelmente.

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar. É um pedido de esclarecimento, tem que terminar.

O Orador: Tem sido sempre este o apanágio de alguns partidos.

Peço desculpa, Sra. Presidente.

Presidente: Tem 3 minutos para fazer o pedido de esclarecimento. Tem que terminar.

O Orador: Já termino.

Mas criam manobras de diversão e uma das manobras de diversão que criaram foi a questão do Memorando de Entendimento assinado pelo Governo da República.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso a questão que deve ser esclarecida pelo Governo é: o que é que o Governo fará em 2013 que não teria que fazer se não tivesse subscrito o Memorando de Colaboração com o Governo da República?

Muito obrigado.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para um protesto, Sra. Presidente, na medida em que o Sr. Deputado Francisco César – estou a explicar o motivo do protesto – ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, está a pedir o uso da palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para efetuar um protesto...

Presidente: Para efetuar um protesto.

O Orador: ... na medida em que me senti ofendido com as palavras que foram dirigidas pelo Sr. Deputado Francisco César...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas é um protesto ou é defesa da honra?

O Orador: ... quando referenciou que alguns Deputados desta Casa não leram o Programa do Governo, não leram o documento que estão a debater.

Presidente: Para um protesto, tem 3 minutos, se faz favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

É absolutamente inaceitável, Sr. Deputado Francisco César, que o senhor venha aqui dizer que os Deputados desta Câmara, dos diferentes partidos que aqui estão (porque o senhor não disse a que partido é que se estava a referir), não leram o Programa do Governo que estão aqui a debater.

Eu pergunto em que é que baseia o senhor esse juízo de valor?

Deputada Berta Cabral (PSD) e Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Esse juízo é ofensivo para a dignidade desta Casa, é ofensivo para a dignidade de cada deputado que aqui está, porque tenho a certeza ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que todos os deputados fizeram o seu dever, todos os Deputados leram o Programa, todos os Deputados fizeram o seu trabalho, que é analisar as propostas.

Podem não concordar com a sua opinião, mas o senhor deve um pedido de desculpas a esta câmara e a cada um dos deputados que aqui estão.

Deputada Berta Cabral (PSD) e Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos do Deputado Artur Lima)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, agradeço também que modere um pouco a sua exaltação, estamos em debate.

Para um contraprotesto, tem direito de usar da palavra, por dois minutos, o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, não queria que se sentisse ofendido com as minhas afirmações, de que alguns deputados não leram ou não perceberam o Programa do Governo.

Eu, na minha perceção, apenas me baseei em algumas incoerências de análise do Programa do Governo. Esta é a minha opinião. Posso estar errado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mantém a mesma opinião, de que não leu!

O Orador: Aquilo que eu percebi é que face às incoerência de alguns Srs. Deputados na análise do Programa do Programa ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não leu! É lamentável e o senhor devia pedir desculpa a esta câmara! É inaceitável! É uma vergonha!

O Orador: ... ou não o leram ou não o perceberam.

É esta a minha opinião e é este um direito que eu tenho de o afirmar.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, são 13 horas.

Proponho que se faça uma interrupção para o almoço. Recomeçamos os nossos trabalhos às 15 horas.

Muito obrigada e um bom almoço para todos.

Eram 13 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Vamos continuar o debate. Antes de encerrarmos para almoço tinha uma inscrição por parte do Sr. Deputado Artur Lima.

Tem a palavra.

Eram 15 horas e 10 minutos.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Para continuar os esclarecimentos ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

Sr. Vice-Presidente, o que aqui está escrito no resgate que V. Exa. assinou com a República é bem claro e é português.

Em relação à referência que V. Exa. fez, de que qualquer pessoa com a 4ª classe entenderia isso, devo dizer-lhe que prefiro uma pessoa que tenha a 4ª classe e que saiba fazer contas do que uma pessoa letrada e licenciada que falsifique contas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Prefiro mil vezes o da 4ª classe que saiba fazer contas e não faça malabarismos com contas.

Quanto ao resto é perfeitamente entendível: o senhor reduziu em 2%, porque foram os reformados. Qualquer pessoa com a 4ª classe, como o senhor diz e para usar as suas palavras, percebe que esse resgate foi assinado por 10 anos.

O que se quer saber é se o senhor vai conseguir reduzir em 2% ao ano o número de funcionários? Se tem todos os anos 2% de reformados na Administração Pública para sair e cumprir o rácio?

Se não tiver, vai ser obrigado a reduzir.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Vamos ficar sem administração pública!

O Orador: Reduzir é despedir, Sr. Vice-Presidente. É isso que diz o ponto 7 deste Memorando.

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): Não diz isso!

O Orador: Vou ler-lhe outra vez.

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): Leia!

O Orador: “Reduzir em 2%...”

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): Onde é que diz 2%? Diga lá onde é que diz 2%? Leia!

O Orador: Os 2% é a média nacional.

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): Leia!

O Orador: O Governo Regional dos Açores compromete-se ainda a uma redução anual dos trabalhadores em funções públicas na Região, ...

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): Ah! Onde é que estão os 2%?

O Orador: “... em linha com os objetivos do PAEF.”

Estão nos objetivos, Sr. Vice-Presidente.

Quem hipotecou a revisão da Lei de Finanças Regionais foi V. Exa. ao assinar este resgate financeiro.

Só mais uma coisa:

É muito mau, Sr. Vice-Presidente, quando se quer transformar a Democracia num regime totalitário.

É isso que o senhor fez ou tentou fazer com a sua afirmação.

Temos os votos que o povo nos quis dar e respeitamos cada um deles.

Sabe o que é que distingue os grandes vencedores dos outros?

A humildade!

Sabe o que é vos distingue?

A arrogância, Sr. Vice-Presidente!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, para prestar esclarecimentos dou a palavra ao Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Como vimos pela leitura do ponto 7 do Memorando feita pelo Sr. Deputado Artur Lima, obviamente não há qualquer referência no Memorando de Entendimento a uma redução de 2% ao ano.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é que referiu os 2%!

O Orador: Essa foi sem dúvida uma grande vitória da Região, como foi salientado na altura.

Enquanto o Memorando de Entendimento, assinado pelo país, fazia uma redução de 2% no âmbito das Administrações Regionais, o que sempre dissemos é que

tendo a Região Autónoma dos Açores um número de funcionários públicos substancialmente inferior àquele que tem a Região Autónoma da Madeira...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Como é que interpreta esta frase "... em linha com..."?

O Orador: ... não fazia sentido exigir nos Açores uma redução igual à da Madeira.

Os 2% é um objetivo global do conjunto das duas regiões e da Administração Local.

Não está no Memorando assinado com a Troika nem está neste Memorando uma redução de 2% na Região Autónoma dos Açores. Isso ficou aqui demonstrado.

O Sr. Deputado Artur Lima acabou de dizer que tem no Memorando uma redução de 2%.

Solicitámos a leitura do Memorando. O Sr. Deputado Artur Lima, ao ler o Memorando, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está no Memorando da Troika. O senhor acabou de referir!

O Orador: ... viu que não tem 2% para a Região Autónoma dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor acabou de referir!

O Orador: É esta a questão essencial.

Eu volto a referir aquilo que disse na intervenção anterior.

O Memorando que assinámos com a República, de Entendimento, foi devidamente debatido, era do conhecimento público de todos os açorianos antes das eleições e levou a uma sessão clara sobre esta matéria nesta Assembleia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não foi devidamente debatido!

O Orador: É um assunto que está devidamente tratado, está devidamente enquadrado e sobre o qual os açorianos tiveram oportunidade de se pronunciar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: ... claramente nas últimas eleições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor escondeu!

O Orador: Foi isso que eu disse. Não é arrogância. É a verdade e a realidade dos factos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! A arrogância ainda é outra coisa. O senhor percebeu onde está a arrogância!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão para um pedido de esclarecimento.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Não era para voltar a este debate neste tema específico, mas as últimas afirmações do Sr. Vice-Presidente obrigam-me a reafirmar aqui duas coisas.

Debate público do Memorando de Entendimento que V. Exa. assinou. Não existiu nenhum debate público sobre o Memorando de Entendimento!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nenhum!

O Orador: Eu, como todos os outros Deputados que aqui estavam, conheci a assinatura do Memorando de Entendimento e o seu conteúdo através da comunicação social, através dos jornais.

Deputado Francisco César (PS): Isso é falso, Sr. Deputado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não houve nenhum debate!

Deputado Francisco César (PS): Foi à Comissão de Economia!

O Orador: Isto é o que eu tenho para vos que dizer.

Não existiu nenhuma leitura, nem nenhum debate. É falso!

Segundo ponto:

Vou ler-lhe o ponto nº 7:

“O Governo Regional dos Açores compromete-se ainda a uma redução anual dos trabalhadores em funções públicas na Região, [e veja bem, Sr. Vice-Presidente] em linha com os objetivos do PAEF.”

Em linha!... Significa que é exatamente o que está quantificado para o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro.

Pergunto-lhe: quanto é que está quantificado? Quais são essas responsabilidades?

Pergunto-lhe isso diretamente, Sr. Vice-Presidente. Responda!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exatamente!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais pedidos de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para não ficar alguém com a ideia de que eu não quero responder.

Agora, permita-me, Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu já respondi exatamente à sua pergunta na minha intervenção anterior.

Não vou repetir exatamente aquilo que disse e aquilo que expliquei.

Como foi dito na parte da manhã pelo Sr. Presidente do Governo, nós não vamos despedir funcionários públicos.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão quer despedir funcionários públicos, o problema é seu, não é nosso!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não diga isso!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra para um esclarecimento.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sei que o ar está enfiado, mas tenho uma questão para colocar, porque estamos em Democracia.

Sr. Vice-Presidente, sei que está com essa cara de desagradado, mas volto a ler:

“ (...) em linha com os objetivos do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro”, significa que são os mesmos números, os mesmos objetivos.

O senhor se não está a reconhecer isto, não está a dizer a verdade.

Eu estou a alertar os açorianos para isto, porque mais tarde ou mais cedo os senhores vão ser responsabilizados. Vão perguntar:

- O senhor não assinou isto?

- Assinámos!

- Ah! Mas eu não entendi aquilo. Eu não tenho essa interpretação.

- Pois, a sua interpretação está errada.

A responsabilidade que significa essa interpretação e as responsabilidades que o senhor assumiu para a Administração Regional são gravíssimas.

Essa responsabilidade, Sr. Vice-Presidente, eu tenho que lhe atribuir.

O senhor não gosta, mas isto é assim

Com toda a frontalidade digo-lhe isto, e tenho a certeza absoluta que daqui a um ano ou dois estaremos a discutir precisamente as consequências de assumir estes números, de assumir esta responsabilidade, de assumir estes objetivos.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Para acabar de vez com esta questão e reafirmar aquilo que eu disse.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): De vez?!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Posso inscrever-me outra vez!

O Orador: Da minha parte, é a última intervenção que faço sobre essa matéria, que é mais do que clara.

Primeiro, objetivamente, no âmbito do Memorando de Entendimento não há qualquer obrigação da Região Autónoma dos Açores...

Deputado Artur Lima (CDS-PP) e Deputado Paulo Estêvão (PPM): Há, há!

O Orador: ... de reduzir em 2% o número de funcionários.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então quanto é?

O Orador: Aquilo que nos comprometemos foi em reduzir.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então quanto reduz?

O Orador: Nessa redução basta reduzir um funcionário por ano...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é falso!

O Orador: ... tendo em conta esse objetivo.

É essa a nossa posição. É clara.

É esse o entendimento do Governo da República PSD/PP. Sejam claros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): CDS-PP!

Presidente: Não havendo mais intervenções para pedidos de esclarecimento, passaria a palavra ao Sr. Deputado Francisco César para uma intervenção de tribuna.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os resultados do crescimento europeu no terceiro trimestre deste ano – de onde destaco: os crescimentos negativos de Portugal (-0,8%), Itália (-0,2%), Espanha (-0,3%), Holanda (-1,1%) e a estagnação económica a caminho da recessão da França (0,2%) Alemanha (0,2%) – são reveladores de que a travagem económica é generalizada e de que a crise que vivemos está a tornar-se sistémica, podendo, provavelmente, em 2013, provocar uma crise económica e social, no espaço europeu, sem paralelo desde a Grande Depressão.

Não há dia em que não lembremos ou não nos lembrem que no continente, as metas orçamentais falharam, que as falências aumentaram, que o crédito malparado aumentou para níveis históricos ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nos Açores não!!!

O Orador: ... e que o desemprego progride a um nível insustentável em termos económicos e sociais. Até as exportações, no último indicador conhecido, regrediram, pela primeira vez nos últimos anos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Porque...

O Orador: Na verdade, a mensagem que tem sido sempre transmitida pelos nossos governantes e credores – da Troika, liderada pela Europa “alemã” – é de que não há outro caminho, outro caminho para além da: austeridade, da diminuição dos salários reais, da diminuição do consumo interno, da restrição do acesso a bens e serviços essenciais e à morte das empresas que pedem salvação.

É perante um cenário macroeconómico muito restritivo, para os próximos anos, que o XI Governo dos Açores apresenta o seu Programa de Governo a esta Assembleia, onde afirma que há outro caminho que pode e deve ser prosseguido para minorar e atenuar os efeitos destas políticas externas na economia açoriana.

Esta Via Açoriana de desenvolvimento não é um caminho isento de obstáculos e de algumas tormentas!

Nem tão pouco permitirá evitar que a crise que veio de fora, permaneça exclusivamente lá fora!

Mas este rumo que temos vindo seguir nos últimos 16 anos e que tencionamos, com um espírito renovado de novos métodos e ambições, continuar a trilhar pelo nosso futuro, permite-nos, poder afirmar, sem sombra de dúvidas:

- temos conseguido e vamos continuar a conseguir que a crise que nos chegou mais tarde seja menos penosa do que está a ser no Continente e na Madeira.

- e que, entre nós, seja ultrapassada também mais cedo!

Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para atingir estes objetivos de sustentabilidade da economia açoriana o Governo deve concretizar duas agendas de política económica: - uma agenda conjuntural; e uma agenda estrutural.

A agenda conjuntural deve consistir, primeiramente, em assegurar que, mecanismos essenciais para o funcionamento da economia açoriana, como o consumo interno e o crédito bancário, não sejam paralisados pelos efeitos da crise na banca, no emprego e no rendimento.

Para se perceber bem do que me refiro quando falo do problema do acesso ao crédito bancário, basta verificar que a banca retirou à economia açoriana, em termos de financiamento anual, mais do que o valor do plano de investimentos do Governo dos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é estrutural em economia!

O Orador: Na prática, em vez de termos dois efeitos multiplicadores económicos que se somam e que se complementam na economia açoriana, hoje, estes praticamente se anulam.

O apoio às famílias e às empresas, no primeiro caso com reforço do “Estado Social” e a manutenção da diferenciação fiscal e no segundo caso, com promoção de programas de apoio à manutenção de postos de trabalho e linhas de crédito especializadas em reestruturação de crédito bancário e de injeção de liquidez,

afigura-se, portanto, essencial para minorarmos alguns dos efeitos recessivos das políticas de austeridade do Continente.

Relativamente à agenda estrutural a ser prosseguida pelo Governo dos Açores, esta deve ter como objetivo sustentado a reorganização do sector produtivo e de serviços tendo em vista a melhoria da nossa balança comercial.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Como?

O Orador: Toda a lógica de fomento ao crescimento económico, todo o investimento público, deve assentar em quatro premissas base:

- A diminuição do custo das importações;
- A substituição de importações sem protecionismo;
- O aumento do valor da nossa produção transacionável;
- E o suporte do atual tecido produtivo regional durante o período de ajustamento estrutural.

Para tal, temos de incentivar as empresas açorianas existentes e outras, novas, que surjam, a incorporarem maior valor acrescentado nos seus produtos, quer através da diminuição dos custos de produção e de financiamento, quer através da diferenciação dos seus produtos nos mercados alvo.

Mas este reforço de competitividade, com efeitos reais na nossa balança comercial, não será possível sem um esforço considerável das entidades públicas e privadas no aumento da I&D em contexto empresarial, em parceria com a Universidade dos Açores, na redução dos custos de contexto, na diminuição da carga burocrática do Estado, na promoção da Marca Açores, nos incentivos públicos ao investimento privado e na diversificação de fontes de financiamento às empresas.

O contrato entre a região e a Universidade dos Açores para a criação de emprego e para o crescimento económico e o aproveitamento do novo quadro comunitário QREA 2014-2020, afiguram-se como essenciais para a promoção da investigação empresarial e para a qualificação profissional dos nossos ativos.

Precisamos igualmente de garantir novos impulsos à dinâmica da nossa economia. Assim, afigura-se essencial avançar no apoio às empresas através da criação da Via Verde para as Exportações. Conforme está expresso no Programa de Governo

precisamos garantir tarifas competitivas para exportações por via aérea e marítima e promover o apoio ao transporte direto para mercados alvo.

Do mesmo modo, a aposta no empreendedorismo e na diversificação de fontes de financiamento alternativo, como o capital de risco e a captação de investimento externo, constituem outra das prioridades do Governo para os próximos quatro anos.

Numa região com características arquipelágicas como a nossa, a promoção de políticas de redução de custos de contexto é essencial para a competitividade das nossas empresas. Por isso temos, imperativamente, que redobrar os nossos esforços ao nível da melhoria das nossas acessibilidades aéreas e marítimas, da racionalização dos consumos energéticos, de eletricidade e de combustíveis de origem fóssil.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sócrates não dizia melhor!

O Orador: A aposta na chamada economia verde é um importante contributo para alcançar esse objetivo. Mas é também uma aposta com elevado retorno económico. Neste particular, também aqui, os Açores são hoje uma Região de referência a nível nacional e europeu.

Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vivemos uma época de grandes transformações. Um daqueles raros momentos em que somos convocados pela História a assumir um compromisso com o futuro.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ui!

O Orador: Não haja ilusões. São muitos os desafios que enfrentamos e vários os condicionalismos que ameaçam o modo de vida que fundamentou o sonho de construção de uma Europa unida, humanista e solidária.

É por isso que, mais do que uma crise financeira, estamos hoje perante uma verdadeira mudança de paradigma. O desafio da competitividade não pode ser vencido à custa da sustentabilidade e da solidariedade. É por isso que, em tempo de dificuldades acrescidas, não há mais espaço para lutas políticas que não acrescentam nada à vida das populações. O que os açorianos esperam de nós, deste parlamento, são respostas concretas aos problemas que hoje enfrentamos. Não

esperam certamente que alguns tentem usar este palco como um ajuste de contas mal disfarçado pelo que aconteceu no passado dia 14 de Outubro.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Hoje as soluções para os desafios que temos pela frente exigem de todos uma enorme responsabilidade. O programa de Governo cuja apreciação hoje iniciamos é o ponto de partida para a afirmação de políticas próprias que, merecendo a confiança dos açorianos, constituem uma via de afirmação da nossa autonomia.

É por isso que merecem especial destaque as várias medidas que visam apetrechar a nossa economia de respostas à altura das dificuldades que vivemos. Mas, mais do que isso – mais do que apenas responder aos problemas imediatos – trata-se hoje de preparar a Região para encarar, com maior segurança, os desafios do futuro.

E neste particular os Açores têm razões para estar confiantes. Apesar das dificuldades, hoje a Região é a única do país que se aproximou efetivamente do nível médio europeu.

Para isso muito contribuiu a gestão equilibrada das nossas contas públicas. E se é certo que finanças públicas equilibradas não são, em si mesmo, um fim último, também é verdade que sem rigor financeiro não é possível manter uma economia saudável nem aspirar ao desenvolvimento económico.

Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nenhum país ou nenhuma região pode ser gerida como uma empresa. Os cidadãos não são números de uma folha de Excel. É por isso que, nos Açores, não temos receio de ambicionar. Não temos receio de sonhar nem temos receio de ousar pensar e fazer diferente.

É neste sentido que projetamos um Programa de Governo que põe as pessoas no centro da política. No centro das preocupações. Este programa, em síntese, é a afirmação do nosso compromisso eleitoral. A afirmação de uma via açoriana para a modernidade onde todos têm lugar e ninguém ficará para trás.

Disse!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vou interromper os nossos trabalhos para dar uma informação.

Entrou um requerimento na Mesa. Vou pedir à Sra. Secretária que faça favor de lê-lo.

Secretária: Requerimento para efeitos de convocação de reunião extraordinária do Plenário

Considerando que, pelo facto de estarmos no início de uma nova legislatura, as Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores não se encontram ainda instaladas e, por isso, não estão a funcionar normalmente;

Considerando que o Plenário se encontra atualmente reunido para apreciação do Programa do Governo;

Considerando, por isso, que a totalidade dos Deputados está presente na sede (Horta) da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;

Considerando que a realização de uma reunião do Plenário imediatamente após a conclusão da apreciação do Programa do Governo significa poupança de custos inerentes às deslocações dos Deputados à Horta;

Considerando, por último, que a votação final global da Proposta de Orçamento do Estado para 2013 está agendada para dia 27 de novembro de 2012, pelo que qualquer reunião posterior a esta data será extemporânea;

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 52º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, os Deputados abaixo assinados vêm, pelo presente, requerer a V. Exa. a convocação de uma reunião extraordinária do Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para o dia 23 de Novembro de 2012, tendo como ponto único da agenda a apresentação, discussão e votação do Projeto de Resolução “Pronúncia, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a Proposta de Lei

N.º103/XII - aprova o Orçamento de Estado para 2013”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Horta, 19 de novembro de 2012”

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O que diz o nosso Regimento é que entrado o requerimento, ele deve ser colocado à votação, sem discussão e sem declarações de votos orais.

Este é um requerimento apresentado por 19 Sras. e Srs. Deputados.

O que diz o n.º 2, do art.º 87.º, é que o requerimento tem que ser colocado à votação, sem discussão e sem declaração de voto.

Assim sendo vamos proceder à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O requerimento apresentado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do PPM, 20 abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Duarte Freitas pede a palavra para?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Para uma interpelação.

Presidente: Tem dois minutos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria solicitar um intervalo regimental de 15 minutos e pedir uma reunião de Conferência de Líderes, de urgência.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 15 horas e 52 minutos.

Eram 15 horas e 37 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, façam favor de retomar os seus lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 12 minutos.

Estão abertas as inscrições para esclarecimentos à intervenção do Sr. Deputado Francisco César.

Não havendo inscrições dou a palavra ao Sr. Deputado António Marinho, para uma intervenção de tribuna.

Deputado António Marinho (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores vivem um tempo de grandes dificuldades.

Todos o admitem.

Consequentemente, todos têm consciência do grande desafio que hoje se coloca a quem quer contribuir para recuperar os níveis de bem-estar de que os Açores se afastaram nos anos mais recentes.

Não é tempo de denúncia. Não faz sentido, neste momento, recriminar ou apontar culpados. Recusamos, como sempre recusámos, o caminho do ajuste de contas.

É tempo de preocupação. E de ação.

Passou mais de um mês sobre as eleições. O povo pronunciou-se. Cumriu-se a democracia.

Depois das felicitações a quem venceu, é hora de cada um assumir o seu papel. No governo ou na oposição. Exercendo, com respeito e determinação, os mandatos conferidos pelo povo. É obrigação, de todos e de cada um, contribuir para soluções que se traduzam no benefício daqueles que aqui representamos.

Não queremos apurar responsabilidades.

Queremos deixar uma mensagem de total disponibilidade para a obtenção dos consensos que permitam ultrapassar o período difícil que estamos a viver.

Queremos dar o nosso contributo para restituir a esperança aos Açores.

Os Açorianos precisam urgentemente de acreditar num futuro melhor.

É esse o primeiro passo. O passo fundamental para o restabelecimento da economia açoriana. O passo obrigatório da reconquista de um clima de confiança. A confiança que desapareceu e se fez apreensão. A confiança que se transformou em preocupação e que agudizou os efeitos de uma crise à escala mundial.

A economia açoriana atravessa uma das fases mais complexas, se não mesmo a mais complexa, da história da Autonomia. Todos o admitem.

O tecido empresarial está fragilizado. As empresas reduziram significativamente a sua atividade. Muitas entraram em processo de falência, fechando as suas portas. Serão poucas aquelas a quem não restou outra alternativa que não a de dispensar os seus colaboradores. A contragosto, seguramente.

Foi, assim, atingido o mais alto nível de desemprego dos últimos 36 anos. Nunca nos Açores, em todo o processo autonómico, existiu um tão grande número de Açorianos desempregados.

Os números mais recentes assim o continuam a evidenciar. Mesmo no período em que a sazonalidade é mais favorável à variável emprego, o terceiro trimestre do ano, mais de 18,600 Açorianos encontravam-se desempregados. Cerca de 20% das famílias açorianas estão afetadas por um fenómeno de proporções sociais gravíssimas, confrontando-se com as quebras de rendimento subsequentes.

A taxa de desemprego mantém-se há três trimestres consecutivos acima dos 15%. Atingia 15.4% em Setembro último, quando um ano antes se cifrava em 11.6%. Assistiu-se a uma destruição de mais de 5 mil empregos no espaço de apenas doze meses.

Ou seja, estamos perante um grave problema social, que necessita de respostas rápidas e incisivas.

A situação é preocupante e exige colaboração. Obriga à união de esforços.

A luta político-partidária é saudável. Melhora, quase sempre, os vários aspetos da governação. No atual contexto, contudo, deve privilegiar-se a cooperação entre todos os que o povo escolheu como seus representantes. A criação de consensos é um imperativo.

É o que o PSD tem para oferecer. A sua disponibilidade para encontrar boas soluções. Soluções de base comum ao universo partidário aqui representado.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: Vimos, por isso, com bons olhos, o Senhor Presidente do Governo a comunicar, neste Parlamento, “a disponibilidade e o interesse em estabelecer canais de diálogo efetivo com as diversas entidades políticas e sociais que estejam interessadas em participar na busca das melhores soluções para o futuro dos Açores”.

Lemos, nas suas palavras, a vontade de uma cooperação mais alargada, que privilegie aqueles cujos interesses todos temos por dever defender.

Julgamos ser um bom caminho. Podem contar com o nosso empenho. E com a lealdade que, sobretudo, devemos aos Açorianos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não vamos fazer, por agora, o discurso da situação das finanças públicas regionais. Os Açorianos sabem o que pensamos. E nós não mudámos de posição. Nem se alteraram os números, nem os procedimentos e opções de gestão dos dinheiros públicos. Pelo menos por enquanto.

Temos esperança em que haja uma atitude de maior abertura na abordagem de tão importante matéria. O tempo o dirá!

Desde já, contudo, no sentido de promover uma efetiva transparência das contas públicas regionais, incluindo as resultantes da atividade do SPER, julgamos ser pertinente alertar o governo para que assegure o cumprimento integral do pacote legislativo aprovado na legislatura passada nesse domínio. Não o foi, até agora.

Não é este ainda o momento para troca de argumentos e diferentes leituras sobre o atual estado das contas públicas açorianas.

A seu tempo o faremos. Já no debate orçamental, que terá lugar dentro de algum tempo, ou no debate da Conta da Região que também se aproxima. Ou seja, oportunamente.

Neste início de legislatura, contudo, há duas questões que não podemos, nem devemos, deixar passar em claro.

Em primeiro lugar, a questão do Memorando de Entendimento entre os Governos da Região e da República.

As eleições do passado dia 14 de Outubro não mudaram o seu conteúdo. Os perigos e o atentado que entendemos que o referido Memorando constitui para a Autonomia Açoriana mantêm-se na sua plenitude.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Tal como sempre dissemos, a Região, com aquele Memorando, fica refém da República. A manterem-se os seus termos, a Autonomia sofre um rude golpe. Quer através da necessidade de visto prévio do Governo da República em relação aos documentos orçamentais, antes mesmo da sua apresentação a este Parlamento, o órgão máximo da Autonomia dos Açores. Quer através de outros pontos igualmente sensíveis do ponto de vista autonómico que constam do documento objeto de entendimento.

Voltar a esta questão não é malhar em ferro frio. Não podemos deixar passar este primeiro momento do debate político desta nova legislatura, sem deixar expresso, mais uma vez, aquilo que consideramos ser mais benéfico para os Açores.

Entendemos que o governo tem de colocar na sua agenda imediata a revisão do Memorando. Alterando, eventualmente, anteriores posições assumidas. Revelando humildade, como se impõe, mas também tranquilizando a consciência em relação à defesa da Autonomia.

Da nossa parte, pode o governo contar com empenho total nesse desiderato. Pode também contar com a nossa posição responsável, com a nossa sobriedade, sem tentar daí retirar qualquer ganho político do momento.

A segunda questão que o PSD não quer deixar de abordar neste início de legislatura refere-se a uma eventual revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Podem os Açorianos contar com a nossa intransigência na defesa do seu articulado. Consideramos a Lei de Finanças Regionais como um dos marcos determinantes da Autonomia Açoriana. Não é pelo facto de ter o cunho especial de governos da Região e da República de responsabilidade socialista que menorizamos a sua condição de peça estruturante do sistema autonómico.

É o documento que garante a Autonomia no plano financeiro. Como tal, deve ser preservado.

Quaisquer alterações que possam ser aplicadas à Lei não podem beliscar as conquistas essenciais que na mesma estão vertidas.

A Lei de Finanças das Regiões Autónomas, provavelmente, não é intocável. Mas não pode ser adulterada, sob pena de se perder o espírito que esteve subjacente à sua aprovação e vigência ao longo de quase 15 anos.

O PSD faz desta questão um ponto de honra. E considera que é uma questão de Estado.

Esperamos que dada a importância dessa revisão, que a mesma seja objeto de envolvimento do primeiro órgão da autonomia. Que esta revisão seja objeto de envolvimento por parte deste Parlamento.

Uma mensagem final.

O PSD está, na verdade, disponível para colaborar com as outras forças políticas, e em particular com a que suporta o governo.

Uma colaboração que é, na nossa perspetiva, absolutamente determinante na conceção e aplicação de soluções para resolver os graves problemas que afetam os Açores. Em particular, o gravíssimo problema de desemprego que atinge muitos milhares de Açorianos.

Estamos aqui. De forma responsável. Ao serviço dos Açores.

Como sempre, os Açorianos sabem que podem contar com o PSD.

Disse.

Deputados Duarte Freitas e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Não havendo inscrições dou a palavra ao Sr. Deputado Nuno Melo Alves.

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais começo a minha intervenção desejando ao Sr. Vice-Presidente felicidades na complexa tarefa que tem pela frente, na medida em que a Secretaria

que tutela, além de deter o recorde do nome mais comprido da orgânica deste Governo, tem sob a sua responsabilidade alguns desafios delicados que o XI Governo Regional terá que ultrapassar.

Ao contrário do que está expresso no Capítulo dedicado ao Enquadramento Económico e Financeiro, da Proposta de Programa do XI Governo Regional, “o caminho seguido” *não* “conseguiu criar condições estruturais para o reforço da atividade da Região” *nem tão pouco* “para a consolidação de um clima de confiança junto dos investidores e dos principais agentes económicos”.

Ao contrário do que o Governo Regional afirma, o crescimento económico registado nas últimas décadas não foi fruto de políticas e rumos desenvolvimentistas, nem resultado de alterações estruturais conducentes ao desenvolvimento sustentado, mas sim da conjuntura, por um lado, despesista que desde o final do século passado marcou a governação dos Açores, e por outro, otimista, fruto do mercado de crédito expansionista. Infelizmente, a apregoada convergência é sobretudo escriturária e disfarça mal uma realidade bem menos abonatória.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: De acordo com os Censos de 2011, a população residente está em mínimos históricos desde 1900 em 5 das ilhas do arquipélago e ao contrário do que afirma o Governo Regional, a população não cresceu nos Açores, mas sim em S. Miguel, aonde aumentou em quase 6100 residentes; nas restantes oito ilhas diminuiu em cerca de 1700 pessoas. O XI Governo Regional revela grande insensibilidade ao fenómeno de desertificação e diminuição de população ativa que ocorre em quase todas as ilhas e ao retrocesso à coesão interna daí decorrente, ao gabar-se que a população dos Açores aumentou em cerca de 4.350 residentes.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As insolvências e as dissoluções naturais de empresas nos Açores registam valores acima da média nacional e são o reflexo da fragilidade estrutural da economia açoriana, ou melhor, da fragilidade estrutural das nove economias existentes nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Nos primeiros nove meses de 2012, em comparação com período homólogo, as insolvências aumentaram 45%, enquanto as dissoluções naturais registaram um crescimento de 41%.

O desemprego, o maior flagelo da economia dos Açores, está em valores recorde. Os números referentes ao terceiro trimestre apontam para uma taxa de desemprego de 15,4%, correspondendo a cerca de 18.600 desempregados. Perante estes números, parece-nos uma afronta que o Governo Regional se gabe de termos nos Açores menos duas décimas de desempregados que no todo nacional. O problema do desemprego não é de décimas, mas de pessoas, de famílias, de perspetivas e projetos de vida. Os desempregados de longa duração e o desemprego jovem também atingem valores recorde: no terceiro trimestre deste ano, o primeiro fixava-se em 57%, registando um aumento de 24% em relação ao período homólogo; o segundo situou-se nos 37%, o que representa um crescimento de 27% em relação ao terceiro trimestre de 2011.

Os Governos Regionais têm sido habilidosos a enjeitar as suas responsabilidades na questão do desemprego culpando outros, sempre outros, como aliás, tentam fazer com tudo o que corre mal, e pelos vistos sexta-feira vamos ter oportunidade de falar sobre isso. No entanto, o facto é que falhou a sustentabilidade da economia regional; falharam as políticas que deveriam dar sustentabilidade à economia regional; falhou a coesão regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No Programa de Governo encontra-mos dezenas de propostas para apoio ao primeiro emprego, para dar empregabilidade aos jovens, para formar os desempregados, para fomentar o empreendedorismo.

Compreendemos esta estratégia. Contudo, melhorar as qualificações aos desempregados de pouco serve se não se criarem condições à economia para criar novos postos de trabalho. Esperávamos ver mais medidas dirigidas ao fomento empresarial, mais medidas estruturais, de combate aos custos de insularidade e aos

custos de contexto, como o PS gosta de referir. Aliás, era de esperar que ao fim de 16 anos de Governo da responsabilidade do PS, a redução de custos de contexto, como a ineficácia e custo dos transportes, o elevado custo de energia, bem como reduções suficientes dos restantes custos apontados, e também diferenciação fiscal em relação à União Europeia, já estivessem a surtir efeitos positivos. Pelo contrário, o Governo Regional anterior aumentou o custo do combustível nos Açores, reduzindo o diferencial para o preço no Continente em cerca de 10%.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): 10%!

O Orador: Como consequência, ainda não existe sequer um mercado inter-ilhas digno desse nome, sendo que, neste quadro, é muito difícil que a produção regional possa concorrer com as importações. Importa que o Governo clarifique quais são as medidas de curto e médio prazo, para inverter os problemas estruturais que a conjuntura pôs a nu, para criar um verdadeiro mercado regional e para que as empresas tenham condições para crescer e criar postos de trabalho. Se não houver criação de postos de trabalho, de pouco servirá à Região ter os desempregados mais bem formados do País.

Ao nível dos combustíveis, o Governo Regional propõe medidas para incentivar o uso de eletricidade em vez combustíveis gasosos e líquidos mas não será necessário qualquer incentivo se o preço da eletricidade baixar e o seu abastecimento for fiável. Contudo, é crucial investir na produção de energia por vias alternativas, caso contrário a consequência será o aumento da importação de combustíveis gasosos e líquidos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para terminar, digo que não invejo a árdua tarefa que este Governo Regional tem pela frente. Contudo, não posso deixar de denunciar as incongruências, a falta de rumo e estratégia que este programa denota, o que, infelizmente significa dificuldades acrescidas para as açorianas e os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Não havendo inscrições, dou a palavra à Sra. Deputada Graça Silva para uma intervenção.

Deputada Graça Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, permita-me, em primeiro lugar, que lhe dirija uma saudação pessoal, neste início de legislatura, saudação extensível a todas as Sras. e Srs. Deputados.

Igual saudação dirijo a si, Sr. Presidente do Governo, extensível também a todos os Membros do Governo, desejando-vos os maiores sucessos na função em que foram empossados.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No Programa de Governo que hoje debatemos, no que respeita à valorização do trabalho e promoção do emprego, verifica-se que os próximos quatro anos serão marcantes no requisito de políticas que procuram de forma ousada e corajosa um novo patamar de desenvolvimento na valorização do trabalho e da criação de emprego.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Onde é que isso está, Sra. Deputada?

A Oradora: O futuro dos Açores passa por mais empreendedorismo, mais inovação, mais competitividade e mais solidariedade. Este é um compromisso assumido pelo Governo Regional, plasmado no seu Programa, que passa, conseqüentemente, pela valorização do trabalho e pela promoção do emprego.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A valorização do trabalho e a promoção do emprego são inseparáveis da construção de um modelo de desenvolvimento regional que assuma como objetivos centrais a justiça e a coesão sociais, assentes numa mais justa distribuição da riqueza gerada pelo trabalho das açorianas e dos açorianos.

Esse modelo tem forçosamente de assentar numa sólida base produtiva, que valorize as nossas produções tradicionais específicas, tendo em conta a sua dimensão e o seu peso na economia regional, não abdicando, no entanto, de uma forte aposta na diversificação dos produtos e na modernização das unidades e processos de produção.

Necessitamos, portanto, de um dinâmico mercado interno, capaz de gerar riqueza e de criar o emprego necessário para permitir que todos as açorianas e todos os açorianos possam aceder aos frutos da riqueza comum.

A economia produtiva, tal como é afirmado no Programa, é um fator de sustentabilidade essencial para a economia regional. Do equilíbrio entre um sector produtivo fortalecido, da diversificação e da emergência de outros sectores da economia resulta crescimento, desenvolvimento e menos dependência externa. É com este modelo de desenvolvimento que se consegue promover mais emprego com direitos.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apraz-nos verificar a preocupação com aspetos fundamentais para a qualidade de vida dos açorianos, como uma maior segurança nos percursos de entrada na vida ativa dos jovens e uma maior segurança no mundo do trabalho, propondo o desenvolvimento de instrumentos de acompanhamento dos jovens ao longo do seu percurso de preparação para uma profissão, bem como a implementação de medidas de acompanhamento do trabalhador ao longo da vida profissional.

Uma apreciação igualmente positiva para a promoção de programas de reconversão de competências, com o objetivo de promover a intervenção social para a empregabilidade, agindo junto das comunidades mais fragilizadas em termos de empregabilidade, de que são exemplo as medidas de promoção de programas de qualificação profissional para desempregados não qualificados e o desenvolvimento do microcrédito.

Importa, no entanto, reforçar que as políticas agora apresentadas devem ter como objetivo central a criação de emprego com direitos, no quadro de uma legislação laboral que deve ser compatível com as necessidades de um desenvolvimento

assente num trabalho com qualidade técnica e que efetivamente invertam a precariedade no emprego, a subcontratação e o recurso ao trabalho assalariado sem regras. É importante a transformação dos contratos de trabalho a prazo e dos “falsos recibos verdes” em contratos de trabalho por tempo indeterminado, desde que o trabalhador esteja a executar serviços de carácter permanente.

Destacamos, também, a relevância que é dada no documento à Formação. De referir a sua importância, em quantidade suficiente e com qualidade, para os trabalhadores, incluindo os desempregados, respetivamente, para um melhor desempenho profissional e para uma mais eficaz inserção no mercado de trabalho, sendo para tal necessário o cumprimento da legislação sobre formação profissional, designadamente, o mínimo de 35 horas anuais de formação certificada.

A educação e a formação profissional, a par da melhoria da organização e gestão das empresas e serviços, constituem pilares fundamentais de uma estratégia de desenvolvimento.

A formação profissional e, nomeadamente, a formação contínua ao longo da vida, é indispensável para aumentar a produtividade e melhorar a competitividade, mas também para preparar os trabalhadores/cidadãos face a uma sociedade em rápidas mudanças e onde as competências relacionais, assim como as ligadas à criatividade, à inovação, ao aprender a aprender e à cidadania, são fundamentais.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

A Oradora: E sabemos que uma sociedade avançada exige plena integração de todos os pré-ativos, os ativos e os pós-ativos.

É com agrado, pois, que vemos que o governo considerou a educação e a formação como fatores chave para promover o emprego e a qualidade do emprego, e, por essa via, o desenvolvimento económico, o progresso, a coesão social e a efetivação da igualdade de oportunidades. Contudo todos conhecemos jovens, a quem foi exigida aplicação e resultados nas escolas e aquisição de formação profissional inicial, para depois só terem direito a trabalho precário, pouco qualificado e mal remunerado, ou mesmo ao desemprego. É primordial inverter esta tendência, acreditamos que assim será.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É diferente, Sra. Deputada!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ó Aníbal, que ciumeira!

A Oradora: De salientar que, em Portugal, temos reconhecido na lei o direito à formação profissional, que, na sua essência, integrada no Código do Trabalho, ganhou estatuto de “direito fundamental”, aproximando-se do direito constitucional à educação. Então, o desafio é centrar esforços num objetivo: efetivar a formação profissional, no contexto de uma nova matriz de desenvolvimento.

De realçar a referência à necessidade da adoção de medidas tendentes à redução da sinistralidade laboral, resultante da falta de condições de trabalho, criando mecanismos para a implementação das condições de segurança e saúde em que o trabalho é prestado. Para o efeito, e como previsto no documento, a Inspeção Regional do Trabalho tem de ter uma nova atitude, mais proactiva, dando respostas com celeridade e eficácia, o que passa não só por um reforço dos seus meios, mas também por uma planificação mais cuidada das ações de fiscalização. É igualmente importante a criação de canais de comunicação diretos com os trabalhadores, para que estes possam obter informação ou colocar as suas questões com maior facilidade.

De notar a preocupação com a intenção das autoridades norte americanas de, eventualmente, reduzirem os funcionários portugueses ao Serviço das Forças Armadas dos Estados Unidos da América estacionadas na Base das Lajes.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Olhe que alguns governos dão por adquirido!

A Oradora: Consideramos esta matéria extremamente sensível. É, pois, de fundamental importância que os Órgãos da Região Autónoma e os Órgãos da República tenham uma ação e uma intervenção concertadas e empenhadas, na defesa dos postos de trabalho, quer diretos, quer indiretos, bem como no abrandamento do impacto da diminuição do investimento na aquisição de bens e serviços junto da economia da ilha Terceira.

Salientar a preocupação que este Programa transmite, e bem, relativamente aos trabalhadores imigrantes, propondo uma maior divulgação de toda a informação legal que possa interessar aos trabalhadores imigrantes em tudo o que diga respeito aos seus direitos sociais, direitos laborais e deveres cívicos, pois, hoje, os Açores assumem a dupla condição de emissor e de região de acolhimento de migrantes.

Cabe, assim, uma responsabilidade acrescida à Região na definição e implementação de políticas de acolhimento e integração e de assegurar os direitos que assistem aos cidadãos migrantes e às suas famílias.

Por último, salientar a importância que é dada ao diálogo social. Dizer que é fundamental, neste contexto que atravessamos, que a Concertação Social, nos Açores, assumam um papel renovado e dinâmico. Mais do que nunca é importante a construção de consensos entre os parceiros sociais e o poder político, para podermos não só garantir a paz social no arquipélago, mas também obter as soluções mais equilibradas para os problemas que se nos colocam.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Temos a certeza de que sem um modelo de desenvolvimento que valorize o trabalho e os trabalhadores não haverá perspectivas sólidas de construção de um desenvolvimento com utilidade social.

Muito obrigada!

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Não havendo inscrições, dou a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Lopes para uma intervenção.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apreciamos e discutimos nesta Câmara o Programa do décimo primeiro Governo Regional dos Açores.

Venho a esta Tribuna, para em nome da bancada parlamentar do PSD, tecer alguns comentários sobre a abordagem que o programa deste renovado Governo Regional

faz, relativamente ao Poder Local regional e quanto ao que se antevê venha a ser a postura de relacionamento institucional entre o Poder Regional e o Poder Local nos próximos tempos.

Neste domínio, a avaliar por aquilo que é expressamente exposto neste programa, consideramos muita fraca a aposta que entendemos deve ser feita no Poder Local regional enquanto parceiro ativo e privilegiado do desenvolvimento das nossas ilhas, dos nossos Concelhos e das nossas Freguesias.

Não é a quantidade de frases ou de linhas que está em causa.

Em causa está a exiguidade de propostas para esse relacionamento.

O Governo Regional parece disponibilizar-se apenas para celebrar contratos ARAAL para a manutenção e requalificação de infraestruturas municipais, para a requalificação do edificado urbano e na promoção do mercado de arrendamento. (ponto final)!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Cabe aqui, hoje, uma vez mais, sublinhar a importância e o principal fundamento da nossa Autonomia, há 36 anos conquistada e neste tempo consolidada: **a Autonomia existe para desenvolver os Açores!** A Autonomia deve servir para, nos Açores, com os meios que temos e estão ao nosso alcance, deles fazermos o melhor uso para melhor resolver os problemas dos açorianos.

Acreditamos pois que, particularmente num tempo de dificuldades como o que atravessamos, em que os meios e os recursos disponíveis são cada vez mais reduzidos, há toda a vantagem em que os Poderes instituídos, e democraticamente eleitos, como o regional e o local, trabalhem numa estratégia conjunta e articulada, que reúna as sinergias e envolva os recursos de ambas as partes para se corrigirem desequilíbrios de desenvolvimento regional e mais facilmente atenuar os efeitos nefastos de uma crise económica e financeira, mas também social, que de forma preocupante atinge as famílias, as empresas e as mais diversas instituições e organizações da sociedade açoriana.

Nestes 36 anos de Autonomia, as autarquias da Região, muito fizeram pelo desenvolvimento das nossas terras e pelo bem-estar das nossas populações.

O desenvolvimento e o progresso que ainda temos de continuar a alcançar nas nossas ilhas e na nossa Região, não deve nem pode dispensar a participação e a intervenção ativa do Poder Local Regional!

Acontece que a generalidade das Câmaras Municipais dos Açores vive num quadro de fortes constrangimentos financeiros e orçamentais.

Sem os recursos adequados, os Municípios ficarão impossibilitados de prestar o apoio social aos cidadãos e às famílias, que por norma praticam, atenta a proximidade com que exercem a sua ação, e que num ambiente de crise social e económica, como o que hoje se vive na Região é de primordial importância que se mantenha em bons níveis de prestação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sem capacidade para realizar investimento público, o tecido empresarial local paralisa e coloca em risco a manutenção de postos de trabalho, agravando assim a situação económico-financeira das famílias e das empresas.

Por isso mesmo, consideramos de capital importância o aprofundamento da cooperação técnico-financeira entre o Poder regional e o local, feita na base de uma relação clara, transparente, equitativa e universal, que respeite a separação dos Poderes e a própria autonomia do Poder local.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD-A, como sempre, continuará disponível para colaborar nas melhores soluções, mas não se demitirá da sua responsabilidade em assegurar que essas soluções sejam justas, equilibradas e transparentes.

O tempo é de Concertação e de busca de consensos!

O tempo é de Diálogo, mas de Diálogo consequente!

O tempo é de solidariedade e de Cooperação!

Este é também o tempo de praticar dentro da Região os princípios da subsidiariedade institucional, que a Região tão bem reclama da República e da União Europeia.

Esperamos assim pois, que este renovado Governo Regional, mude a sua atitude perante o Poder Local. Que faça do Poder Local um parceiro

privilegiado do desenvolvimento das nossas ilhas e não um adversário a abater.

Esperamos que este renovado Governo Regional passe a valorizar mais as parcerias com o Poder Local dos Açores, visando uma mais profícua e produtiva relação institucional, em prol dos Açores e dos açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como é de praxe uma felicitação a todos, uma saudação especial à Sra. Presidente da Assembleia e também ao Sr. Presidente do Governo que terá uma missão muito difícil, mas todos confiamos que terá sucesso.

Sr. Deputado Cláudio Lopes, permita-me, em primeiro lugar, aliás o senhor não foi o único, foi o segundo Deputado do PSD, o registo de serenidade e de grande tranquilidade a que o PSD se propõe neste debate do Programa do Governo.

Registamos essa postura, porque significa que pelo menos alguém nesta Assembleia soube tirar as devidas ilações das últimas eleições. Faz parte da democracia e também é justo saudar esta postura.

Queria, em primeiro lugar, deixar uma nota muito clara do PS em relação àquilo que é o relacionamento entre o Governo Regional e o Poder Local.

Sr. Deputado, permita-me que lhe diga que estamos, no Grupo Parlamentar do PS, muito orgulhosos e muito confiantes daquilo que são os compromissos que o Governo assume no Programa do Governo.

São compromissos realistas, exequíveis e que garantem uma segurança ao Poder Local.

Temos que compreender – basta comparar, como o senhor muito bem sabe – aquela que é a realidade no arquipélago da Madeira para registarmos que é incomparável os termos de relacionamento no plano técnico, financeiro e institucional, entre o Governo Regional dos Açores e as autarquias.

Isto não é propriamente uma novidade neste Governo, é uma boa prática que vinha de governos anteriores do PS, mas é esta a nossa visão.

Quando surgem situações de dificuldade, como estamos agora a viver, é evidente que isto apela para um ambiente de cooperação e de maior parceria entre estes dois níveis de poder. Cooperação, cada um assumindo as suas responsabilidades e aqui é que nós temos que sublinhar. Não é justo, parece-nos, que venham sugerir que agora seja o Governo Regional a ter que assumir as despesas das autarquias locais, como vamos vendo, aqui e ali, inclusivamente, alguns autarcas que já sugeriram que fosse o Governo Regional a pagar a iluminação pública, por exemplo, dos espaços de responsabilidade municipal.

Portanto, é justo e o senhor tem razão. Quando fala na necessidade de haver cooperação entre os dois níveis de poder – como eu já disse é a prática do PS – achamos que há condições para que se continue a trilhar esse caminho frutuoso, mas cada um tem que saber assumir as suas responsabilidades.

Deixe-me que lhe diga Sr. Deputado...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Termino já, Sra. Presidente.

... que o verdadeiro problema – e isso é bom que todos os Srs. e Sras. Deputadas aqui neste Parlamento interiorizem – que neste momento afeta o Poder Local não é de forma alguma o Governo Regional dos Açores. O grande problema do Poder Local, em Portugal, na República Portuguesa, é o facto de estarmos a ser governados por um Governo insensível e um Governo anti-Poder Local.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Este Governo do CDS-PP e do PSD, a nível da República, é um governo que não respeita a autonomia do Poder Local. Esse é que é o grande constrangimento que as autarquias sentem.

Portanto, Sr. Deputado, lamento, mas o senhor com a experiência e com o conhecimento que tem, na nossa opinião, fez uma intervenção que, no fundo, esqueceu o essencial, que é o problema de fundo do Poder Local, ou seja, o Governo do seu partido na República.

Deputado Berto Messias (PS): Nem tocou nesse assunto!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, dava a palavra ao Sr. Deputado João Bruto da Costa para uma intervenção.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A coesão regional foi definida como um dos fatores estratégicos da governação da Região, enquanto “elemento de aproximação e de qualificação das condições oferecidas nos diferentes espaços físicos, na medida em que proporcionam a fixação das pessoas e das famílias, incluindo a sua valorização (coesão social) e também na oferta de condições para o desenvolvimento de atividades empresariais geradoras de riqueza e de emprego (coesão económica) ”.

Era assim que se contextualizava o "Plano Estratégico para a Coesão dos Açores", apresentado pelo X Governo dos Açores, de responsabilidade do Partido Socialista. É certo que o mesmo Partido Socialista se apresenta agora com renovados desafios e renovada orgânica.

Contudo, no que diz respeito à coesão territorial - social e económica - quis o destino que se mantenha a responsabilidade e o protagonismo na alçada da Vice-Presidência.

Queremos acreditar que os desafios que se colocam para uma bem-sucedida estratégia para a coesão e o empenho que se exige para a sua implementação, possam motivar uma abordagem mais decisiva e mais consequente, e que este XI Governo Regional seja capaz de obter resultados num dos maiores desafios da autonomia, como é o desafio da coesão regional!

E queremos acreditar no sucesso desse propósito, apesar de não o encontrarmos suficientemente espelhado no Programa de Governo que agora apreciamos, porque esse sucesso do XI Governo Regional é crucial para o futuro dos Açores.

Depois de assistirmos a muitos anos, sob a tutela da Vice-Presidência, a um conjunto de iniciativas e promessas, espelhadas em programas de Governo, em planos e orçamentos e num Plano Estratégico para a Coesão dos Açores que nunca saiu do papel, exige-se um crescendo de preocupação para a circunstância de assistirmos à desertificação e ao estrangulamento económico de 5 ilhas a que chamaram da coesão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o consenso?

O Orador: A singular novidade que encontramos no Programa do Governo é o facto das ilhas da coesão aparecerem, agora, acompanhadas por mais duas ilhas - o Faial e o Pico - a aproximarem-se daquele estatuto.

Este facto assume particular simbolismo no atual contexto, e quando se discute o Programa de Governo temos, por isso, a expectativa de que se venha a verificar, finalmente, e com o contributo de todos, uma efetiva aproximação entre todas as parcelas do nosso território.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A fixação de pessoas nas ilhas da coesão - nas sete ilhas da coesão - não pode ser apenas uma expressão que só aparece por uma única vez neste programa de governo - por mera curiosidade - na página 86 em referência à reabilitação habitacional.

Este é um desafio para o qual todos somos chamados, independentemente das opções políticas e das divergência ideológicas que separam os diferentes grupos e representações parlamentares.

Fixar as pessoas nas ilhas será sempre o corolário de uma política para a coesão destinada ao verdadeiro desenvolvimento dos Açores, de todos os Açores, de Santa Maria ao Corvo!

Apesar de omissa no Programa do Governo, esta tarefa, este desafio, esta verdadeira, isso sim, "Via Açoriana", não pode deixar de ser assumida como compromisso do XI Governo dos Açores.

Não apenas na reabilitação de habitações devolutas, como refere o Programa do Governo, mas também em outras áreas e políticas, como no ensino profissional adequado e incentivador da fixação de jovens na sua ilha, na política de transportes motivadora do desenvolvimento local, na diversificação agrícola e industrial que valorize as potencialidades das ilhas crie emprego e riqueza, nas políticas direcionadas ao terceiro sector que alavanquem o empreendedorismo, são objetivos, entre outros, em que estamos apostados em incentivar o XI Governo dos Açores na sua concretização.

Queremos o melhor para os Açores em nome da coesão e do desenvolvimento de todas as ilhas, e a concretização de uma política de coesão, também ela renovada, contará por parte do PSD com a sua total "disponibilidade e o interesse em estabelecer canais de diálogo efetivo", respondendo de forma positiva ao desafio feito pelo Senhor Presidente do Governo aquando da sua tomada de posse.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A dinâmica social e económica das ilhas que mais sentem os processos de desertificação e de envelhecimento da sua população não permitem mais falhanços, sob pena de irremediáveis roturas que inviabilizem os esforços que todos queremos fazer para uma verdadeira coesão regional.

A única e verdadeira "via açoriana" é aquela que não deixa mesmo ninguém para trás, que olha para todas as ilhas e para as suas especificidades e dificuldades valorizando as diferenças para, assim, potenciar a igualdade de oportunidades.

O Programa do XI Governo dos Açores assume o compromisso eleitoral do Partido Socialista.

Pela nossa parte, tudo faremos para "dialogar e concertar" com o Governo para que se concretizem as expectativas dos Açorianos, independentemente da sua cor política ou da sua simpatia partidária, independentemente da ilha onde vivem e onde pretendem realizar o seu sonho insular.

Para nós o que verdadeiramente interessa e o que genuinamente desejamos é poder dizer:

Que bom é viver em cada uma das 9 ilhas dos Açores!

Disse.

Deputados Duarte Freitas e António Marinho (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Não havendo, dou a palavra ao Sr. Deputado Bruno Belo para uma intervenção.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O papel da Administração Pública tem, ao longo dos tempos, assumido uma importância cada vez maior num garante do bem-estar social, atuando quer na prestação direta de serviços sociais quer na esfera economia.

Com a crescente intervenção do Estado, a dimensão das Administrações cresceu, colocando problemas, primeiro, de eficácia e eficiência da ação e, depois, da sua própria pertinência.

A problematização do que deve ser, nos tempos atuais, o papel do Estado, qual o modelo de governação e, em consequência, que Administração Pública se quer, têm, assim, constituído uma questão central no debate público e político.

Em que domínios e sectores deve o Estado intervir e como? Qual o melhor modelo de organização do Governo? Qual a relação entre os vários níveis de governo, desde o suprarregional, regional e local? Que critérios na divisão de responsabilidades? De que modo se pode garantir uma boa articulação entre a Governação e a Administração?

São questões para as quais as respostas encontradas se têm mostrado insuficientes, perante as exigências dos cidadãos.

Confrontamo-nos, assim, com problemas de pertinência da ação, de falta de qualidade das respostas, de desperdícios e ineficiência na utilização dos recursos.

À Administração Pública é hoje exigido um esforço de adaptação aos novos tempos, na sua articulação com as intervenções sociais de todos os atores, empresas ou organizações não lucrativas, bem como agentes sociais em geral; nas suas formas de intervenção; na sua própria estrutura e peso relativo de funções de regulação, fomento ou prestação de serviços.

Exige-se um esforço em matéria de gestão dos seus programas horizontais e de cada um dos seus organismos, garantindo um impacto social positivo e a rentabilização dos recursos públicos.

Exige-se uma maior autonomia e responsabilização dos seus agentes, com reforço da avaliação, e de uma efetiva gestão estratégica e comportamental.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Discutir os desafios que se colocam à Administração Pública Regional no contexto atual, sobretudo numa região afetada por alguns constrangimentos financeiros e por essa via sujeitos a processos de ajustamento estrutural, como é o caso dos Açores, reveste-se de uma importância crucial.

O Programa de Governo que estamos aqui a debater não tem, a ótica do PSD, as respostas adequadas, no que diz respeito à já anunciada reforma da Administração Pública.

Mas damos o benefício da dúvida. O tempo há de se encarregar de responder.

Há necessidade de adotar as estruturas orgânicas, processos e práticas que maximizem a captação de benefícios **resultantes da evolução tecnológica e organizativa da sociedade**, com o objetivo de cumprir a sua missão. Isto é, *“entregar valor à sociedade utilizando os recursos públicos da forma mais eficiente possível.”*

Reformar a Administração Pública é, no essencial, ajustá-la progressivamente às necessidades da sociedade, face aos contextos que a condicionam a cada momento e aos recursos financeiros que a Região pode utilizar e que são retirados do sector privado.

O Governo Regional estará, certamente, ciente da necessidade de reduzir o número de cargos de chefia da Administração Pública Regional; da redução do número de

empresas públicas e participadas da Região que constitui uma Administração Pública paralela.

Há necessidade de implementar novos modelos de governação e de organização funcional do Estado que promovam a competência e a flexibilidade de gestão.

Há necessidade de reforçar a utilização de serviços partilhados.

Um pouco por toda a parte, os movimentos de reforma e modernização da Administração Pública perseguem caminhos de maior eficácia, eficiência e economia, aparecendo os serviços partilhados como uma prática recomendada, pela sua capacidade de adaptação à mudança de estruturas e de serviços prestados aos cidadãos.

Não há melhor maneira de valorizar a nossa Administração Pública do que fazer dela o grande parceiro dos eleitos e governantes no processo de tomada de decisão e na condução e aplicação das políticas públicas aprovadas.

Todos os funcionários públicos são necessários. Não pode haver lugar para funcionários que sejam remetidos ao abandono e à discriminação. Todos juntos somos poucos para resolver os graves problemas que os açorianos e os Açores enfrentam.

Disse

Deputados Duarte Freitas e António Marinho (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Proponho que façamos uma interrupção dos nossos trabalhos.

Recomeçamos à 17 horas e 30 minutos.

Eram 17 horas e 15 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 37 minutos.

Queria pedir desculpa ao Sr. Deputado Bruno Belo, porque há pouco, quando acabou a sua intervenção, não permiti que as Sras. e Srs. Deputados se inscrevessem para pedidos de esclarecimento.

Por isso, faço-o agora.

Não havendo pedidos de esclarecimento à sua intervenção, dou a palavra à Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Piedade Lalanda*): Sra. Presidente da assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No início de mais uma legislatura, permitam-me que saúde Vossa Excelência, Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e lhe deseje as maiores felicidades no exercício das relevantes funções que desempenha.

Saúdo também, todas as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados, confiando no vosso empenho e trabalho em prol da defesa da autonomia, dos açorianos e da nossa terra, de Sta. Maria ao Corvo. Esse é também o desígnio deste Governo e da Secretaria Regional da Solidariedade Social: defender, proteger e promover o bem-estar, a autonomia e a cidadania ativa de todos os açorianos, dos mais novos aos mais velhos, dos mais fragilizados aos mais capazes.

Está na ordem do dia o debate sobre o Estado Social, mas são diversos os modelos de atuação governativa propostos e diferente o conteúdo deste conceito em função da orientação ideológica ou partidária.

Estão em jogo duas dimensões fundamentais da proteção social. Por um lado, o seu financiamento, por outro, a sua capacidade de dar respostas às populações, particularmente em tempos de crise.

Numa visão mais neoliberal, que quer “refundar” (ou afundar) o Estado social, este deixa de se destinar à generalidade dos cidadãos e apenas atende aos muito pobres, que todos os dias crescem em número, em resultado de políticas de empobrecimento. Numa visão europeia da social-democracia, com raízes nos países nórdicos, o estado social é universalista e pauta-se pelo princípio da

redistribuição, apoiando todos em função dos seus rendimentos, reduzindo a intensidade da pobreza, sem perder de vista o principal objetivo da sua existência, o de proteger e autonomizar os cidadãos.

Entre estes dois modelos, temos vindo a escolher o segundo, na defesa da justiça social.

Vivemos tempos de crise, mas é precisamente para dar resposta à crise que deve existir um sistema solidário de proteção social. Não é pondo em causa a existência deste sistema, que podemos enfrentar a atual crise, mas é definindo limites e critérios rigorosos na sua aplicação, sem nunca esquecer que estamos perante pessoas, contextos familiares dramáticos, cidadãos que muito contribuíram para a construção da sociedade desenvolvida em que hoje vivemos.

Exige-se por isso, uma política de discernimento, baseada numa cada vez maior racionalização e rentabilização dos recursos disponíveis.

O Estado social tem nos Açores um bom exemplo de boa governação.

Para além do apoio aos idosos e às crianças, os governos do Partido Socialista deram visibilidade a muitas outras problemáticas (violência doméstica, repatriamento, deficiência, maus tratos, sem abrigo), ao mesmo tempo que criaram uma rede mais alargada e diversificada de respostas sociais.

Os números são demonstrativos deste esforço. Triplicaram as respostas sociais entre 1996 e 2011 e hoje os Açores possuem 752 valências, com uma capacidade para atender quase 30 mil pessoas, que contam com a colaboração de cerca de 4.200 trabalhadores.

A evolução desta rede deve-se à política de parcerias estabelecida com Instituições Particulares de Solidariedade Social, com destaque para o importante papel das Casas do Povo, Centros Sociais e Paroquiais, Santas Casas da Misericórdia, cooperativas e outras entidades sem fins lucrativos. Atualmente existem 235 instituições em todas as ilhas, que trabalham em parceria com o Governo, na prestação de serviços, em regime de protocolo ou acordo de cooperação.

No entanto, o que foi construído ao longo dos últimos anos, em matéria de política social, vai muito para além da rede regional de equipamentos, com impacto no desenvolvimento social dos Açores e dos açorianos.

Refiro-me aos programas que melhoram o acesso à habitação condigna (Ex. Famílias com Futuro, designadamente na vertente ao incentivo arrendamento), promovem a qualificação académica (Rede Valorizar) ou a formação profissional (Cursos Reativar, Projeto FIOS), facilitam a entrada no mercado de emprego (PROSA, CTTS), promovem a conciliação entre trabalho e família (Rede de amas, Berço de emprego...) ou ainda, visam prevenir a doença e promover a saúde (Rastreios, diferentes planos de saúde...).

Vivemos tempos muito difíceis. Na Comunicação Social ou na rua, há sempre alguém que denuncia as enormes dificuldades que afligem o povo português. Instalou-se um clima de desânimo e de alguma falta de esperança no futuro. Perante uma austeridade que não concretiza objetivos, que muitos afirmam desproporcionada, as famílias sentem-se perdidas e abandonadas, retraem-se no consumo, temem pela saúde das pequenas empresas onde investiram as suas poupanças. A emigração, que outrora marcou a pirâmide etária de forma drástica, levando consigo os ativos, parece ser de novo uma fuga ao desemprego.

Em resposta a este contexto, os açorianos foram perentórios no dia 14 de Outubro, ao escolherem o projeto de governo do Partido Socialista. Demonstraram acreditar no futuro dos Açores e na capacidade de um governo, liderado por Vasco Cordeiro, para defender as pessoas, as famílias e as empresas regionais, mesmo que condicionado por um contexto político nacional que quer amputar a Autonomia regional, retirando benefícios e recursos.

O Programa do XI Governo Regional, agora em debate, representa o compromisso com os açorianos, sufragado nas urnas. Em matéria de solidariedade social, os açorianos esperam do Governo, o desenvolvimento de políticas sociais integradas, que promovam a coesão familiar, reforcem a proteção social das crianças e jovens, a inclusão da pessoa com deficiência e o envelhecimento ativo e digno dos mais idosos.

Reconhecem também o enorme investimento na construção de uma Rede Regional de Serviços, Equipamentos e Respostas Sociais, que agora importa consolidar, melhorar, nomeadamente certificando a sua qualidade.

Temos de chegar a mais pessoas, sendo ainda mais eficientes na utilização dos recursos materiais e humanos existentes.

São igualmente linhas estratégicas deste programa, a promoção da Igualdade de Oportunidades e o Combate à Discriminação e a todas as formas de violência, áreas que durante décadas foram escondidas e ignoradas pela ação governativa e que nos últimos anos ganharam especial atenção por parte do Governo dos Açores. O compromisso deste Governo com a solidariedade é evidente. Mas, se queremos uma sociedade justa, dependerá da cooperação e da corresponsabilização de todos a sua concretização. Todos somos poucos e juntos podemos sempre fazer melhor. Por isso este programa destaca a importância da cidadania ativa, do voluntariado e das parcerias.

Apesar do contexto económico atual e da política de empobrecimento praticada pelo Governo da República, nos Açores o apoio às pessoas e às famílias continuará a ser uma prioridade. A prática implementada assim o demonstra, o presente assim o exige, já que os cortes nas prestações e apoios sociais, impostos pelo Governo do PSD/CDS penalizam também as famílias açorianas. Para que ninguém fique para trás, o Governo dos Açores irá continuar a complementar apoios e a minimizar os efeitos sociais negativos de uma política nacional que privilegia o assistencialismo em detrimento da inclusão.

Temos, pois, um grande desafio pela frente, mas as açorianas e os açorianos sabem que podem contar com o Governo dos Açores.

No âmbito da infância, será reforçado o Complemento Açoriano de Abono de Família, aumentada a participação regional nas mensalidades das creches e jardins-de-infância para as famílias com mais de um filho a cargo e reforçada a rede de amas certificadas.

Neste, como em muitos outros domínios de intervenção social, só por via de uma ação integrada e em parceria, podemos rentabilizar recursos e alargar a cobertura de respostas. Nesse sentido, é intenção deste Governo reforçar a capacidade de intervenção da Rede Local de Emergência Sócio Familiar, dirigida às famílias numerosas, aos agregados familiares monoparentais e aos idosos isolados e dependentes, em parceria com as autarquias.

Para promover um envelhecimento ativo, o Executivo Açoriano pretende melhorar as condições de mobilidade, o acesso aos transportes públicos e os programas de lazer destinados à população sénior. Será também reforçada a atribuição do Complemento Regional de Pensão e o Complemento para a Aquisição de Medicamentos pelos Idosos.

No que depender da ação deste governo, ninguém ficará para trás. Nenhum idoso será votado ao isolamento ou abandono, por falta de apoio ao domicílio. Este é um serviço presente em todos os concelhos, que pretendemos melhorar, interligando com outras áreas de atuação, nomeadamente os apoios à habitação, os cuidados de saúde, os cuidados continuados ou o recurso à figura de cuidador.

Sra. Presidente da assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A solidariedade é sinónimo de humanidade, por isso as políticas sociais têm de promover uma cidadania ativa, que faça de cada um de nós o primeiro defensor dos direitos humanos e da comunidade a que pertencemos.

Queremos neste Governo agir com base em diagnósticos de necessidades, identificadas pela comunidade, freguesia, concelho ou ilha, em cooperação com os parceiros locais e, por essa via, definir as estratégias mais adequadas ao desenvolvimento local, designadamente em termos de iniciativas de economia solidária e políticas capazes de integrar públicos em risco de pobreza ou exclusão.

No domínio da população com deficiência, iremos apoiar a criação do Centro de Paralisia Cerebral dos Açores; incentivar o acolhimento de crianças e jovens com deficiência em Ateliers de Tempos Livres; melhorar a rede dos Centros de Atividades Ocupacionais; fomentar a criação de cooperativas ou empresas de emprego protegido e melhorar a acessibilidade ao meio construído e à informação.

Será criado um sistema integrado para utilização dos recursos em transportes, particularmente o transporte adaptado. Temos de viver a solidariedade na partilha dos equipamentos em benefício daqueles que deles mais necessitam. A carrinha da minha associação tem de passar a ser a carrinha ao serviço dos que dela precisam.

Associar a solidariedade à cidadania é reconhecer em cada cidadão um interveniente na construção de uma sociedade melhor. Assim, é uma aposta deste

Governo incrementar o voluntariado, criar o Estatuto do Voluntário e potenciar a disponibilidade dos cidadãos que querem ser voluntários ao serviço do bem comum.

Sra. Presidente da assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em matéria de habitação, os Açores souberam adequar as respostas de apoio às famílias que foram confrontadas com a perda de rendimentos ou o bloqueio do crédito bancário. Nesta legislatura, o Governo irá privilegiar os programas de arrendamento como resposta às necessidades habitacionais, procurando com a mesma alocação de recursos financeiros e humanos beneficiar mais agregados familiares.

Nos últimos quatro anos foram apoiadas, nos Açores, mais de 4.850 famílias, tendo sido investido um montante superior a 100 milhões de euros. O realojamento abrangeu 2.320 agregados familiares, que beneficiaram da cedência de fogos em regime de renda apoiada ou do regime de propriedade resolúvel.

Foram ainda cedidos 1.341 fogos ao abrigo dos acordos de colaboração firmados entre a Região Autónoma dos Açores, o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) e vários municípios açorianos. Uma cooperação que permitiu, também, reabilitar diversos bairros e empreendimentos habitacionais degradados e desestruturados do ponto de vista infraestrutural, social, ambiental e do ordenamento urbano.

Sem abandonar estes programas, que garantem às famílias mais carenciadas um bem essencial, a habitação, iremos nos próximos quatro anos, apostar na promoção da reabilitação e recuperação do parque habitacional edificado e na consolidação da qualidade e funcionalidade urbanística das zonas residenciais, contribuindo para a redução da pegada ambiental das edificações urbanas. Esta aposta permitirá apoiar nesta Legislatura mais 400 famílias que vivem sem as adequadas condições de conforto e segurança e indiretamente contribuir para a dinamização das empresas de construção civil.

Serão implementadas políticas habitacionais dirigidas à integração social e à responsabilização das famílias. E, em parceria com as autarquias, as IPSS e outros

parceiros sociais, iremos qualificar o parque habitacional e incentivar a intervenção integrada no combate à pobreza e exclusão social.

De destacar ainda a pretensão deste Governo em lançar a concurso a atribuição de mais cerca de quatro centenas de fogos dispersos pela Região, em regime de propriedade resolúvel, dando uma resposta às famílias açorianas mais jovens que, por impossibilidade de acesso ao crédito, não conseguem aceder a uma habitação própria. Serão também criados apoios à aquisição e à construção de habitação para famílias com algum capital próprio, facilitando por essa via o recurso ao crédito à habitação.

Temos pela frente um enorme desafio.

Face ao contexto de crise em que vivemos, há que adotar estratégias que permitam rentabilizar os recursos disponíveis, acompanhar e fiscalizar os apoios concedidos e inovar nas soluções, procurando responder de forma equitativa a todos aqueles que precisam de apoio.

Nessa linha, iremos melhorar o atendimento nos serviços de ação social, promovendo o registo integrado dos diferentes problemas dos cidadãos. É nesse contacto que começa o sentido do acolhimento. Para melhor responder, iremos modernizar e tornar mais fluída a circulação de informação, de modo a que o cidadão possa ser cabalmente informado sobre os apoios disponíveis. O rosto do Governo também está nos técnicos que atendem as pessoas que pedem ajuda, particularmente quando estão confrontadas com o drama do desemprego, a degradação das suas habitações ou a falta de recursos mínimos de sobrevivência para fazer face às necessidades da sua família.

Perante um Governo da República que parece esquecer as enormes dificuldades em que vivem os portugueses – penalizando os trabalhadores independentes, desprotegendo as famílias com a nova lei das rendas – a Administração Regional irá contrapor com o acolhimento que os cidadãos esperam nestas circunstâncias, informando, esclarecendo e, dentro do possível, resolvendo.

Apesar dos recursos financeiros serem fundamentais na sustentabilidade do sistema de Segurança Social, exigindo uma cada vez melhor gestão e aplicação, não nos

podemos esquecer que os verdadeiros pilares da solidariedade social são o sentido do outro e a compreensão integrada dos seus problemas.

Não há política sem solidariedade e não há solidariedade sem cooperação.

Nesse sentido, contamos com todos os açorianos e particularmente com todos os partidos, representados nesta Assembleia para que contribuam não apenas na sinalização de problemas, mas também no reconhecimento das medidas que revelam ser eficazes.

Precisamos de uma política de discernimento e não será destruindo o que fazemos bem que iremos corrigir os aspetos que se revelem, no futuro, menos positivos.

Contamos convosco, com a vossa solidariedade.

Pelos açorianos e pelas açorianas podem sempre contar connosco."

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Não havendo inscrições, dou a palavra ao Sr. Deputado Domingos Cunha para uma intervenção.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a minha primeira intervenção ao iniciarmos a X Legislatura, quero saudar a Senhora Presidente da Assembleia e desejar-lhe as maiores felicidades e sucesso no desempenho das suas funções.

Quero, também, saudar todas as Senhoras e Senhores Deputados que iniciam ou continuam a sua participação cívica nesta Legislatura, desejando as maiores felicidades e bom trabalho.

Cumprimento e saúdo o Senhor Presidente do Governo, a Senhora e Senhores Secretários Regionais, e desejo-lhes felicidades e sucessos para um profícuo trabalho em prol do desenvolvimento sustentável dos Açores.

Nas últimas décadas sofremos alterações significativas e evidentes no âmbito das Políticas Sociais - as desigualdades na distribuição da riqueza, as mudanças no diluir dos contornos que pareciam explicar as dinâmicas sociais, a que se associa o fenómeno preponderante da globalização, a produção da incerteza e do risco.

O Relatório Sobre Coesão Económica e Social da União Europeia de 2000 reconhece que não apenas os alargamentos da União a outros Estados, mas também as tendências da economia e da sociedade constituem fatores de risco para a coesão.

Na atual conjuntura, impõe-se um olhar muito atento em matéria de políticas sociais, combatendo a exclusão e promovendo a inserção social e a igualdade de oportunidades. Para o efeito, importa considerar os fenómenos de maior urbanização, as alterações das estruturas familiares, o aumento da esperança média de vida e o envelhecimento da população.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de programa do XI Governo dos Açores, da responsabilidade do Partido Socialista, pretende minimizar o risco de agravamento das situações de exclusão social e de pobreza nas famílias açorianas, acentuado de forma gravosa pelas medidas já tomadas, mas também pelas que estão em fase de aprovação pelo Governo da República, da responsabilidade do PSD/CDS-PP.

Por responsabilidade do Governo da República, a nível do país estamos a assistir ao que *Jock Yong* escreveu em *The Exclusive Society (1999)* – “*uma passagem de uma sociedade includente para uma sociedade excludente, isto é, de uma sociedade cuja tónica dominante era a assimilação e a incorporação para uma sociedade que separa e exclui.*”

Impõe-se, por isso, que o Governo dos Açores dê continuidade às políticas sociais de forma sustentada e assente num plano de ação integrado.

O Partido Socialista e os seus Governos melhoraram os apoios sociais à população, assente numa estratégia de desenvolvimento planeado das políticas de solidariedade social - um grande aumento na criação de equipamentos e serviços

de apoio sócio-comunitário, dirigidos às crianças e jovens, aos idosos e às pessoas com necessidades especiais.

Hoje, possuímos, no global, **752 respostas sociais**, servindo respetivamente **29.807 utentes**, com a colaboração de, aproximadamente, **4.219 trabalhadores**.

Destinados à **infância e juventude** existem **373 equipamentos** com capacidade instalada para **12.435 utentes**, na **área do apoio à família e comunidade**, **124 equipamentos** com capacidade instalada para **6.917 utentes**; na **área da invalidez e reabilitação**, **35 equipamentos** com capacidade instalada para **1.110 utentes** e no âmbito da **terceira idade**, **220 equipamentos** com capacidade instalada para a **9.345 idosos**.

A par da evolução destes equipamentos sociais e de utentes beneficiários realçamos o **plano de inclusão de pessoas com necessidades especiais** que passou a contar com uma nova rede regional de **35 equipamentos especializados**. Destaca-se a cobertura em **Centros de Atividades Ocupacionais**, que passam de 5, em 1996, para os **17** atuais, os **transportes adaptados** e as **residências**, entre outros.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A evolução verificada nos equipamentos sociais e número de utentes, também é evidente.

Os apoios concedidos no âmbito do **Complemento Regional de Pensão** subiram para 21,8 milhões de euros e apoiaram 35.000 pensionistas.

Por sua vez, o apoio a idosos no âmbito do **COMPAMID** atingiu 9,1 milhões de euros, a que corresponde um apoio, em média, por ano, a 12.600 idosos.

No âmbito do **Complemento Açoriano do Abono de Família para Crianças e Jovens** foram apoiados, no último ano, 20.884 beneficiários, a que correspondem 1,1 milhões de euros.

Podemo-nos orgulhar que, nos Açores, os Governos do Partido Socialista souberam planear o investimento e o crescimento dos equipamentos sociais em quantidade e qualidade, como na sua diferenciação e especialização, alargando e

consolidando a rede de equipamentos e respostas de reabilitação e suporte social, a par do aumento em diversas vezes dos Complementos Regionais de Apoio Social.

Vamos continuar a consolidar, a aperfeiçoar e a rentabilizar todos os recursos existentes, a estimular a participação ativa dos cidadãos, a valorizar o voluntariado e a desafiar as comunidades para que, cada vez mais, seja possível potenciar respostas sociais numa lógica de complementaridade e de proximidade.

Reafirmamos a importância do voluntariado, também em situações de risco, de calamidades ou de catástrofes.

Queremos continuar a rentabilizar as medidas e ações que visam a promoção da igualdade de oportunidades e a promoção da cidadania, através dos Programas e Redes já existentes.

Ao contrário da atual realidade nacional, nos Açores, o Partido Socialista não só construiu, como consolidou um vasto património em matéria de solidariedade social, do qual muito se orgulha.

Impõe-se reconhecer que toda essa evolução a que hoje assistimos, também tem o mérito de todas as instituições de solidariedade social dos Açores e das parcerias que estabeleceram com os governos do Partido Socialista, sejam elas Misericórdias, IPSS's, Casas do Povo, Centros Sociais e Paroquiais, Cooperativas de Solidariedade, como outras entidades sem fins lucrativos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mas, tudo isto não basta nem é suficiente no contexto em que vivemos.

Precisamos fazer melhor com o que já temos.

Temos de continuar medidas e programas no âmbito da habitação, reforçando a vertente da reabilitação da habitação degradada, o apoio a casais jovens, o acompanhamento e fiscalização dos beneficiários, e a intervenção nas zonas de loteamentos acompanhando as famílias.

No contexto em que vivemos e com as alterações económicas, sociais e financeiras que temos, que se vão agravar pelas políticas e medidas de “estrangulamento” previstas no Orçamento de Estado, fruto de um governo da República que mais não

faz que separar, excluir e aumentar as desigualdades sociais, impõem-se novos desafios no início de um novo ciclo legislativo.

Temos de rentabilizar serviços, equipamentos sociais e respostas.

Queremos apostar e dinamizar estratégias que visem uma readequação de equipamentos, a rentabilização de todos os recursos existentes e uma gestão integrada da Rede Regional de Equipamentos, Serviços e Respostas Sociais, sem pôr em risco o apoio às pessoas e às famílias.

Vamos apelar às autarquias, IPSS's, Misericórdias e demais entidades com vocação social e solidária para uma profícua e eficaz cooperação estratégica, colaborando na identificação das necessidades locais que ainda possam persistir, como na rentabilização dos equipamentos e serviços existentes, num esforço de inovação e reorientação dos recursos já disponíveis.

Queremos tornar possível em cada local uma participação ativa, mobilizadora e responsável dos cidadãos à volta das suas instituições, que contribua para o desenvolvimento local, que não só deem as respostas às necessidades sociais, como também sejam promotoras da dinamização da economia local e contribuam para a igualdade, a oportunidade e a coesão social.

Os objetivos e medidas constantes na proposta do Programa do Governo são o garante de que o XI Governo do Partido Socialista continuará a promover o desenvolvimento de políticas sociais integradas, de coesão sócio-familiar e de habitação.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Reafirmamos o compromisso e a ambição de continuarmos a renovar com confiança uma nova geração de políticas sociais sustentáveis.

Os nossos principais desígnios, transversais a todas as áreas, são a preocupação constante com as nossas famílias e as empresas açorianas, a criação de emprego, a valorização dos nossos recursos e o desenvolvimento sustentável dos Açores, a que associamos a intransigente defesa da nossa Autonomia.

Disse.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Já temos inscrições, mas pergunto se há mais alguma Sra. ou Sr. Deputado que se queira inscrever para este período de esclarecimentos?

Sendo assim, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Senti-me na obrigação de fazer esta intervenção na área social porque é impressionante como este Governo “meteu a cabeça na areia”.

Neste momento há pessoas a dormir na via pública nas nossas localidades; neste momento há pessoas a passar fome.

Não se trata de poucas dezenas. Há muita gente que já não consegue chegar ao final do mês. Muita gente que já não tem os géneros alimentares para poder enfrentar o dia-a-dia e poder alimentar as suas crianças.

Neste momento temos uma situação de autêntica rutura social e o Governo Regional, na interpretação que fez, não reconhece a situação de rutura social em que nos encontramos.

Faz uma introdução sobre as dificuldades da República.

Pergunto: para que é que serve a Autonomia? A Autonomia serve evidentemente para construir caminhos diferentes, para ter mecanismos que permitam enfrentar esta situação.

Para esta situação este Governo dá continuidade a políticas que não resultaram.

A situação só não está pior, não devido aos mecanismos do Governo que têm sido um fracasso, mas sim graças à solidariedade das famílias açorianas, da solidariedade desta sociedade que tem protegido os mais desfavorecidos, porque as vossas políticas são uma catástrofe.

O que vos tenho a dizer é que os senhores tinham que implementar políticas de urgência, urgência em enfrentar estas situações, já e depressa.

O que os senhores nos apresentam aqui é uma situação de continuidade, como se tudo estivesse bem e não ficaria bem se não vos alertasse para o que é preciso, que é enfrentar já, com dinamismo, e tendo a conceção que estamos perante uma situação de urgência, porque se não existir esse reconhecimento não vamos resolver nada a partir do momento em que os senhores acham que isto se está a passar a 1.500 km, no território continental, e nada está a passar-se nos Açores em relação a esta questão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, parece-me que o senhor esteve totalmente desatento em relação àquilo que foi dito na tribuna, quer pela Sra. Secretária Regional, quer pela intervenção que acabei de fazer.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito atento!

O Orador: Não, não esteve. Esteve totalmente desatento.

Percebemos que, sob matérias de assuntos sociais, é clara e significativa a evolução que a rede de serviços e equipamentos na Região deu em muitos serviços. Isso é indiscutível.

O que hoje pretendemos e aquilo que é objeto do Programa do Governo é rentabilizar e coordenar esses equipamentos, precisamente para fazer face a alguns desses problemas que o senhor enunciou, mas todos esses problemas, felizmente, têm encontrado, nas parcerias que o Governo Regional tem feito com as diversas Instituições Particulares de Solidariedade Social, misericórdias, centros paroquiais e sociais e outras entidades envolvidas no processo de apoio social, no voluntariado inclusivamente, respostas efetivas e eficazes.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Por que é que há pessoas a dormir na rua?

O Orador: O que pretendemos, sim, é reorganizar todos estes equipamentos e criar as condições para que se tire a máxima rentabilidade dos equipamentos, dos investimentos
feitos.

Assim, com certeza daremos mais e melhores apoios àqueles que mais necessitam neste momento.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ouvi-a atentamente, mas ouvi sobretudo a Sra. Secretária falar, e bem, de algumas obras e de alguns progressos dos anteriores Governos do PS, a evolução que fez ao nível social nos Açores que eu reconheço.

Enumerou aí uma série delas. Agora eu gostaria que a Sra. Secretária me comentasse a seguinte afirmação. Isto é uma notícia publicada em 20 de junho de 2012 e diz: “Açores são a Região do País com mais pobres e a segunda em desigualdade”.

Queria saber, porque não percebi as suas medidas do futuro, se o Programa do Governo, do qual V. Exa. faz parte, teve exatamente em conta esta preocupante realidade: “Açores são a Região do País com mais pobres e a segunda em desigualdade”.

Quais são as medidas que V. Exa. tem, exatamente, para contrariar o que aqui está escrito?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda):** Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Artur Lima não se inscreveu a seguir à minha intervenção. Imaginava que não tinha qualquer comentário a fazer. Achou que ficava mal se eu saísse daqui sem uma pergunta da sua parte. Ainda bem. Tenho muito gosto em responder-lhe.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda bem!

A Oradora: O senhor, quando cita essa notícia, não sabe quais são os critérios de definição de Região com mais pobres.

Os critérios são normalmente o número de beneficiários com RSI.

Esse é um dos critérios materiais e monetários para classificar as Regiões.

Se conseguimos, através desta medida de apoio social, identificar as pessoas que têm realmente carências do ponto de vista de sobrevivência, ainda bem que os Açores consegue dar visibilidade a essas pessoas e tem um sistema para as apoiar. Não de forma ideal, mas para que lhes minimize a miséria.

Essa foi uma das conclusões do relatório que foi feito em 2005 sobre a aplicação do RSI na Região e, uma das grandes conclusões que se calhar se pode generalizar ao País, é que uma medida como essas baixou a gravidade, a severidade da pobreza nos Açores.

Temos que continuar nos Açores e no país por esse caminho.

Temos realmente muitas pessoas que não vivem com o necessário para a sobrevivência. Temos que autonomizá-las e criar-lhes meios para elas poderem sair desse contexto de pobreza. Por isso, se temos muitas pessoas com carência material, se temos ainda muitas pessoas com carências a vários níveis, temos que ter resposta a essas pessoas.

Portanto, não nos envergonha o facto de estarmos a trabalhar numa Região que tem necessidades. Temos que conseguir minimizar, inclusive, um aspeto fundamental que as estatísticas hoje revelam, que é o facto de termos muitas famílias que, mesmo trabalhando, têm baixos rendimentos.

Agora o que não podemos dizer, como disse um membro do CDS-PP, em julho deste ano, é que a prestação social de RSI, entre outras intenções, é para esconder as reais dificuldades económicas e sociais das famílias açorianas.

Ao contrário, Sr. Deputado, as prestações sociais são para dar visibilidade, como todos os sistemas de proteção social, aos problemas existentes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Deviam ser!

A Oradora: A mão estendida à porta das instituições é que é esconder a pobreza nos Açores.

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mão estendida, Sra. Secretária, é o que os senhores fazem todos os dias nos Açores, ao terem filas de gente à porta, onde se atribui o Rendimento Social, de mão estendida a pedir, porque não têm critérios objetivos, dão a quem querem e entendem ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Domingos Cunha (PS): Não apoiado!

O Orador: ... e sobretudo dão a quem não precisa. A quem precisa os senhores não dão e a pobreza envergonhada os senhores não ajudam, porque não a detetam. Agora, distribuem, sim senhora. De mão estendida andam eles e os senhores a dar-lhes e a praticar a mão estendida com outros objetivos que não os da solidariedade e os da ajuda, Sra. Secretária.

Deputado Francisco César (PS): Isso é o seu governo!

O Orador: Lamento que tenha ido por esse caminho, mas foi a senhora que o escolheu.

Responda-me à minha pergunta, porque os critérios não foi eu que os elaborei, não fui eu que os fiz. Foi o Instituto Nacional de Estatística.

Vou ler, Sra. Secretária: “Considerando o rendimento total, constata-se que a incidência da pobreza variava de forma significativa entre as diversas regiões do País.

A RAA com uma taxa de risco de pobreza de 17,9%, ou seja, cerca de três pontos percentuais, acima da média nacional”, também é culpa do Governo da República, Sra. Secretária Regional?

“Era a Região com maior proporção de população detendo o rendimento total por adulto equivalente e inferior à linha de pobreza”.

Justifique-me isto.

Os critérios não são meus, são do INE, que os senhores bem o usam para credibilizar a credibilidade (se me permite o pleonasma) das vossas contas públicas.

Portanto, não ponha em causa o INE.

Se não põe em causa o INE justifique isto.

Por que é que na RAA, já que falou aí nos idosos e do apoio aos idosos, existem mais de 15 mil idosos a viverem sozinhos e sem apoio?

Também gostaria que me explicasse isso.

Mais de 15 mil idosos vivem sozinhos nos Açores. São também dados nacionais do INE. Não fui eu que os fiz. Não fui eu que os inventei.

A Sra. Secretária vai ter que explicar, nesse oásis que a senhora acabou aí de apregoar, como é que enquadra estas realidades.

É verdade, sim, Sra. Secretária, como disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão, que nunca se viu tanta gente a pedir nos Açores. Nunca se viu! Sabe porquê? Por causa disto. Não é por causa do Governo da República. É por causa disto que aqui está.

Os senhores não foram capazes de dar resposta.

Enquanto andaram a fazer alguns centros sociais que hoje em dia estão vazios, porque não tiveram dinheiro para os equipar devidamente (está feita a obra, está feito o edifício e dentro não tem nada); enquanto andaram a distribuir subsídios desnecessários a quem não precisava, deviam ter olhado com mais preocupação para essa situação.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente.

Aí foi o grande falhanço do seu governo, Sra. Secretária.

Por este caminho, infelizmente para todos os açorianos e para todos nós, pode ser o falhanço do seu novo Governo. Com muita pena minha e sobretudo pena dos açorianos que vão sofrer sem ter uma única medida que seja capaz de combater isto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Piedade Lalanda*): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, lamento dizer-lhe, mas os critérios que estão a ser definidos de atribuição do RSI são da responsabilidade do Governo da República, ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Que a senhora concorda!

A Oradora: ... particularmente são da responsabilidade, neste momento, dum Ministro do CDS-PP.

É por esse motivo que muitas pessoas têm perdido o apoio social, ...

Deputado Domingos Cunha (*CDS-PP*): Muito bem!

A Oradora: ... inclusive, pessoas que por terem um barco que vale 25.000 euros, ou que por ter um valor material de 25.000 euros, não têm que comer.

Deputado Luís Silveira (*CDS-PP*): E a autonomia do Governo Regional?

A Oradora: Pelos critérios agora instituídos não têm acesso aos apoios sociais.

Quanto à questão dos idosos sozinhos, Sr. Deputado, eu acho que ainda bem que há menos idosos institucionalizados e nos lares, porque essa foi a política que herdámos em 1996.

Deputado Carlos Mendonça (*PS*): Muito bem!

A Oradora: O que pretendemos nesta região é dar condições para que as pessoas possam manter-se nas suas casas, daí a rede de apoio ao domicílio, daí a rede de centros de dia e de centros de noite, no sentido que as pessoas possam ter autonomia e olhar para os lares de idosos apenas como último recurso e não como uma primeira resposta.

Portanto, idosos, estatisticamente, que vivem sozinhos, não é um problema.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Sem apoio!

A Oradora: É preciso é que eles vivam com qualidade de vida, com apoio ao domicílio e não forçosamente institucionalizados em lares.

Portanto, se o senhor entende que essa é a melhor política para os idosos está enganado e não vai esperar deste Governo uma política de institucionalização dos idosos.

Estes são dois aspetos que me parecem importantes e que o senhor fez referência. Acho que neste momento o senhor está muito preocupado com o que vai acontecer na Região, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estou!

A Oradora: ... mas realmente devia preocupar-se também com o que está a acontecer ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Secretária...

A Oradora: Eu acho que não fui desrespeitosa em relação ao Sr. Deputado Artur Lima.

Está preocupado com o que vai acontecer nos Açores. Penso que se deveria preocupar muito com as políticas que o Ministério da Solidariedade Social está implementando. Na sequência de não terem apoio, nem subsídio de desemprego, estão a pôr gente na rua, porque nem tão pouco têm acesso ao RSI.

Olhe também para o País e veja se a sua política está a ter bons resultados.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, devo dizer-lhe uma coisa: concordo que quem tem mais de 25.000 euros no banco não está a passar fome.

Concordo que quem tem bens móveis superiores a 25.000 euros não precise de rendimento mínimo.

A senhora concorda! Quem tem bens móveis superiores a 25.000 euros, a senhora atribui-lhe rendimento mínimo; quem tem depósitos a prazo de 25.000 euros a senhora atribui-lhe rendimento mínimo.

A senhora concorda! Eu discordo! É a grande diferença entre nós.

Por isso esses casos têm que ser cortados e não merecem rendimento mínimo, Sra. Deputada (Sra. Secretária, peço desculpa).

Agora, a senhora ainda não me explicou quais são as medidas que vai tomar.

É claro que estou preocupado com a situação do meu País, porque eu sou português.

Estou muito preocupado com a situação do meu País e estou muito preocupado como se vai resolver a situação que herdámos dos senhores. Toda essa situação foi herdada. Ela não caiu do céu. Foi herdada do vosso Governo do PS e os senhores aqui, entre 2008 e maio de 2011, nunca abriram a boca, Sra. Deputada.

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): Foi a mesma pessoa que há 3 meses disse que já não se devia falar do Governo de Sócrates!

O Orador: Sra. Secretária, peço desculpa, é o hábito.

A Sra. Secretária percebe que não faço isso para a ofender. Estava habituado a chamar-lhe Sra. Deputada na outra Legislatura, de vez em quando sai Sra. Deputada.

Eu estou tão preocupado quanto a senhora. Nem sequer lhe admito que a senhora ache que está mais preocupada do que eu com o que se passa na República.

Estou muito preocupado e não sei como se resolve a situação. Não sei como se resolve, apesar da herança.

Deputado José San-Bento (PS): Ah já não sabe! Há pouco sabiam tudo!

O Orador: Criticar o Governo da República, eu já critiquei. Ao contrário dos senhores que nunca criticaram o Governo de Sócrates.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: Nunca criticaram o governo de Sócrates e aprovaram o PEC I, PEC II, PEC III e PEC IV.

Diga lá onde é que estava o congelamento de pensões e todas essas medidas que agora estão a ser tomadas? Já estavam ou não no PEC IV, sobre o qual nem a Sra. Secretária, nem nenhum dos senhores aqui dentro abriu a boca para dizer nada?

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Ou melhor, foi em silêncio aprovador o que se passou aqui dentro. Foi isso que os senhores fizeram.

Agora, se me quiser pedir alguma explicação, por acaso candidatei-me a Deputado à Assembleia da República, mas não fui eleito, Sra. Secretária. A democracia tem

destas coisas, mas há de haver até na sua bancada quem lhe explique melhor essa situação e há de haver até na Assembleia da República, eleito pelo PS, quem lhe explique a situação, a do passado, a do presente e eventualmente a do futuro.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Agora, não respondeu à minha pergunta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Piedade Lalanda):** Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma última intervenção.

Realmente lamento que o senhor não ouviu aquilo que eu disse na minha intervenção.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouvi!

A Oradora: Não ouviu. A prova é que só se inscreveu depois da intervenção do Deputado Domingos Cunha.

Enfrentar a questão da pobreza e da exclusão social, para começar, não deve ser limitada à questão financeira.

Esse é o critério que as estatísticas do INE utilizam e temos que reconhecer como real. Não estou pondo em causa.

O senhor perguntou-me: como é que lida com isso? Lidamos, como referi na minha intervenção, integrando políticas em várias áreas: na área da habitação, na área da qualificação, na área da elevação do nível académico das populações, na área do combate à discriminação das pessoas com deficiência. São várias áreas que se tem que trabalhar, estruturar, que produza (desculpem o termo) pobres, que produzem situações de exclusão.

Não é apenas pela questão financeira, é uma questão estrutural de falta de inclusão na sociedade. O que não queremos é que se atribuam apoios a pessoas que não merecem.

O merecimento, esta lógica de que eles é que são responsáveis pela situação em que vivem e nós não temos nada a ver com isso, não é essa a atitude nem a postura deste Governo.

Temos que reconhecer as deficiências, as faltas de competências sociais, inclusive, que alguns grupos sociais possuem e trabalhar nesse sentido, porque as pessoas têm os instrumentos para puderem incluir-se e integrar-se na sociedade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já estão há 16 anos!

A Oradora: Por isso temos um longo trabalho. É um trabalho que ao nível das qualificações académicas falta muito para fazer a esse nível.

Ninguém pode negar que a rede Valorizar é bem um exemplo de como estas pessoas têm realmente uma oportunidade de se qualificarem e têm uma outra perspetiva na relação mercado/emprego. O que precisamos é que estas pessoas tenham realmente meios de sobrevivência e não vivam eternamente na base do assistencialismo.

Portanto, a política que está instalada, que está criada, é a política certa. Os resultados, é evidente que não são imediatos e o senhor, próprio, disse que em relação ao País não sabe como há de resolver.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Além do número do INE também há o Índice GINI que a senhora bem conhece. Compare o estudo com o de 2005, compare as Regiões onde desceu o índice de pobreza e veja entre 2005 e 2010 como é que evoluiu os Açores? Sabe como é que evoluiu? Negativamente. Enquanto houve outras Regiões que desceram sete pontos percentuais, sabe qual foi a situação dos Açores? Não evolui nada. Estagnou!

Nessa situação, não contando com os apoios à habitação que os senhores deram, se não contar com essas rendas apoiadas, também diz o estudo, o índice de pobreza era 21,1 e não 17,9%, o que quer dizer que tem que ter medidas mais focadas para resolver esse problema.

Deputada Zuraida Soares (BE): E as empresas estão a pagar impostos!

O Orador: Fica aqui claro que sobre essa matéria a Sra. Secretária não foi capaz de perspetivar o futuro e dar uma explicação como é que vai inverter esta triste realidade dos Açores serem a Região do País com mais pobres e a segunda em desigualdade.

Queria uma resposta de futuro. A senhora não foi capaz de me a dar.

Sobre esta matéria não temos mais nada a conversar, até porque o tempo é limitado e eu também não tenho mais.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições para esclarecimentos, dou a palavra à Sra. Deputada Aida Amaral para uma intervenção.

Deputada Aida Amaral (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As minhas primeiras palavras neste plenário são para cumprimentar a Senhora Presidente do Parlamento, desejando-lhe o melhor no desempenho das suas funções. O seu sucesso será o sucesso de todos Nós, representantes legítimos do Povo dos Açores!

Os tempos que vivemos exigem, de todos, espírito de cooperação e de colaboração. Aqui, na Casa da Democracia Açoriana, estes tempos exigem a capacidade para ultrapassar barreiras partidárias, ou simples questiúnculas e encontrar respostas para a melhoria das condições de vida dos milhares e milhares de famílias açorianas que todos os dias sofrem com os efeitos da atual crise económica e social regional.

Neste aspeto não há, infelizmente, dúvidas. Os Açores vivem os efeitos de uma profunda crise económica e social. E as perspetivas aparentemente não serão as melhores, pelo menos a acreditar nas palavras do Senhor Presidente do Governo, que no seu discurso de tomada de posse prometeu lançar na próxima legislatura, e cito, “todos os mecanismos que a Autonomia coloca à nossa disposição para atenuar os efeitos de uma crise que, mais do que teimar em não passar, tenderá a agravar-se nos tempos mais próximos”.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

A Oradora: Estas palavras não serão o melhor incentivo para os muitos açorianos que se encontram sem trabalho, para os idosos que vivem com poucos rendimentos, ou para o número crescente de famílias que todos os dias se dirigem aos serviços oficiais procurando ajuda.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Aos muitos desempregados e aos muitos idosos que vivem com poucos rendimentos, a todos estes, infelizmente, o Senhor Presidente do Governo já comunicou: vem aí pior! O PSD está aqui para contribuir para que assim não seja. Estamos disponíveis, no campo da Solidariedade Social, como em todos os outros, para dialogar e ajudar a encontrar soluções. Estamos convictos de que todos os contributos são poucos para ajudar a combater aquela que é a maior crise económica e social do regime Autónomo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sabemos bem que uns concluirão, apressadamente é certo, que a culpa de todos os males que nos afligem é do Governo da República e das medidas de austeridade que têm vindo a ser aplicadas, no decurso do plano de assistência financeira internacional, solicitada na sequência do colapso das finanças públicas.

O PSD Açores não ignora os efeitos dessas medidas e o seu impacto na economia das famílias e, daí, na situação social da Região.

Com a Região submetida igualmente a um plano de resgate, na sequência do Memorando de Entendimento assinado com o Governo da República, esperemos que esse documento não seja impeditivo para o lançamento de novas medidas ou para o reforço de outras, que vão ao encontro da necessidade de apoiar os mais necessitados e os mais frágeis.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): A Sra. Deputada sabe bem qual é o plano de resgate!

A Oradora: Esperemos também que os compromissos assumidos durante o corrente ano, e cujo pagamento foi adiado para os próximos meses, não provoque

uma pressão insustentável sobre a capacidade financeira da Segurança Social, impedindo assim que seja possível chegar a quem mais precisa.

O PSD reafirma, por isso, a total disponibilidade para trabalhar no desenvolvimento dos mecanismos de apoio social apresentados no Programa do Governo. Sempre que uma medida aqui proposta represente um benefício útil para as açorianas e açorianos, aqui estará o PSD a dizer presente!

Sempre que uma medida aqui seja apresentada e que permita dar respostas aos jovens que estão sem ocupação, aos idosos sem meios de subsistência, às famílias em insolvência, aos pescadores sem rendimento, o PSD dirá sim, e tudo fará para que essas propostas possam inclusivamente ser melhoradas.

Sabemos da urgência de proceder a um reforço dos vários complementos de apoio existente na nossa Região, como é o caso do complemento de pensão, do abono de família ou das ajudas à aquisição de medicamentos, entre outros.

Temos igualmente consciência da necessidade imperiosa de trabalhar afincadamente no desenvolvimento de medidas de combate à pobreza; de melhorar a cooperação com a sociedade civil organizada nas Instituições Particulares de Solidariedade Social, inclusivamente com o reconhecimento e valorização do papel desenvolvido pelos seus trabalhadores, e no reforço do apoio aos mais necessitados e mais frágeis.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Mas atenção, a disponibilidade para dialogar e para trabalhar não pode existir apenas de um dos lados. Nem a cooperação se faz dizendo sim a tudo, apenas por dizer sim.

Deputado Duarte Freitas (PSD) e Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Esse esforço tem de ser sincero e uma prática diária de todos! Nós saberemos assumir as nossas responsabilidades!

Disse!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Não havendo dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Saúde, para uma intervenção.

Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, permitam-me que felicite a senhora Presidente da Assembleia e registre a minha convicção de que a sua juventude contribuirá para que desempenhe o cargo para que foi eleita com a determinação inerente, dignificando esta casa e o que ela representa para a Região Autónoma dos Açores.

Saúdo de igual modo todos os deputados, convicto também de que saberão enaltecer os objetivos da autonomia e representar com sabedoria e discernimento o povo dos Açores que os elegeu.

Quero, na primeira oportunidade que tenho de subir a esta tribuna, dizer que sinto muito orgulho em servir os Açores no cargo para que fui nomeado e que nele aplicarei toda a minha dedicação.

A saúde é uma área extremamente sensível. Ao mesmo tempo que lidamos com pessoas fragilizadas, estamos sujeitos a enormes pressões éticas, deontológicas, científicas, tecnológicas, sociais, económicas e políticas. É, pois, importante não esquecer a principal figura do Serviço Regional de Saúde – o utente.

É um desafio que abraço com determinação e empenho, naturalmente fazendo uso do conhecimento que adquiri ao longo da minha prática profissional. Acredito que é tecnicamente possível uma saúde mais próxima das pessoas, fornecendo os serviços essenciais com a qualidade assistencial e humana necessárias.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos conscientes que temos pela frente uma tarefa extremamente difícil. É por isso que, munidos de uma enorme vontade de iniciar este trabalho, apresentamos as linhas orientadoras das políticas que, segundo a nossa opinião, permitem dar passos significativos na consolidação deste setor.

O programa que vamos aqui debater tem como principal objetivo a sustentabilidade da saúde, ideia já reforçada pelo Presidente do Governo Regional aquando da apresentação pública dos membros do governo.

Não podemos ignorar que para o conseguir teremos de reforçar as verbas afetas ao setor, de modo a permitir o equilíbrio na exploração das unidades de saúde. Mas, mais importante que reforçar as verbas, é promover uma utilização racional das mesmas.

Temos de continuar o combate ao desperdício, acentuar a redução de custos operacionais, continuar a aquisição centralizada e reduzir o trabalho extraordinário. Teremos também de aumentar os níveis de produtividade e, nesse sentido, vamos assegurar o cumprimento de horários de todos os profissionais e aplicar incentivos remuneratórios indexados à prestação de cuidados.

Embora a sustentabilidade não venha sem um preço, muito pode ser feito, otimizando os serviços e tornando-os mais eficazes do ponto de vista operacional.

É fundamental garantir um atendimento uniforme dos utentes nos diferentes hospitais da região. Pretende-se promover auditorias clínicas por especialidade, com vista a garantir o mesmo número de consultas e cirurgias por serviço idênticos na Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aleluia!

O Orador: Pretende-se também definir uma carteira de serviços por especialidade nos três hospitais para que exista efetiva complementaridade e articulação entre eles, evitando, sempre que possível, a duplicação desnecessária de investimento e o envio dos doentes para as unidades fora da Região.

É imperativo promover a articulação entre as diferentes Unidades de Saúde, tornando todo o sistema mais eficaz, numa ótica de complementaridade. Não faz sentido que as unidades de saúde estarem de costas voltadas. Por exemplo, é possível articular o funcionamento das diferentes Comissões de Ética existentes na Região.

A informatização do processo clínico e a sua partilha por todos os agentes de saúde será continuada e otimizada para que os exames complementares de diagnóstico

não sejam repetidos por incompatibilidades do sistema informático dos centros de saúde e dos hospitais.

É necessário fazer uma análise séria da capacidade instalada em cada uma dessas unidades em matéria de recursos materiais, físicos e humanos e, a partir dessa análise, dotá-las dos meios ajustados à real necessidade das populações que servem.

Tudo isto será feito e implementado em permanente diálogo com os parceiros sociais, contando com a participação muito próxima e muito ativa das ordens profissionais e dos sindicatos, ouvindo-os e colocando em prática, sempre que possível, as suas propostas e sugestões de melhoria e sustentabilidade.

De resto, é nossa convicção de que nada poderá ser feito sem a disponibilidade e o conhecimento dos profissionais que estão no terreno que, melhor do que ninguém, têm a informação privilegiada, a experiência e a sensibilidade para se encontrarem as soluções mais adequadas.

Temos, de resto, o exemplo do Enfermeiro de Família, que foi um projeto desenhado e implementado pelos próprios profissionais com bons resultados já confirmados e elogiados dentro e fora de portas.

Estamos convictos, de resto, que existem muitas áreas onde se pode otimizar a prestação dos serviços, com melhores soluções e mais eficácia.

É por isso que tencionamos alterar a orgânica da Direção Regional de Saúde, de modo a que se dedique sobretudo à produção de normas clínicas e técnicas e ao licenciamento e acompanhamento das unidades prestadoras de serviços de saúde.

Também se considera importante consolidar as parcerias existentes com Instituições Particulares de Solidariedade Social e Organizações Não-Governamentais com o intuito de disponibilizar cuidados de saúde em áreas em que o serviço público está limitado, como saúde mental e psiquiatria, dependências e cuidados paliativos e continuados.

Tencionamos, no entanto, definir rácios de custo/benefício e avaliar o valor gerado dessas parcerias e convenções, renegociando as que se revelem demasiado onerosas e premiando as que se traduzem em ganhos reais.

Tudo isto deve ser programado no sentido de esgotar a capacidade e os recursos já instalados na rede pública antes de adquirir serviços externos.

Relativamente à prevenção e tratamento das dependências, prevê-se manter toda a ação até agora desenvolvida, quer ao nível da prevenção quer ao nível do tratamento, mas de uma forma mais integrada com a Direção Regional da Saúde.

Manter-se-á o trabalho das equipas multidisciplinares de técnicos que contactam os jovens na rua, nas escolas e nos locais de diversão noturna, alertando-os, de forma construtiva, para os perigos das várias dependências, programas que chegam a milhares de jovens.

O tratamento com opiáceos de substituição também se manterá na mesma linha de proximidade nas unidades de saúde e com as unidades móveis que têm tido muito bons resultados. E mantém-se de pé, naturalmente, o projeto de construção da Unidade de Tratamento e Reabilitação Juvenil, que vem permitir aos jovens açorianos uma resposta terapêutica profissionalizada sem terem de sair dos Açores e da proximidade das suas famílias.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Outra das metas deste programa é aproximar os serviços das pessoas. Entre várias medidas, pretendemos eleger a família como núcleo de cuidados e, nesse sentido, ajustar as listas dos médicos de família aos agregados familiares. Tudo faremos, aliás, para que no final da legislatura todos os açorianos tenham um médico de família.

É também intenção do Governo disseminar a figura do Enfermeiro de Família como eixo de intervenção nos cuidados de saúde primários, aumentar a capacidade instalada de equipas multidisciplinares de cuidados domiciliários e incentivar a figura “funcional” do assistente de família, constituída por um enfermeiro de família e um médico especialista em Medicina Geral e Familiar.

Nesta mesma linha, consideramos também importante retomar a deslocação de médicos ao domicílio e criar equipas móveis de saúde mental que promovam de forma efetiva a integração na comunidade dos utentes tradicionalmente internados.

Também com a finalidade de proporcionar uma melhor cobertura assistencial e maior nível de conforto para o utente, tencionamos implementar nos hospitais da Região a “consulta de dia” em algumas especialidades, consistindo na entrada do doente de manhã, onde é feita a consulta e os exames necessários, saindo ao final do dia com o plano terapêutico estabelecido.

Esta medida será de grande relevância, por exemplo, para os doentes deslocados e, não só trará ganhos para o utente, como grandes poupanças nos apoios à deslocação.

Neste propósito, também a telemedicina tem que ser uma realidade presente em todas as unidades de saúde da região.

Para isso, o Governo pretende contratualizar mais consultas com os hospitais, de modo a aumentar a oferta e assim diminuir os tempos de espera.

Com o objetivo de reduzir as listas de espera e diminuir os custos inerentes ao internamento hospitalar, tencionamos aumentar as cirurgias de ambulatório, atingindo pelo menos 50 % das cirurgias convencionais.

Vamos, naturalmente, continuar as políticas de promoção da saúde e prevenção da doença. Estamos a falar dos rastreios escolares, dos rastreios planeados na área de oncologia, que já chegaram a milhares de açorianos e têm salvo muitas vidas. Só para se ter a noção do impacto destas medidas, desde o início do programa já se fizeram cerca de 40 mil mamografias e 17 mil citologias. E, muito em breve, pretendemos iniciar-se o rastreio do cancro colo-retal que chegará a milhares de açorianos.

As Unidades de Saúde de Ilha manterão também as iniciativas que vêm desenvolvendo no sentido de sensibilizar os cidadãos para estilos de vida saudáveis.

Será definido um novo Plano Regional de Saúde. Muito foi feito e com resultados visíveis, como as vias verdes sépsis e coronária e com os programas de saúde escolar e saúde materno-infantil, entre outros. Mas será necessária uma readaptação no sentido de otimizar esses e os outros programas, orientados para o combate e controle da diabetes, de doenças relacionadas com a nutrição, doenças cerebrovasculares, doenças cardíacas, respiratórias, psiquiátricas e oncológicas.

Outra preocupação permanente será a humanização dos serviços, que constitui hoje um elemento fundamental nos serviços de saúde. Muitas consultas, embora tecnicamente corretas, não têm o resultado esperado por défices na comunicação médico-doente.

Temos, naturalmente, consciência que, num mundo tão vasto como é o da saúde, nem tudo corre bem. Serão mantidos e reforçados mecanismos como a Inspeção Regional de Saúde, criados com o objetivo de zelarem pela transparência dos serviços e defesa dos direitos os cidadãos.

Mas é também intenção do Governo tudo fazer no sentido de promover a humanização dos serviços, investindo nos recursos humanos no âmbito do atendimento, avaliando periodicamente a satisfação das pessoas e criando a figura do “cliente mistério”, como ferramenta de avaliação dos serviços.

Contamos também com a colaboração sempre pronta e ativa das Ligas dos Amigos dos Hospitais.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Finalmente, a Proteção Civil, que agora passa a integrar a Secretaria da Saúde. É uma área de especial relevância nestas ilhas como todos sabemos e como, de resto, se tem comprovado em diversas ocasiões e circunstâncias. Muito tem sido feito, a todos os níveis neste setor, preparando cada vez mais e melhor a resposta em termos de recursos humanos e materiais.

Mas contamos fazer mais. Será alargada a ação das viaturas SIV, cujo projeto foi recentemente premiado a nível nacional pelo seu carácter inovador nas vertentes ligadas às tecnologias de informação e à capacidade de transpor a barreira geográfica que separa as ilhas. Um prémio que naturalmente honra os Açores.

Pretende-se ter já no próximo ano uma cobertura regional, numa nova forma de ver a rede de pontos de urgência da Região.

Vamos continuar a adquirir o equipamento necessário para uma resposta eficaz à emergência médica em todas as ilhas e vamos investir em equipamento específico, como é o caso dos acidentes com matérias perigosas.

Na linha de proximidade com o utente que preconizamos, será pedido ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores que assegure uma linha de aconselhamento telefónico para as situações não urgentes, no mesmo espírito da linha “Saúde 24”. Será possível que um utente com um problema de saúde não urgente seja aconselhado e seguido por telefone, evitando desnecessárias idas às urgências hospitalares.

Do mesmo modo, o Serviço Regional de Proteção Civil, com toda esta experiência adquirida e com uma pequena complementaridade ao nível da formação, tem as condições adequadas para coordenar todos os transportes inter-hospitalares dentro da região e desta para o exterior.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não poderemos esquecer que vivemos tempos difíceis e que a saúde, por razões que se colocam aqui e em todo o mundo, não é alheia a esses constrangimentos. Com toda a transparência, vamos fazer todos os esforços para conseguir cumprir estas metas.

Estamos naturalmente abertos a todas as sugestões dos parceiros sociais, como já referimos, mas também de todas as forças políticas, acolhendo com humildade as propostas e ideias que possam contribuir para pôr de pé este projeto. A saúde é um bem essencial e o serviço público de saúde é imprescindível, sobretudo nos tempos que atravessamos.

Estamos convictos que o programa que agora apresentamos à apreciação desta Assembleia inclui propostas que vão permitir uma melhor resposta em termos de sustentabilidade e de qualidade.

Estamos perante propostas que têm em conta novos conceitos nesta área. Estamos perante propostas que significam um novo paradigma na saúde.

Os tempos difíceis que vivemos devem ser vistos como uma oportunidade para repensar conceitos e otimizar os recursos existentes. O Serviço Regional de Saúde deve ser funcional e adequado às nossas necessidades. O Serviço Regional de Saúde deve ser complementado por um Serviço Nacional de Saúde sempre que

necessário. O Serviço Regional de Saúde deve justificar-se pelo serviço prestado aos Açorianos.”

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Já temos uma inscrição para pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício para um pedido de esclarecimento.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria, nesta minha primeira intervenção, saudar a Sra. Presidente da Assembleia. Desejar-lhe o maior sucesso na gestão desta Casa, permitindo a natural equidistância e tratamento de todos os agrupamentos parlamentares.

Queria também saudar o Governo e em particular o Sr. Secretário Regional da Saúde, colega de profissão, mas que não impedirá essa condição, naturalmente, de proporcionar entre nós um debate frontal, leal e correto.

Nestas circunstâncias, Sr. Secretário, e após a sua intervenção, teria duas ou três questões que lhe gostaria de colocar.

Como sabe o Sr. Secretário, e esta tem sido a filosofia defendida pelo Governo onde se insere, as finanças públicas estão equilibradas.

Sabe também o Sr. Secretário que (deverá ser do seu conhecimento) os Relatórios de Contas de 2011, dos hospitais da região, que eu aqui tenho e tive oportunidade de os ler, traduzem dificuldades de gestão financeira, graves, traduzidas nomeadamente na dificuldade da satisfação dos compromissos para com os fornecedores.

Contextualizada a situação colocava-lhe a primeira pergunta, Sr. Secretário:

Tem, ou não, o Sr. Secretário Regional, um plano de pagamentos a fornecedores já definido e que política vai seguir na satisfação de compromissos não satisfeitos pelo Governo Regional que o antecedeu, compromissos esses em relação aos quais o Sr. Secretário não é, naturalmente, responsável?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Passa a ser!

O Orador: Uma segunda questão que lhe queria colocar e que está no alto da página 128 do Programa do Governo, onde se diz (passo a citar): “pretende o Governo aperfeiçoar as parcerias com o Governo da República em áreas da saúde, sempre que os recursos disponíveis ou a capacidade instalada da Região se revelem, insuficientes”.

Gostaria que o Sr. Secretário esclarecesse qual o conteúdo desta expressão e se ela traduz algum acordo de natureza financeira relativamente ao saneamento da dívida na Região?

Uma terceira pergunta, Sr. Secretário, e última:

Para quando é que o Sr. Secretário pretende definir o Plano Regional de Saúde?

Que objetivos quantificáveis pretende atingir relativamente a cada um dos seus programas e se pretende ou não trazer a esta câmara, numa perspetiva de contributo, para discussão e obtenção dos melhores resultados?

Quando é que pretende trazer (se o pretende fazer) este Programa à Assembleia?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para um pedido de esclarecimento tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, duas ou três questões, também, que agradecia que esclarecesse.

O Programa do Governo reclama e garante o aumento dos médicos de família na nossa Região, aliás o Sr. Secretário acabou de o fazer daquela tribuna.

Mas isto é um desejo, uma aspiração, um objetivo que reiteradamente aparece em todos os Programas do Governo e em todos os Planos e Orçamentos.

Aquilo que lhe pergunto é: como é que o Sr. Secretário vai fazer para garantir que desta vez é que vamos chegar ao final desta Legislatura e todos os açorianos e açorianas têm um médico de família?

Dito de outra maneira: como é que vai fazer, quais são as suas metas repartidas ao longo dos quatro anos da Legislatura, eventualmente? Com que medidas concretas e quando é que este exercício começa?

Outra pergunta será: face a tanto corte que o Sistema Regional de Saúde tem sido sujeito e com consequências penalizadoras para as pessoas que já começam de alguma maneira a surgir, enfim, na *vox populi*, digamos assim, para além daquelas que nós próprios conhecemos pelas tribos que nos rodeiam, quer familiares, quer de vizinhança, quer de amizade, face a tanto corte em coisas que são importantes para a saúde das pessoas, o Sr. Secretário já pensou em cortar nas administrações que proliferam na nossa Região?

Desde logo, uma administração para cada hospital, já para não irmos aos centros de saúde, onde, em alguns são mais os administradores, do que os médicos e do que os enfermeiros ao serviço desses centros de saúde.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Perguntar-lhe também no mesmo sentido, no sentido ao combate ao desperdício que o Sr. Secretário referiu e bem (nós subscrevemos esse desiderato), se não pondera a hipótese de fechar a SAUDAÇOR, sendo a SAUDAÇOR reconhecidamente um mecanismo de engenharia financeira, opaca e de fuga à clareza das contas públicas.

Daqui, digo-lhe, Sr. Secretário, com toda a franqueza, se fechar a SAUDAÇOR é uma exigência democrática, ela também é uma exigência de sustentabilidade e decência das contas públicas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E de política orçamental!

A Oradora: Pergunto-lhe diretamente se terá coragem para o fazer?

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Para um pedido de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Maurício, também felicita-lo pela sua presença aqui no Parlamento. Esperamos que possa dar um contributo, não só na área da saúde, mas também noutras questões. É com agrado que registamos as preocupações que aqui referiu, algumas delas também partilhadas pelo nosso Grupo Parlamentar.

Temos dito e temos reafirmado que no centro da nossa ação e deste Grupo Parlamentar, aliás já é um compromisso assumido, está a defesa do estado social e, particularmente, da sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde.

Achamos que é da maior importância reformar o Serviço Regional de Saúde ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é novidade!

O Orador: ... por forma a termos assegurada a sustentabilidade financeira. Esse é um esforço que nós, infelizmente, não temos tido o devido acompanhamento do ponto de vista político.

Aquilo que temos constatado é que, à esquerda do PS, há uma visão conservadora de não fazer nada e de nada mexer, o que levará à falência deste serviço e, à nossa direita, o partido de que o senhor faz parte (basta ver as soluções que estão a ser adotadas na República), que está a prosseguir uma fúria liberalizadora que põe em causa conceitos essenciais do Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente afetando mesmo a universalidade do sistema.

Nos Açores seguimos uma via diferente.

Não vou aqui teorizar muito, Sr. Deputado, sobre aquilo que é a situação financeira do Serviço Regional de Saúde.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Faz bem!

O Orador: Gostava só de reafirmar que é verdade que se acumulou uma dívida, mas esta dívida serviu para nós darmos um grande salto quantitativo e qualitativo no serviço, ...

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Ui!

O Orador: ... melhorando a acessibilidade, melhorando os cuidados de saúde e também tendo uma componente de grande melhoria em infraestruturas que eram essenciais para nós, em poucos anos, darmos esse salto.

A visão do Grupo Parlamentar, sendo a questão financeira obviamente uma questão sensível, é de que estamos numa situação em que esta dívida é gerível e ultrapassável.

Portanto, o Governo já assumiu este compromisso, de termos uma gestão cada vez ainda mais cuidadosa e uma gestão que permita garantir que no essencial o Serviço Regional de Saúde continuará a desempenhar o seu papel.

Só mesmo para terminar refiro notícias ainda recentes que dão conta, no hospital de Ponta Delgada, de poupanças já muito significativas e que já demonstram essa capacidade de conter a despesa e também de integrar outras poupanças e outro rigor na gestão que será também essencial para garantirmos a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde.

Obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para um pedido de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, quero desejar à Sra. Presidente deste Parlamento, um bom trabalho na diligência de isenção perante os partidos aqui presentes, e a todos os Deputados e Membros do Governo também uma boa Legislatura.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O meu pedido de esclarecimento prende-se com a questão da saúde na área da toxicodependência.

Todos sabemos que tem sido um problema grave e visível um pouco por todos os Açores, desde Santa Maria ao Corvo. Ainda para mais, no dia que se inicia esse debate, um dos jornais da nossa praça pública tem como título, por exemplo: “Os filhos da droga causam horrores às famílias açorianas”.

Queria questionar aqui o Sr. Secretário da Saúde relativamente a essa questão.

Todos sabemos que foi criada na anterior Legislatura, pelo anterior Governo, uma Direção Regional de Combate às Dependências.

Parece-me que, das duas, uma: ou a Direção Regional não conseguiu atingir os objetivos específicos, daí se calhar a sua extinção, ou então o Governo Regional não tem como prioridade o combate às dependências.

Gostaria que o senhor me respondesse claramente a essa questão, o porquê da extinção desta Direção Regional, se se prende nomeadamente com essas duas questões, a meu ver, primeiro, a falta de objetividade e de intervenção por parte da Direção Regional, o que causaria com certeza uma extinção dessa Direção Regional, ou então a falta de estratégia deste Governo Regional, não tendo como prioridade o combate às dependências.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para um pedido de esclarecimento tem a palavra a Sra. Deputada Aida Amaral.

(*) **Deputada Aida Amaral (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, desde 2011 que os especialistas em Santa Maria têm vindo a diminuir. Os marienses estão preocupados, estão apreensivos e a dívida que a Unidade de Saúde de Ilha tem, para com os especialistas que se deslocam desde 2011 até ao momento, é de 190 mil euros.

Gostaria de saber se tem já algum plano de pagamento e para quando este plano de pagamento?

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Para um pedido de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Prescindo.

Presidente: Prescinde?

Então dou a palavra ao Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais saudar a Sra. Presidente e a respetiva Mesa, desejar o melhor sucesso na condução dos trabalhos neste Parlamento; dar as boas-vindas aos novos

deputados e que seja uma Legislatura profícua, que estejamos todos à altura daquilo que os açorianos esperam de nós.

Sr. Secretário, após a sua intervenção, e da leitura do Programa do Governo, o qual li atentamente, gostaria de felicitá-lo pela apresentação de um Programa de Governo que vai ao encontro daquilo que o PS defendeu durante a campanha eleitoral e aqueles que são os objetivos do PS: um Serviço Regional de Saúde ao serviço dos açorianos, ao serviço das famílias açorianas e um Serviço Regional de Saúde dos açorianos e para os açorianos.

Uma das questões que V. Exa. referiu tem a ver com o Suporte Imediato de Vida e com a extensão desse serviço a todas as ilhas dos Açores.

Gostaria de saber, da sua parte, como irá proceder para essa extensão, de que forma e se pode adiantar mais pormenores em relação a essa matéria?

Parece-me realmente uma matéria de profunda importância para a melhoria da qualidade e da resposta imediata a quem precisa e sobretudo a quem está em situação de emergência.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário da Saúde, desejo, com toda a sinceridade, o maior sucesso nesta sua difícil missão, sucesso sobretudo a bem dos doentes que bem precisam.

Sr. Secretário, eu não posso deixar, embora não seja responsabilidade sua, de lhe fazer aqui dois ou três comentários.

Julguei que num serviço de saúde de excelência, como foi bastas vezes aqui dito na Legislatura passada, não houvesse necessidade de melhorar a preparação pré-operatória dos doentes, a fim de baixar as taxas de cancelamento de cirurgias. Num serviço de excelência isso não devia acontecer;

Julguei que num serviço de excelência os profissionais de saúde cumpriam horário.

Julguei que isso acontecia. Afinal não acontece;

Julguei que num serviço de excelência não fosse preciso estar hoje a dizer que tínhamos que reduzir as listas de espera para tempos de seis meses;

Julguei que num serviço de excelência, as consultas de especialidade, uma primeira consulta, não ultrapassassem os dois meses, o que é manifestamente excessivo, por exemplo, em medicina geral e familiar, como o Sr. Secretário sabe tão bem como eu.

Mas isso era o serviço de excelência que tão bem se aplicava e tão bem se apregoava aqui.

Gostaria ainda de lhe dizer o seguinte: eu não sabia que num serviço de excelência não havia critérios para a referenciação entre as diversas unidades de saúde e entre os agentes do setor privado e as outras instituições.

Não sabia que isso acontecia num serviço dito de excelência, proclamado de excelência pelo PS, na última Legislatura.

Mas, passado é passado. Vamos ao futuro.

Sr. Secretário, o que quer dizer com a imposição de resultados mínimos aos médicos da especialidade, com listas de espera elevadas? Quais são os critérios?

Já agora pergunto-lhe: qual o tempo médio de espera para uma cirurgia nos Açores, ou para o hospital, se quiser assim, e quantos doentes temos em lista de espera nos hospitais dos Açores?

Diz-se aqui: “continuar a combater as listas de espera”. Era interessante sabermos de que ponto é que partimos, Sr. Secretário, para não sermos surpreendidos?

Gostaria que dissesse, Sr. Secretário, como é que eu posso aceder ao portal da saúde. Diz: “manter atualizado o portal da saúde”. Eu desconheço! É naturalmente deficiência minha.

Gostaria de marcar uma consulta por computador, Sr. Secretário. Queria saber como é que o posso fazer e como posso marcá-la. Para que unidades de saúde posso fazer isso, Sr. Secretário?

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente.

Sr. Secretário, falou também aí numa outra coisa que gostaria que me explicasse (e farei outra intervenção a seguir, Sra. Presidente), como é que vai conseguir

consolidar o acesso às consultas de nutrição a toda – eu sublinho e repito, a toda – a população da RAA?

Muito obrigado, Sr. Secretário.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Prescindo.

Presidente: Não havendo mais inscrições, para prestar esclarecimentos dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, caros colegas Membros do Governo Regional dos Açores:

Em primeiro lugar, gostaria de responder de forma direta, e tentando ser algo sistematizado na minha resposta, ao Sr. Deputado Luís Maurício nas questões que me colocou.

Obviamente aquela questão que coloca, e que estamos todos a pensar nela, seria efetivamente a questão do financiamento do Serviço Regional de Saúde.

Como bem sabe, e como médico em diversas instituições, não se trata de um problema exclusivamente regional. Ainda a semana passada tivemos notícias numa revista de tiragem nacional que os hospitais nacionais estavam todos em penúria.

Isto, infelizmente, deve-se a uma limitação no financiamento do crédito decorrente da crise que temos desde 2008 e que nos obrigou, de uma forma abrupta, a fazer ajustamentos na forma de funcionamento dos hospitais e daí decorreram algumas dificuldades de tesouraria.

Em relação à RAA e em relação ao plano de pagamento de fornecedores, se, por exemplo, o subsistema nacional de saúde, ADSE, nos pagasse a dívida que tem para com a Região, toda a parte de pagamento de fornecedores ficaria resolvida e teríamos uma melhoria substancial naquilo que era a qualidade, não só nos serviços dos hospitais, mas também das subsequentes empresas de fornecimento, das famílias que trabalham nessas empresas e por aí fora.

Obviamente que não posso estar a contar só e exclusivamente com o pagamento das dívidas que o Estado tem para com a Região. Estamos a trabalhar num plano que nos permite haver alguma sustentabilidade.

É público, e está implícito no Programa do Governo, que irá existir um reforço das verbas para este setor. Isto foi dito também na minha apresentação. Obviamente teremos toda oportunidade de discutir esse reforço de verbas aquando da apresentação do Orçamento, aqui, na Assembleia.

As medidas concretas em relação ao pagamento dos fornecedores, não só na minha perspetiva, mas na perspetiva do Governo, passam também muito pela racionalização dos custos dentro do SRS. Obviamente, há aqui algumas áreas de custos, mas já conseguimos, e isso já foi notícia na segunda-feira, que o hospital de Ponta Delgada conseguiu poupar cerca de 5 milhões em custos inerentes.

Há margem, e o Sr. Deputado Luís Maurício sabe isso tão bem como eu, para maiores poupanças dentro das instituições de saúde, principalmente se estivermos a falar das instituições de saúde de uma forma complementar.

Não posso ter instituições de saúde, como eu referi na minha apresentação, de costas voltadas, no sentido de serviços que são complementares estarem a funcionar de forma completamente independente.

Isso obviamente irá trazer uma melhoria naquilo que são os custos da saúde na Região e a partir daí temos uma melhor folga de trabalho em relação ao pagamento dos fornecedores.

Os acordos de natureza financeira com a República:

É público também que existem alguns processos em tribunal no sentido da complementaridade do Serviço Regional de Saúde.

Nós não podemos ter – como sabe o colega perfeitamente – alguns tipos de serviços disponíveis na Região, por ordem daquilo que são as nossas delimitações demográficas.

É impossível, por exemplo, termos um serviço de cirurgia cardiotorácica na RAA com a qualidade e segurança necessárias para um funcionamento regular. Por isso, aquilo que precisamos, é de uma complementaridade do Sistema Nacional de Saúde. É assim que tem que ser visto.

Nós, apesar de sermos açorianos, não deixamos de ser portuguesas e temos que ser enquadrados naquilo que é a ótica do Sistema Nacional de Saúde, porque era impensável montarmos alguns tipos de serviços na Região devido à nossa restrição demográfica.

O Plano Regional de Saúde para 2013, obviamente gostaria (e digo-o de uma forma sincera) de o trazer ao Plenário, apesar de não ser claramente uma questão de âmbito do Plenário, mas uma questão mais organizativa, dentro da Direção Regional de Saúde.

Para ser iniciado ou lançada em 2013, tendo em conta que não haverá mais plenários até ao final do ano, há aqui alguma limitação, mas disponibilizo-me a aceitar todas as medidas que possam ser incluídas nesse Plano para que possamos ter um Plano Regional de Saúde dentro daquilo que são as expetativas de todos nós e de cada um dos açorianos.

Sra. Deputada Zuraída Soares, em relação ao aumento dos médicos de família na Região, felizmente vou dizer-lhe que tenho alguma sorte na altura em que aceitei este cargo, neste tempo decorrente destes quatro anos de Legislatura.

Primeiro, porquê? Porque existem 25 médicos de medicina geral e familiar em formação na Região, que serão, obviamente, utilizados, esperemos nós, assim que acabarem a sua formação.

Também está previsto, a nível nacional, que a partir de 2015 haja um excesso de oferta de médicos, tendo em conta aquilo que foi o aumento dos *númerus clausus* que se registaram nas faculdades de medicina há cerca de 10 anos.

Aquilo que se prevê do ponto de vista técnico e médico, pela Ordem dos Médicos (e isso foi público pelo Bastonário da Ordem dos Médicos), ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem que contar consigo, não é com o trabalho dos outros!

O Orador: ... é que a partir de 2015 comece a haver desemprego dentro da classe médica, ou seja, por uma questão de sorte (vou dizer-lhe isto desta forma), irei ter a situação resolvida até ao final da Legislatura sem que tenha que recorrer às medidas habituais, e que serão continuadas até conseguirmos ter essa situação

resolvida, de complemento à fixação, dos ditos subsídios de fixação aos médicos na RAA.

Em relação aos cortes nas administrações dos hospitais, devo dizer-lhe que é um assunto que me preocupa, ou seja, temos em algumas Unidades de Saúde mais médicos a gerir do que médicos a atender doentes. Esse é um dos assuntos que será revisto e será oportunamente discutido com esta Assembleia.

O encerramento da SAUDAÇOR. Aí estamos a falar duma posição mais difícil. Por aquilo que tem sido a minha experiência ao longo destes últimos doze dias de governação, a Secretaria Regional da Saúde e o Sistema Regional de Saúde, tendo em conta este enquadramento económico em que vivemos, depende de uma forma muito direta da existência da SAUDAÇOR, porque não nos será possível reformular tudo aquilo que é dívidas à banca, por exemplo, no decorrer deste quadro económico, de forma a garantir o encerramento da instituição.

Agora não sei se nos interessa extinguir a instituição, porque aquilo que é dito em praça pública, em relação à SAUDAÇOR, é que é uma empresa que gere a dívida da saúde na Região. Não é bem assim. A empresa tem mais funcionalidades para além da gestão da dívida. Estamos a falar de toda a parte da contratualização, das convenções, ou seja, é uma empresa que tem várias funcionalidades além da gestão da dívida.

Existem sistemas paralelos nas restantes Regiões do País que exercem exatamente a mesma função.

Existe uma empresa que é o Instituto Público, na Madeira, que no fundo tem a função que tem a SAUDAÇOR aqui na Região; existem as RSS no continente que têm essa função, ou seja, não foi aqui inventada uma estrutura que não existe em mais lado nenhum do País.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! Foi inventado!

O Orador: Estamos aqui a falar de uma estrutura que é essencial, pelo menos não só na nossa visão, mas pela visão das restantes regiões do País, uma estrutura fundamental na gestão da Saúde nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está enganado!

O Orador: Na minha leitura, acho que há aqui uma má interpretação do nome que lhe foi dado, porque se estivéssemos a falar da Administração Regional de Saúde, estaríamos a ter uma conversa completamente diferente.

Sr. Deputado Cláudio Almeida, em relação ao facto das dependências não estarem referidas no Programa do Governo não significa que exista o seu encerramento ou a sua extinção.

Obviamente foi feito, do meu ponto de vista, por aquilo que consegui perceber, um bom trabalho nessa área, apesar de continuarmos a ter alguns indicadores que nos fazem crer que temos uma das regiões ainda com uma necessidade grande de investimento dentro desta área.

Posso dizer-lhe já que uma das situações que teremos que resolver dentro em breve é esta liberalização que houve das drogas legais e que uma estrutura como a Direção Regional das Dependências terá que ter um papel bastante ativo. Não acredito que tenha sido uma omissão por intenção, mas sim uma omissão por seguimento de funcionamento, ou seja, o funcionamento estava a ser feito de uma forma regular e acho que é lícito. Se uma coisa funciona bem, não vamos mexer com ela.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Por isso deve haver uma direção regional!

O Orador: O facto de haver ou não uma Direção Regional, não implica que a estrutura não funcione da mesma forma.

Em relação à deslocação dos especialistas à Ilha de Santa Maria, tenho essa noção e isso já me foi referido por diversas vezes, de que existe efetivamente um atraso de pagamentos na prestação desses serviços.

A minha intenção é tentar perceber, dentro dos atrasos de pagamentos que foram feitos, por que é que aconteceu e como é que se poderá resolver essa situação no sentido de melhorar a deslocação dos especialistas à ilha.

É muito mais viável os especialistas deslocarem-se à Ilha de Santa Maria do que eu estar a retirar 30 doentes da Ilha de Santa Maria para virem à consulta de especialidade no Hospital de Ponta Delgada, ou a qualquer um dos outros hospitais.

Aquilo que está no Programa do Governo é um aumento dessas deslocações, no sentido de evitar que os doentes se desloquem às unidades de saúde. Obviamente, estamos a falar de situações de custo/benefício.

Se há um médico que vai atender um ou dois doentes à Unidade de Saúde de Santa Maria, provavelmente não faz muito sentido que vá até lá, mas sim que os doentes venham até ao hospital. Se há necessidade de um exame complementar de diagnóstico adjacente, aí poderá não fazer sentido. Agora em situações de consulta acho que faz todo o sentido e será mantido.

Em relação à pergunta do Sr. Deputado Rogério Veiros e à extensão das viaturas de Suporte Imediato de Vida à restante região, aquilo que está preconizado, e que foi feito até agora, foi um projeto piloto de seis meses, no sentido de se perceber claramente se era um sistema válido para a RAA e que benefícios é que traria à população.

Já se percebeu claramente ao longo destes seis meses que (não foi por eu estar envolvido diretamente no projeto, mas por aquilo que foi uma avaliação feita de forma independentemente pelos serviços) é um projeto viável, tem salvado vidas, deve ser mantido e é uma boa alternativa para resolver alguns problemas da emergência médica que temos na RAA.

Digo isto desta forma incisiva porque existem situações em que é preferível termos as viaturas SIV em bom funcionamento na maior parte das ilhas, do que mantermos serviços de atendimento ao público direcionados a um atendimento não urgente, a fazer situações de emergência, pela qual não têm uma experiência e uma casuística que lhes permita ser eficaz e atuar com segurança.

Obviamente não estamos a pensar no mesmo modelo de implementação que foi utilizado nas três ilhas maiores, porque a Ilha de S. Miguel serve cinco corporações de bombeiros e o SIV faz apoio a essas cinco corporações.

Nas ilhas em que não há mais do que uma corporação de bombeiros aquilo que fará algum sentido é haver alguma ligação entre o SIV e as ambulâncias.

O Sr. Deputado Artur Lima está aqui a fazer-me alguns sinais em relação ao tempo, mas não gostaria de terminar sem responder às suas questões que são pertinentes.

Mesmo num serviço de excelência há falhas.

Lembro-me, quando passei pelo hospital de *Mass General in Boston*, que havia reuniões regulares para detetar e resolver as falhas dos serviços.

Não estou com isto a justificar todas as falhas que existiram ou poderiam existir em relação ao Serviço Regional de Saúde. Mas é bom que tenhamos humildade, que as reconheçamos e as corrijamos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É um princípio!

O Orador: Espero que seja esse o apanágio da minha governação.

Em relação ao número de utentes em lista de espera, os dados que tenho mais recentes são de 2.199 doentes em lista de espera, para cirurgias superiores a 18 meses, o que é um número claramente superior, mas estamos aqui a contabilizar. Isso será um trabalho que terá que ser feito.

Há aqui especialidades nas quais as listas de espera já poderão entrar dentro daquilo que são cirurgias não tão urgentes, ou sem critérios de urgência, que justifiquem os doentes estar nos serviços públicos em lista de espera.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Está inscrita a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não era para uma inscrição.

Era para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Não pode.

A Oradora: Não posso, Sra. Presidente. Ainda não reformulei esta adaptação a Representação Parlamentar.

Não posso pedir 30 minutos, mas peço 15 minutos.

Presidente: Dado então o horário, eu proponha que terminássemos os nossos trabalhos, porque daqui a 15 minutos são 19 horas e quarenta e cinco minutos, teremos apenas 15 minutos para trabalhar.

Antes de concluir a nossa reunião de hoje, vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa que informe os tempos disponíveis, para estarmos todos em sintonia para o reinício dos trabalhos manhã, às 10 horas.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa

Secretário: Tempos disponíveis:

Governo – 153 minutos, 09 segundos

PS – 191 minutos, 08 segundos

PSD – 116 minutos, 43 segundos

CDS – 21 minutos, 26 segundos

BE – 7 minutos, 59 minutos

PCP – 11 minutos, 10 segundos

PPM – 7 minutos

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Boa noite e até amanhã.

Eram 19 horas e 30 minutos.

Deputado que entrou durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

(*) Texto não revistos pelo orador

Documento entrado durante a Sessão

Listagem da correspondência

1 – Proposta de Lei:

Assunto: Proposta de Lei n.º 91/IX - Financiamento dos sobrecustos de transporte relativo aos combustíveis comercializados na Madeira, decorrente da obrigatoriedade de cumprimento do princípio da continuidade territorial, colocado em causa com o aumento do IVA e do ISP na Madeira – n.º 91/XII - n.º231/IX

Autor: Gabinete da Assembleia da República

Entrada: 2012 – 09 – 13

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012.10.03;

Assunto: Sujeita as prestações de serviços de alimentação e bebidas à taxa do imposto sobre o valor acrescentado – n.º 92/XII - n.º232/IX

Autor: Gabinete da Assembleia da República

Entrada: 2012 – 09 – 13

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012.10.03;

Assunto: Aprova as Grandes Opções do Plano para 2013 - n.º 100/XII - n.º237/IX

Autor: Gabinete da Assembleia da República

Entrada: 2012 – 10 – 12

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012.11.02;

Assunto: Procede à segunda alteração à Lei do Orçamento do Estado para 2012 aprovada pela Lei n.º 84-B/2011, de 30 de 30 de dezembro, no âmbito da iniciativa de reforço de estabilidade financeira - n.º 102/XII - n.º239/IX

Autor: Gabinete da Assembleia da República

Entrada: 2012 – 10 – 16

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012.11.05;

Assunto: Aprova o Orçamento de Estado para 2013 - n.º 103/XII - n.º240/IX

Autor: Gabinete da Assembleia da República

Entrada: 2012 – 10 – 16

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012.11.05;

Assunto: Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.- n.º 104/XII/2 - n.º242/IX

Autor: Gabinete da Assembleia da República

Entrada: 2012 – 10 – 29

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012.11.19.

2 – Projeto de Lei:

Assunto: Combate os falsos recibos verdes e desenvolve os poderes da autoridade para as condições de trabalho – n.º 284 - n.º 233/IX

Autor: Gabinete da Assembleia da República

Entrada: 2012 – 09 – 21

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012.10.11;

Assunto: - 1.ª alteração à Lei n.º 55/2010, de 24 de dezembro, consagrando nova redução na subvenção e no limite das despesas nas campanhas eleitorais, e 4.ª alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, limitando o montante da subvenção que pode ser canalizado para despesas com outdoors. - n.º 292/ - n.º 234/IX

Autor: Gabinete da Assembleia da República

Entrada: 2012 – 09 – 28

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2012.10.18;

Assunto: Revoga o Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica aprovado pela Lei n.º 22/2012, de 30 de maio.- n.º 298/XII/2 - n.º 235/IX

Autor: Gabinete da Assembleia da República

Entrada: 2012 – 10 – 04

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012.10.24;

Assunto: Terceira alteração à Lei n.º 9/91, de 9 de abril (Estatuto do Provedor de Justiça), alterada pelas leis n.ºs 30/96, de 14 de agosto, e 52-A/2005, de 10 de Outubro .- n.º 301/XII/2 - n.º 236/IX

Autor: Gabinete da Assembleia da República

Entrada: 2012 – 10 – 12

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012.11.02;

Assunto: Revoga a Lei n.º 22/2012, de 30 de maio que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica - n.º 303/XII/2 - n.º 238/IX

Autor: Gabinete da Assembleia da República

Entrada: 2012 – 10 – 16

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012.11.05;

Assunto: Terceira Alteração à Lei n.º 9/91, de 9 de abril (Estatuto do Provedor de Justiça), alterada pelas leis n.º 30/96, de 14 de agosto, e 52-A/2005 de 10 de outubro. - n.º 309/XII/2 - n.º 241/IX

Autor: Gabinete da Assembleia da República

Entrada: 2012 – 11 – 13

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012.11.24.

3 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Introduce alterações no Código do Registo Comercial, no Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março e no Regime de Registo Nacional de Pessoas Colectivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 129/98, de 13 de Maio, alterando o regime do incumprimento da obrigação do registo da prestação de conta – M. Justiça – (Reg. DL. 467/2012) - n.º 235/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Entrada: 2012 – 10 – 01

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012.10.12;

Assunto: Assegura a aplicação efetiva no ordenamento jurídico nacional do disposto no Regulamento (UE) n.º 1007/2011, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de setembro de 2011, relativo às denominações das fibras têxteis e à correspondente etiquetagem e marcação da composição em fibras dos produtos têxteis - MEE – (Reg. DL 474/2012) - n.º 236/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Entrada: 2012 – 10 – 08

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012.10.29;

Assunto: Estabelece o quadro jurídico geral da concessão de serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil em Portugal atribuída à ANA - Aeroportos de Portugal, S.A. - MEE – (Reg. DL 480/2012) - n.º 237/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Entrada: 2012 – 10 – 08

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012.10.17;

Assunto: Estabelece o regime jurídico do acesso à atividade de agente de navegação, definindo as condições de inscrição e de registo para o seu exercício, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-

Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno - MEE - (Reg.DL 489/2012) - n.º 238/IX

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Entrada: 2012 – 10 – 12

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012.10.24;

Assunto: Procede à adaptação à Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, do Decreto Lei n.º 158/2006, de 8 de agosto, que aprova os regimes de determinação do rendimento anual bruto corrigido e a atribuição do subsídio de renda, e do Decreto Lei n.º 160/2006, de 8 de agosto, que aprova os elementos do contrato de arrendamento e os requisitos a que obedece a sua celebração - MAMAOT - (Reg. DL 511/2012). - n.º 239/IX;

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Entrada: 2012 – 10 – 29

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2012.11.07.

4 - Projeto de Resolução:

Assunto: [Recomenda ao Governo da República que desenvolva as diligências necessárias junto da Aeroportos, S.A. e respetiva tutela para que tomem medidas no sentido de garantir a abertura do Aeroporto de Santa Maria no período compreendido entre as 21.30 h e as 24 h.- n.º 3/X](#)

Autor: Representação Parlamentar do PCP

Entrada: 2012 – 11 – 08

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Assunto: [Recomenda ao Governo da República que desenvolva as diligências necessárias no sentido de efetivar repetidamente a transferência da posse dos terrenos não afetos à atividade aeroportuária que são propriedade da ANA, SA, no concelho de Vila do Porto.- n.º 4/X](#)

Autor: Representação Parlamentar do PCP

Entrada: 2012 – 11 – 08

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Assunto: [Pronúncia, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a Proposta de Lei n.º 103/XII - Aprova o Orçamento de Estado para 2013 - n.º5/X](#)

Autor: Representação Parlamentar do PCP

Entrada: 2012 – 11 – 16;

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Assunto: Comissões Especializadas Permanentes – n.º 6/2012

Autor: ALRAA

Data entrada: 2012– 11 – 16;

5 – Requerimentos:

Assunto: [Cortes de Eletricidade na Ilha Terceira](#)

Autores: António Ventura, Luís Rendeiro e Judite Parreira (PSD)

Data de Entrada: 2012.11.13

Referência: 54.03.03 – N.º 1/X;

Assunto: [Transparência e Isenção na Administração Regional](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2012.11.13

Referência: 54.07.09 – N.º 2/X;

Assunto: [Unidade de Saúde da Ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2012.11.13

Referência: 54.07.09 – N.º 3/X;

Assunto: [Intoxicação alimentar/virose](#)

Autores: Judite Parreira, António Ventura e Luís Rendeiro (PSD)

Data de Entrada: 2012.11.15

Referência: 54.03.03 – N.º 4/X;

Assunto: [Casa Museu de Francisco Ernesto de Oliveira Martins](#)

Autores: José Andrade, António Ventura, Luís Rendeiro e Judite Parreira (PSD)

Data de Entrada: 2012.11.15

Referência: 54.03.03 – N.º 5/X;

Assunto: [Anulação de Procedimento Concursal](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2012.11.15

Referência: 54.07.08 – N.º 6/X;

Assunto: [Cedência de Interesse Público](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2012.11.19

Referência: 54.07.00 – N.º 7/X.

6 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Silvicultura nos Açores](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.09.13

Referência: 54.03.01 – N.º 675/IX;

Assunto: [Abastecimento de água às populações dos Fenais da Ajuda e Água Retorta](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.09.13

Referência: 54.01.02 – N.º 685/IX;

Assunto: [Adequação da capacidade prevista para a Escola Básica 1, 2 António José d'Ávila](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.09.13

Referência: 54.03.07 – N.º 688/IX;

Assunto: [Escola Secundária da Lagoa sem ensino recorrente noturno](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.09.13

Referência: 54.01.02 – N.º 690/IX.

7 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a dar conhecimento do relatório de auditoria abaixo indicado:

- Audit. n.º 10/2012-FC/SRATC (Proc.º n.º 11/102/02) - "Auditoria aos adicionais ao contrato de empreitada de construção dos centros de processamento de resíduos e de compostagem das ilhas das Flores e Graciosa

Autor: O Juiz Conselheiro da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, Nuno Lobo Antunes

Data de Entrada: 2012.09.19;

Assunto: Ofício a remeter por correio eletrónico, o relatório de auditoria aprovado e abaixo indicado:

- Audit. n.º 12/2012-FS/SRATC (Proc.º n.º 11/105.01) – “Auditoria à Atividade e Gestão dos serviços da ALRAA”.

Autor: O Juiz Conselheiro da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, Nuno Lobo Antunes

Data de Entrada: 2012.09.27;

Assunto: Ofício a remeter por correio eletrónico, o relatório de auditoria e as verificações internas de contas de gerência aprovados e abaixo indicados:

- Audit. n.º 11/2012-FC/SRATC (Procº n.º 11/104.03) – “Auditoria do Município da Horta – Dívida pública e encargos plurianuais”;
- VIC. n.º 12/2012-VIC/SRATC (Procº n.º 11/109.10) – “Escola Básica e Secundária de Velas”;
- VIC. n.º 13/2012-VIC/SRATC (Procº n.º 12/109.17) – “Escola Básica Integrada de Roberto Ivens”.

Autor: O Juiz Conselheiro da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, Nuno Lobo Antunes

Data de Entrada: 2012.09.28;

Assunto: Carta enviada a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, manifestando o descontentamento da população da freguesia da Achadinha pelo imposto chamado IMI.

Autora: Venilde Amaral

Data de Entrada: 2012.09.25;

Assunto: Ofício a enviar o Parecer do CNADS sobre o Roteiro Nacional de Baixo Carbono 2050.

Autor: O Presidente do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2012.10.03;

Assunto: Ofício a enviar a certidão e proposta de deliberação sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, tomada na sessão ordinária de 25 de Setembro de 2012

Autor: O Presidente do Município das Velas, Manuel Soares Silveira

Data de Entrada: 2012.10.04;

Assunto: Ofício a remeter Parecer sobre o Plano de Actividades e Orçamento da RTP. SA

Autor: Representante do Conselho de Opinião da RTP, SA, José Lourenço

Data de Entrada: 2012.10.10;

Assunto: Ofício a comunicar a renúncia do seu mandato de deputado regional, com efeitos a partir do dia 5 de Novembro de 2012

Autor: Manuel António Carvalho Cansado (PSD)

Data de Entrada: 2012.10.31;

Assunto: Ofício a comunicar a renúncia do seu mandato de deputada regional, com efeitos a partir do dia 5 de Novembro de 2012

Autor: Maria Leonor Machado Melo Raposo (PSD)

Data de Entrada: 2012.11.02;

Assunto: Ofício a comunicar a suspensão do seu mandato de deputada regional, com efeitos a partir do dia 5 de Novembro de 2012

Autora: Isménia Carvalho Landeiro Alves (PS)

Data de Entrada: 2012.11.02;

Assunto: Proposta de Programa da XI Governo Regional dos Açores

Autor: O Presidente do Govenno Regional dos Açores

Data de Entrada: 2012.11.07;

Assunto: Ofício a remeter a deliberação, bem como o Parecer sobre a Reforma Judiciária – Projeto de Lei de Organização do Sistema Judiciário e Projeto de Decreto-Lei que define o regime da Organização e funcionamento dos Tribunais

Autor: Câmara Municipal de Nordeste

Data de Entrada: 2012.11.02;

Assunto: Ofício a comunicar a seguinte composição da direção do Grupo Parlamentar:

- Presidente: Deputado, Berto Messias;
- Vice-Presidente: Deputado, José San-Bento;
- Vice-Presidente: Deputado, Francisco César;
- Vice-Presidente: Deputado, Miguel Costa e
- Vice-Presidente: Deputada, Arlinda Nunes.

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Berto Messias

Data de Entrada: 2012.11.05;

Assunto: Ofício a comunicar a seguinte constituição do Grupo Parlamentar:

- Presidente: Deputado, Artur Lima;
- Vice-Presidente: Deputado, Luís Silveira;

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do CDS/PP, Artur Lima

Data de Entrada: 2012.11.05;

Assunto: Ofício a comunicar a constituição da Representação Parlamentar do Partido Comunista Português:

Autor: O Deputado, Aníbal Pires

Data de Entrada: 2012.11.05;

Assunto: Ofício a comunicar que se constitui como Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico:

Autor: O Deputado, Paulo Estêvão

Data de Entrada: 2012.11.05;

Assunto: Ofício a comunicar a seguinte direção do Grupo Parlamentar:

- Presidente: Deputado, Duarte Freitas;
- Vice-Presidente: Deputado, António Marinho;

- Vice-Presidente: Deputado, António Ventura;
- Secretário: Deputado, Luís Garcia e;
- Secretário Deputado, Bruno Belo.

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Duarte Freitas

Data de Entrada: 2012.11.06;

Assunto: Ofício a comunicar a substituição temporária por motivo relevante dos deputados Francisco Silva, António Félix Rodrigues e Maria da Graça Silveira pelo Deputado Nuno Melo Alves, iniciando funções a partir de 7 de novembro de 2012

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do CDS/PP, Artur Lima

Data de Entrada: 2012.11.06;

Assunto: Ofício a solicitar Parecer sobre as Propostas de alteração relativas à audição n.º 240/IX - Orçamento de Estado para 2013.

Autor: Grupo Parlamentar do BE

Proveniência : A Presidente da Assembleia da República,

Data de Entrada: 2012.11.15;

Assunto: Ofício a comunicar que foram retiradas as propostas de alteração 7C e 14C, relativas à Audição n.º 240/IX - Orçamento de Estado para 2013

Autor: Grupo Parlamentar do PEV

Proveniência: A Presidente da Assembleia da República

Data de Entrada: 2012.11.15;

Assunto: Ofício a solicitar Parecer sobre as Propostas de alteração relativas à audição n.º 240/IX - Orçamento de Estado para 2013

Autor: Grupo Parlamentar do PCP

Proveniência: A Presidente da Assembleia da República

Data de Entrada: 2012.11.16;

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão “Recomenda ao Governo da República que desenvolva as diligências necessárias junto da Aeroportos, S.A. e respetiva tutela para que tomem medidas no sentido de garantir a abertura do Aeroporto de Santa Maria no período compreendido entre as 21.30 h e as 24 h.”- n.º 3/X

Autor: Representação Parlamentar do PCP

Entrada: 2012 – 11 – 08

Assunto: Ofício a solicitar pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 4/X – “Recomenda ao Governo da República que desenvolva as diligências necessárias no sentido de efetivar rapidamente a transferência da posse dos terrenos não afetos à atividade aeroportuária que são propriedade da ANA, SA, no concelho de Vila do Porto. Projeto de Resolução n.º 4/X - Recomenda ao Governo da República que desenvolva as diligências necessárias no sentido de efetivar rapidamente a transferência da posse dos terrenos não afetos à atividade aeroportuária que são propriedade da ANA, SA, no concelho de Vila do Porto

Autor: Representação Parlamentar do PCP

Entrada: 2012 – 11 – 08.

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução – “Pronúncia, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a Proposta de Lei n.º 103/XII - Aprova o Orçamento de Estado para 2013” - n.º 5/X

Autor: Representação Parlamentar do PCP

Entrada: 2012 – 11 – 16;

Assunto: Ofício a solicitar Parecer sobre as Propostas de alteração relativas à audição n.º 240/IX - Orçamento de Estado para 2013.

Autor: Grupo Parlamentar do PCP

Proveniência: A Presidente da Assembleia da República

Data de Entrada: 2012.11.19;

Assunto: Ofício a comunicar a suspensão do seu mandato de Deputado por se encontrar na situação prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 101.º do Estatuto Político-Administrativo da RAA, uma vez que foi nomeado para o cargo de chefe de Gabinete de Sua Excelência o Presidente do Governo Regional dos Açores, a partir do dia 7 de novembro de 2012

Autor: O Deputado André Jorge Dionísio Bradford

Data de Entrada: 2012.11.15;

Assunto: Ofício a comunicar a suspensão de mandato de Deputada, conforme previsto na alínea c), do n.º 1 do artigo 4.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro

Autora: A Deputada, Cristina de Fátima Silva Calisto Decq Mota

Data de Entrada: 2012.11.15;

Assunto: Ofício a comunicar a suspensão do seu mandato de Deputado, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados

Autor: O Deputado, Bruno Miguel Correio Pacheco

Data de Entrada: 2012.11.15;

Assunto: Ofício a comunicar a substituição do Deputado André Jorge Dionísio Bradford, bem como dos candidatos Deputados Cristina de Fátima Silva Calisto Decq Mota e Bruno Miguel Correio Pacheco, sendo todos por motivos de incompatibilidades previstas no artigo 101.º do Estatuto Político-Administrativo da RAAA, mais informa que, nos termos do n.º1 do art.º 18.º da Lei Orgânica n.º 5/2006, de 31 de Agosto, do n.º 1 do art.º 33.º do EPARAA, essa vaga será preenchida, com efeitos a 7 de novembro de 2012, pelo candidato Carlos Alberto Medeiros Mendonça que não tem os poderes verificados.

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Berto Messias

Data de Entrada: 2012.11.15.

8 – Relatórios e Pareceres:

Assunto: [No âmbito das iniciativas europeias, sobre a comunicação da Comissão - As Regiões Ultraperiféricas da União Europeia: Parceria para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo](#) - com (2012) 287 e o documento de trabalho da Comissão SWD (2012) 170.”

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2012.09.14;

Assunto: [Projeto de Lei nº 303/XII/2ª - Revoga a Lei nº 22/2012, de 30 de maio, que aprova o Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2012.10.24;

Assunto: [Projeto de Lei nº 298/XII/2ª - Revoga o Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica aprovado pela Lei nº 22/2012, de 30 de maio](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2012.10.24;

Assunto: [Projeto de Lei nº 301/XII/2ª – terceira alteração à Lei nº 9/91, de 9 de abril \(Estatuto do Provedor de Justiça\), alterada pelas Leis nº 30/96, de 14 de agosto e 52-A/2005, de 10 de outubro.](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2012.11.02;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 91/XII/1.ª “Financiamento dos sobrecustos de transporte relativo aos combustíveis comercializados na madeira, decorrente da obrigatoriedade de cumprimento do princípio da continuidade territorial, colocado em causa com o aumento do IVA e do ISP na Madeira”](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2012.10.19;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 92/XII/1.ª “Sujeita as prestações de serviços de alimentação e bebidas à taxa intermédia do Imposto sobre o Valor Acrescentado”](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2012.10.19;

Assunto: [Verificação de poderes de deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores do Senhor Carlos Alberto Medeiros Mendonça](#)

Proveniência: Comissão de Verificação de Poderes

Data de Entrada: 2012.11.20.

9 – Diários:

Consideram-se aprovados na Sessão Legislativa os Diários da ALRAA n.º s 134, 135, 136, 137, 138 e 139.

Estão presentes na Sessão Plenária os Diários n.ºs 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147 e 148, da IX Legislatura, bem como os Diários n.ºs 1 e 2 da X Legislatura.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco

P’la redatora: Noélia Escobar